

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/03/2013 a 31/03/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Governo considera antecipar R\$ 13 bi para as ferrovias – Folha de São Paulo, Mercado. 01/03/2013.....	7
Entidades do setor rural, insatisfeitas, querem encontro com Dilma – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 01/03/2013	7
Comentários do setor produtivo sobre o resultado do PIB de 2012. Cesário Ramalho – O Estado de São Paulo, Estadão. 01/03/2013.....	7
Safra recorde não evitou queda do PIB agrícola. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo, Economia. 02/03/2013.....	8
Só os serviços crescem mais que o PIB – O Estado de São Paulo, Economia. 02/03/2013	9
Acusado de matar casal recebe do INCRA a terra que motivou conflito – Folha de São Paulo, Poder. 02/03/2013	11
Número de mortes em conflitos por terras cresce 10,3% em todo o país entre 2011 e 2012. Gustavo Uribe – O Globo, País. 03/03/2013	13
BB vê grãos em queda e custos altos em 2013/14, mas margens elevadas. Mauro Zanatta – Valor Econômico, Empresas. 04/03/2013	14
Preços de soja e milho caem menos. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 05/03/2013	16
Caso de polícia 'esvazia' manifestação na Bahia. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 06/03/2013	17
Dilma reforça compromisso com qualificação do trabalhador rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/03/2013.....	17
Governo institui política nacional para empregado rural. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Economia. 06/03/2013.....	19
TCU libera construção de terminal privado dentro de portos públicos. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 06/03/2013.....	19
Agricultores reclamam de custos com diesel e alta de outros insumos. Gustavo Bonato – O Estado de São Paulo, Economia. 06/03/2013	20
Trabalhadores rurais relatam os impactos do capitalismo sobre a identidade do campo – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 07/03/2013.....	22
Mandioca: Apresentadas medidas para fortalecer setor produtivo – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 07/03/2013	23
Temendo interferência, empresários querem mudanças na MP dos Portos – Folha de São Paulo, Mercado. 07/03/2013	23
MPF investiga concessão de lote à esposa de acusado de mandar matar extrativistas – Carta Capital, Sociedade. 07/03/2013	24

Reajuste do diesel agrava dificuldades logísticas da agricultura. Roberto Samora - Globo, Economia. 07/03/2013.....	24
Manifestantes do MST invadem Ministério da Agricultura – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013.....	26
Fazenda da senadora ruralista Kátia Abreu é invadida pelo MST – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013	26
Basf deve recusar acordo no caso de Paulínia. Naiana Oscar - O Estado de São Paulo, Economia. 07/03/2013.....	27
Manifestantes deixam fazenda da senadora Kátia Abreu. André Caramante – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013.....	28
Trabalhadores sem terra ocupam usina em pernambuco após quebra-quebra – O Globo, País. 08/03/2013	28
Mulheres camponesas do MST invadem sede do Incra em Sergipe – Folha de São Paulo, Poder. 08/03/2013	29
Março é o mês das 'jornadas de luta'. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 08/03/2013.....	30
Lucro e receita da Heringer cresceram no 4º tri de 2012. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 08/03/2013	31
Dificuldade de escoar safra recorde de grãos preocupa produtores. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 09/03/2013	32
Estado deve orientar investimento privado em áreas importantes, diz brasilianista. Eleonora de Lucena – Folha de São Paulo, Mercado. 09/03/2013.....	33
A violência como método – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/03/2013.....	38
Pente Fino. Dora Kremer – O Estado de São Paulo, Política. 10/03/2013.....	39
Basf versus Shell APOSTA – O Estado de São Paulo, Economia. 11/03/2013	41
Contexto – Valor Econômico, Empresas. 11/03/2013.....	41
Com obras atrasadas, Belo Monte amplia contratações. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Mercado. 11/03/2013.....	41
Após quase 10 anos, Luz para Todos ainda está longe da meta. Nelson Barros Neto – Folha de São Paulo, Poder. 11/03/2013.....	43
Lagarta pode levar governo a decretar situação de emergência – Valor Econômico, Empresas. 12/03/2013	44
Sem caminhões, soja estraga em MT. Agnaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 13/03/2013	45
Ceará receberá sete mil toneladas de grãos de milho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/03/2013	46

Dilma troca ministros da Agricultura, Trabalho e Aviação. Jeferson Ribeiro – O Globo, País. 15/03/2013	47
Milícias do pensamento. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 16/03/2013... 49	49
Líder de assentamento rural é morto no interior do Pará. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 18/03/2013.....	50
Mutirão busca extremamente pobres em comunidades quilombolas da Paraíba – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/03/2013	51
Presidente da CNA apresenta temas do setor ao novo Ministro da Agricultura – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/03/2013	52
Bolsa Família explica só parte da queda da desigualdade, diz ministra. Arícia Martins e Luciano Máximo – Valor Econômico, Brasil. 18/03/2013	53
Ministro dará ênfase no aumento da renda do trabalhador do campo – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 18/03/2013	54
Colheita da soja avança no país e aumenta pressão nos portos – Folha de São Paulo, Mercado. 18/03/2013.....	55
Em Apodi agricultores/as vão as ruas e cobram medidas de convivência com o semiárido – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/03/2013.....	56
Incra promove encontro com agricultores para mediar conflito agrário no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/03/2013..	57
No gargalo do agronegócio, ir a pé ao porto é mais rápido que de caminhão. Aguinaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 20/03/2013.....	57
Consórcio de Belo Monte proíbe atingidos de se manifestarem – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/03/2013.....	58
Entidades cobram medidas efetivas do governo no combate à seca. Letícia Lins – O Globo, País. 20/03/2013	59
Compra-se terra em busca de água. Câmila Nobrega – O Globo, Ciência. 20/03/2013	61
Governo deve lançar novas medidas para combater seca. Catarina Alencastro – O Globo, País. 20/03/2013	65
Empresas têm até dia 28 para enviar propostas com o objetivo de atender 4,5 mil famílias quilombolas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2013.....	65
Encolhimento da população rural preocupa FAO – Valor Econômico, Empresas. 21/03/2013.....	66
Kátia Abreu quer garantir o cumprimento dos mandados de reintegração de posse – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/03/2013	67

Técnicos recebem capacitação ambiental do Incra/SC – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/03/2013	67
Trabalhadoras rurais em busca da autonomia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013	68
INCRA/RS atinge marca de imóveis rurais certificados em 2012 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/03/2013.....	68
Para governo, chuva causou gargalo no porto. Lu Aiko Otta, Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 21/03/2013	69
Produtores rurais contratam R\$ 71,6 bilhões na safra 2012/13 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/03/2013	70
Greve por tempo Indeterminado na Veracel – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013	71
Trabalhadoras rurais em busca da autonomia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013	72
Presidente da CNA defende construção de terminais portuários privados e trânsito de cargas próprias e de terceiros – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2013	72
CPI do Trabalho Escravo acaba sem votar relatório final. Denise Madueño – O Estado de São Paulo, Economia. 22/03/2013	73
Conab leiloa 51 mil t de trigo no começo de abril – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 25/03/2013	74
Senegal vai criar programa nos moldes do Bolsa Família – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/03/2013	75
Leilão para aquisição de milho acontece nesta quarta-feira – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/03/2013.....	75
Transporte de cargas enfrenta falta de 100 mil caminhoneiros. Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 25/03/2013	76
Dilma diz que água é assunto estratégico do País. Beatriz Bulla e Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 25/03/2013	78
Incra divulga seu novo plano de ações em municípios de Santa Catarina – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013.....	78
Dilma anuncia construção de ferrovia em Pernambuco. Beatriz Bulla e Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 25/03/2013	79
Indústrias de suco são condenadas por irregularidades trabalhistas. Fernando Lopes – Valor Econômico, Empresas. 26/03/2013	80
ENTREVISTA - À espera de licença, Verde Potash busca produzir em 2015. Sabrina Lorenzi – O Estado de São Paulo, Geral. 26/03/2013.....	81

MP dos portos já atrai investidores privados – Site da Confederação da agricultura e pecuária do Brasil (CNA). 26/03/2013.....	82
Ruralistas criticam fim da CPI do Trabalho Escravo. Tarso Veloso – Valor Econômico. 26/03/2013.....	84
Fim da terceirização pode gerar 200 mil vagas na colheita da laranja. Fernando Lopes – Valor Econômico, Empresas. 27/03/2013	84
Agricultor é morto em área de assentamento no Pará. Evandro Corrêa – O Globo, País. 29/03/2013	85
Indústria da seca agrava pior estiagem em 50 anos. Letícia Lins – O Globo, País. 30/03/2013.....	87

Governo considera antecipar R\$ 13 bi para as ferrovias – Folha de São Paulo, Mercado. 01/03/2013

O governo estima que poderá antecipar cerca de R\$ 13 bilhões às empresas privadas que vão construir as novas ferrovias do país. A previsão total de investimentos nas linhas é de R\$ 91 bilhões.

A estimativa foi divulgada ontem pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, na apresentação das regras de concessão da primeira das novas ferrovias que serão concedidas, entre Açailândia (MA) e Belém (PA). O governo adiantará durante os cinco anos de construção da via 15% da previsão de investimentos.

Entidades do setor rural, insatisfeitas, querem encontro com Dilma – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 01/03/2013

A Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA) e os Sindicatos Rurais estão organizando, juntamente com outras entidades representantes do setor rural da Paraíba, um grande encontro do setor produtivo para o dia da visita da presidente Dilma Rousseff, prevista para a próxima segunda-feira, 04/03.

De acordo com o presidente da FAEPA, Mário Borba, o objetivo do movimento é mostrar para a presidente a verdade sobre o estado e o nordeste e entregar um documento com as reivindicações dos produtores de toda a Paraíba. “A presidente precisa saber que as coisas não estão funcionando como se pensa aqui no nordeste. Ela precisa saber que o crédito emergencial não chegou ao campo; que a burocracia dos bancos afoga os produtores rurais; que as famílias que vivem e dependem do campo estão deixando suas propriedades, pois não tem meios de sobreviver; que falta água, alimento e mais de 50% do rebanho já foi perdido”, afirmou Borba.

Ainda de acordo com o dirigente, o movimento, que pretende reunir mais de mil produtores rurais, será ordeiro e pacífico, porém reivindicativo. “Nós só queremos um espaço de 10 minutos para entregar à Dilma as solicitações da Paraíba”, explicou Mário Borba.

O presidente da FAEPA também aproveitou para pedir a participação e o envolvimento dos produtores e instituições do setor rural de todo o estado, pois acredita que o encontro com a presidente é uma oportunidade única de apresentar a gravidade da situação e o drama vivido pela classe rural da Paraíba e do Nordeste.

Comentários do setor produtivo sobre o resultado do PIB de 2012. Cesário Ramalho – O Estado de São Paulo, Estadão. 01/03/2013

“A pecuária vai de marcha ré mesmo”. Está desestimulada, sem investimentos. A concentração de frigoríficos desestimula os investimentos dos pecuaristas. O produtor está com preços muito defasados. Você tem que ser muito eficiente para conseguir qualquer rentabilidade. Estamos abatendo 42% de matrizes, o que significa uma redução de plantel.

Tivemos uma seca espetacular no centro-sul brasileiro (com quebra de produção nas lavouras). O Rio Grande do Sul perdeu 50 por cento de sua safra de grãos e isso com certeza tem um impacto significativo. A cana vem pedalando devagar.

“O milho foi uma extraordinária surpresa... Houve um grande crescimento na produção e nos tornamos em 2012 um grande exportador.”

Safra recorde não evitou queda do PIB agrícola. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo, Economia. 02/03/2013

Os problemas climáticos e as barreiras sanitárias prejudicaram o resultado do PIB da agropecuária em 2012, segundo o IBGE. Apesar da safra recorde de grãos, houve um recuo de 2,3% no segmento no ano em relação a 2011.

Não fosse o mau desempenho da agropecuária no quarto trimestre, o PIB brasileiro teria crescido 0,9% em relação ao terceiro trimestre, em vez de apenas 0,6%, de acordo com cálculos da LCA Consultores. As perdas levam ainda a prejuízos indiretos em outros segmentos, embora o PIB agropecuário tenha um peso de apenas 5,2% no PIB total do País.

"Seus impactos indiretos - sobre o consumo (via renda agrícola), sobre os investimentos (caminhões e maquinário agrícola) e sobre a agroindústria (como, por exemplo, as usinas sucroalcooleiras) - não são desprezíveis. De fato, a correlação das variações do PIB agropecuário com o restante do PIB é bastante elevada", alertou a LCA.

Em 2012, houve aumento na produção de milho e café, mas culturas importantes tiveram redução no volume produzido, como arroz, soja, cana-de-açúcar, laranja, mandioca e algodão. "Há vários fatores que explicam isso, como a (queda na) produtividade, a seca e fatores sanitários", citou Roberto Olinto Ramos, coordenador de Contas Nacionais do IBGE.

As perdas na safra de verão provocadas pela estiagem no início do ano passado são as maiores responsáveis pela queda do PIB agropecuário, segundo José Carlos Hausknecht, sócio-diretor da MB Agro. Mas os preços mais baixos também contribuíram.

"A principal queda que tivemos foi a produção de soja, com perdas muito fortes no Sul do País. Tem também outros produtos que não desempenharam muito bem: tiveram produção maior, mas preços piores", disse Hausknecht.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE apontou safra recorde de 162,1 milhões de toneladas de grãos em 2012, mas não inclui itens de peso no setor agropecuário, o que provocou divergências entre o aumento no volume produzido e a queda no PIB.

"A estimativa da safra de cereais e leguminosas não engloba a cana, a laranja, e eles tiveram queda. São (produtos) bem pesados (no PIB da agropecuária) e estão fora da

safras de cereais e leguminosas", ressaltou Rebeca Palis, gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

Outro fator que pode ter pesado no fraco desempenho no ano foi a pecuária, que tem cedido área para a agricultura. O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, afirma que a atividade atravessa um momento de "rentabilidade aquém do razoável".

"O setor tem mantido padrão de produção, mas está defasado na correção de preços", disse Silva. "Vamos colher recorde de 180 milhões de toneladas de grãos este ano, em parte como resultado da dificuldade da pecuária" acrescentou.

Rentabilidade. O pecuarista José Lopez Fernandez Netto, criador da raça pardo-suíço em Itapeva, no sudoeste paulista, vê a queda no PIB agropecuário como decorrência da perda de rentabilidade do setor. O preço da arroba do boi oscila há dez anos num mesmo patamar e não acompanhou os custos de produção, diz ele. Como o boi tem ciclo longo, de três e quatro anos até o abate, a renda fica diluída.

Netto conta que os pequenos e médios criadores de gado são os mais afetados, pois não têm produção em escala, embora representem a maior parcela do setor. Eles estão migrando para outras atividades. "Qualquer outro uso que ele faça da terra rende mais." As terras de pastagem da região que nos últimos dez anos foram arrendadas à lavoura, não voltaram para a pecuária. "Em parte, a grande produção de soja e milho do Brasil se deve ao boi, que cedeu a área para o grão."

Ele mesmo está entre os pecuaristas da região que transformaram parte da fazenda de gado em lavouras de soja e milho, ou cana-de-açúcar. "Fiquei com um plantel apenas para produzir genética. O gado no botijão de hidrogênio compensa mais do que no pasto." Como exemplo, ele cita a venda recente de uma vaca por R\$ 3 mil. "Tive um lucro de R\$ 300, mas, se considerar que o animal estava havia oito anos no pasto, isso vira nada".

O criador acredita que o caminho para a pecuária é a produção em escala, ligada a outras cadeias produtivas, como a produção de grãos. Segundo Netto, mesmo os grandes produtores de gado em confinamento enfrentaram problemas no ano passado por causa do alto custo dos insumos.

Só os serviços crescem mais que o PIB – O Estado de São Paulo, Economia. 02/03/2013

Desde início da crise de 2008, setor de serviços avançou 11,6%, enquanto a indústria se expandiu apenas 2%, para um PIB total de 9,3%

O setor de serviços, que inclui atividades como comércio e tecnologia da informação, entre outras, puxou o crescimento da economia brasileira e foi o único que avançou acima do Produto Interno Bruto (PIB) desde o início da crise econômica, iniciada em setembro de 2008.

Nesses quatro anos e um trimestre de turbulência internacional, o PIB do setor de serviços avançou 11,6%, enquanto o crescimento brasileiro, no geral, foi de 9,3%, revela um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). No mesmo período, a indústria cresceu apenas 2%, e a agropecuária ficou praticamente estagnada - queda de 0,1%.

A reação mais pujante do setor de serviços é evidente porque todas as atividades apresentaram crescimento. No caso da indústria, a atividade de transformação teve uma queda de 5,9% no período analisado. O que evitou um recuo do PIB total industrial foi o crescimento do setor de construção, que teve alta de 12,1% - vale lembrar que, nos últimos anos, o governo adotou medidas de estímulos para a construção, com o lançamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, e desonerou a compra de materiais de construção.

"Do ponto de vista da oferta, somente o setor de serviços respondeu aos estímulos da demanda", diz Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "A minha expectativa é que o agronegócio se recupere em algum momento, porque esse resultado é fruto de uma reviravolta no setor das commodities. No caso da indústria, parece ser uma coisa mais estrutural."

Essa diferença que se abre entre os dois setores pode ser observada pelo dinamismo da economia brasileira desde o início da crise econômica. Para manter o crescimento econômico num cenário internacional adverso, o governo apostou no incentivo ao consumo. No período analisado pelo Iedi, o consumo das famílias cresceu 19,7%, enquanto o investimento teve alta de apenas 6,1% no período.

"É necessário que haja um alento para que o empresário invista. A saída para a indústria está no aumento da produtividade", diz Almeida. "O governo tem feito o que pode com redução de custo e reposicionamento do câmbio. Mas nós precisamos de uma revolução industrial."

Estrutura e conjuntura. O economista Fernando Rocha, sócio da gestora de recursos JGP, vê um elemento estrutural e um conjuntural na retração da indústria e no aumento do setor de serviços nos últimos anos. Pelo lado estrutural, ele cita a perda de competitividade da indústria, em função do aumento dos custos de produção - particularmente dos salários - e da valorização cambial. "A indústria sofreu muito, com as importações subindo fortemente para suprir a demanda", diz.

O estudo do Iedi mostra que o crescimento dos importados foi de 34,8% desde o início da crise, enquanto as exportações tiveram aumento de somente 5,9% no período.

Rocha nota ainda que é normal que o aumento da renda da população impulse o setor de serviços. Ele explica que, quando as pessoas saem dos extratos de baixa renda para a classe média, há consumo de bens no primeiro momento, como geladeiras, carros, etc. Posteriormente, porém, são os serviços que crescem mais, com mais gastos em educação, saúde, lazer.

Do ponto de vista conjuntural, ele acha que a indústria também foi prejudicada, de um ano e meio para cá, com uma desaceleração da demanda, por causa do excesso de endividamento das famílias. Ele nota que o consumo das famílias, que chegou a crescer a um ritmo anualizado em torno de 7% em 2010, caiu para um mínimo em 2,5% em meados de 2012. No ano passado, o consumo das famílias fechou com expansão de 3,1%.

Se o setor industrial ficou pressionado nos últimos anos, o setor de serviços teve espaço para repassar o aumento de custo, sobretudo porque o Brasil ostenta uma situação confortável no mercado de trabalho - em dezembro, a taxa de desocupação medida pelo IBGE foi de 4,6%, a mais baixa desde o início da série histórica, em março de 2002.

"O setor de serviços conseguiu repassar os custos principalmente nesse contexto de baixo desemprego", diz Rafael Bacciotti, economista da Tendência.

O economista Beny Parnes, professor da PUC-RJ, acha que o crescimento dos serviços e os problemas da indústria estão ligados à forma como o País reagiu a uma situação internacional extremamente favorável nos últimos dez anos.

Ele nota que o Brasil sofreu "um choque positivo de termos de troca". Isso quer dizer que os produtos que o País exporta mais, como commodities agrícolas e minerais, subiram de preço, enquanto aqueles que são mais importados, como bens manufaturados, ficaram mais baratos. Por outro lado, a isto se somou um grande aumento da oferta de capitais para o Brasil, em consequência do próprio choque positivo, que reforçou a confiança no País, e das melhoras na parte fiscal e de gestão econômica.

O problema, segundo Parnes, é que "o Brasil não usou este superchoque favorável e a enorme oferta de capitais para poupar mais, investir mais e aumentar as posições de crescimento de longo prazo". "Na verdade, o que a sociedade e o governo decidiram fazer democraticamente foi expandir o consumo no curto prazo", diz.

Acusado de matar casal recebe do INCRA a terra que motivou conflito – Folha de São Paulo, Poder. 02/03/2013

Na manhã de 24 maio de 2011, José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, dois dos mais atuantes ativistas da Amazônia, foram alvo de uma tocaia numa estrada de terra em Nova Ipixuna (PA).

Tiros de escopeta e de revólver perfuraram seus corações e pulmões. José Cláudio teve parte da orelha direita cortada como prova de sua morte. Corpos abandonados à beira de um riacho, os extrativistas entraram em uma lista na qual já estão Chico Mendes e Dorothy Stang.

Após dois meses, investigações concluíram que houve um crime de mando executado por dois homens.

E um ano e meio depois, o Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) considerou a mulher do homem acusado de ordenar a morte do casal apta a ocupar a terra cuja disputa supostamente levou ao assassinato dos dois.

Antonia Nery de Souza, mulher do pequeno fazendeiro José Rodrigues Moreira, réu por duplo assassinato qualificado, consta como assentada, segundo lista do Incra obtida pela Folha, no lote 41 do Núcleo Maçaranduba 2, dentro do assentamento Praia Alta-Piranheira. A situação foi homologada no dia 14 de dezembro de 2012.

É a mesma terra que Moreira, segundo a polícia, comprou ilegalmente por R\$ 100 mil (lotes de reforma agrária não podem ser vendidos) em 2010 e da qual tentava expulsar três famílias apoiadas pelo casal de ativistas.

Moreira --que está preso-- nega envolvimento nos assassinatos. Se não estivesse, teria o direito de ser assentado junto com Antonia, que ocupa o lote.

Investigação

A polícia entendeu que o fazendeiro tramou o assassinato após perceber que José Cláudio e Maria eram o maior empecilho para que ele ocupasse a área. Além de defender as famílias, o casal, já em conflito com outros madeireiros e fazendeiros da região, poderia denunciar Moreira caso ele resolvesse desmatar o lote para criar gado.

Antes mesmo do crime ele já pedira a posse da área. A possibilidade de seu assentamento já era conhecida por organizações de trabalhadores rurais --que avisaram o Incra da situação em 21 de maio do ano passado.

"Agir assim é legitimar o processo ilegal de venda de lotes em assentamentos e, ainda mais grave, é premiar o [suposto] mandante do assassinato brutal das duas lideranças", disseram a Comissão Pastoral da Terra, a Fetagri e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna ao superintendente do Incra em Marabá, Edson Bonetti.

No texto, as organizações afirmam que pessoas ligadas a Moreira, "laranjas", haviam sido enviadas ao local para garantir a posse da terra e que continuavam ameaçando as lideranças do assentamento.

Elas alegam também que as três famílias que incomodavam Moreira --e que ainda não eram assentadas-- foram embora logo depois dos assassinatos, temendo elas próprias serem mortas.

O suposto mandante do assassinato e os dois homens acusados de terem executado o casal devem ser julgados no dia 3 de abril.

Outro lado

O Incra diz que houve erro em considerar Antonia Nery de Souza, mulher de José Rodrigues Moreira, apta a ser assentada, e que tentará na Justiça retomar o lote. Segundo o órgão, apesar de ocupar o lote, Antonia ainda não chegou a entrar na lista de beneficiários da reforma.

No dia 20, "a Superintendência Regional do Incra encaminhou à Procuradoria Federal Especializada o pedido de ajuizamento de ação de retomada do lote que Antonia Nery ocupa no projeto Praia Alta-Piranheira", diz o órgão.

O Incra diz que Moreira não pode se enquadrar como assentado por ser "elemento de perturbação para o bem estar socioeconômico" do projeto de assentamento, e a Procuradoria deve dar parecer sobre a retomada do lote.

Moreira e os dois acusados de serem os executores dos assassinatos alegam ser inocentes e dizem ter sido usados como bodes expiatórios.

À **Folha** o advogado de Moreira disse que não poderia comentar seu assentamento.

Número de mortes em conflitos por terras cresce 10,3% em todo o país entre 2011 e 2012. Gustavo Uribe – O Globo, País. 03/03/2013

No ano passado foram 32 líderes assassinados

A tensão causada pela disputa por terras tem se agravado e elevado o número de mortos em conflitos agrários no Brasil. No ano passado, o total de líderes locais assassinados, entre sem-terra, indígenas e pescadores, cresceu 10,3% em relação a 2011, subindo de 29 para 32. As mortes aconteceram, em sua maioria, no Pará e em Rondônia, estados onde os conflitos por terras e as disputas em torno da exploração ilegal de madeira têm recrudescido nos últimos anos. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que o Rio de Janeiro, onde a média de mortes era de uma por ano, contabilizou quatro no ano passado, maior patamar desde 1999, quando foram assassinadas cinco pessoas. No país, de 2000 a 2012, a violência causada por conflitos agrários provocou 458 mortes.

Uma das últimas vítimas foi um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Campos dos Goytacazes (RJ), Cícero Guedes dos Santos, de 49 anos, assassinado com dez tiros, em janeiro, em uma estrada de terra do município. A Polícia Civil apura o envolvimento no crime de um homem que pretendia assumir a liderança de um assentamento na Usina Cambahyba, invadida em 2012. Em fevereiro, 11 dias após a morte do sem-terra, o corpo da produtora rural Regina dos Santos Pinha, de 56 anos, foi encontrado no assentamento Zumbi dos Palmares, também em Campos dos Goytacazes (RJ).

— Na Usina Cambahyba, o mandante do assassinato foi identificado e, segundo as investigações, é um ex-empregado da fazenda que queria exercer influência no acampamento dos trabalhadores. Como sua influência não foi aceita, ele acabou matando o dirigente. Em relação à outra morte, ainda não foi identificada a motivação do assassinato, explicou o ouvidor agrário nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desembargador Gercino José da Silva Filho.

Em novembro ocorreu o maior número de mortes no campo em 2012. Ao todo, sete pessoas foram assassinadas, quase metade delas no Pará. O estado, que costuma registrar o maior número de mortes em conflitos no campo, apresentou queda no total de assassinatos: de 12, em 2011, para 6, em 2012. Em Rondônia, por sua vez, a

violência aumentou: de 2, em 2011, para 7, em 2012. O aumento deveu-se sobretudo à disputa entre madeireiros na área de divisa do estado com o Acre e o Amazonas, região que tem sido palco de episódios de violência nos últimos anos. O avanço recente da ocupação de terras no local também é apontado como fator responsável pela grande incidência de conflitos.

— Os conflitos continuam e a violência aumenta não tanto pela ação estatal, como se via há muito tempo, mas agora pela iniciativa privada de pistoleiros, jagunços e até de empresas contratadas para fazerem esse tipo de violência — observou Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da CPT.

Ano passado, conflitos em áreas indígenas deixaram sete mortos, a maioria no Maranhão. Em Mato Grosso do Sul, em fevereiro deste ano, um índio guarani-caiová, de 15 anos, foi morto na cidade de Caarapó, crime que teve repercussão internacional. Denilson Barbosa foi assassinado pelo fazendeiro Orlando Gonçalves Carneiro, que confessou o crime um dia após o assassinato. Na última quinta-feira, a família da vítima foi incluída no Programa de Proteção a Testemunhas, que, em 2011, quintuplicou o total de protegidos no campo.

Atualmente, segundo a Secretaria de Direitos Humanos, 391 pessoas estão incluídas no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Os dados da CPT mostram que o número de pessoas “marcadas para morrer” no meio rural em 2012 foi menor que em 2011, mas permaneceu em nível elevado. O total de pessoas ameaçadas de morte passou de 347, em 2011, para 280, em 2012, o segundo maior patamar desde 2006. No Norte, os próprios integrantes da CPT têm sofrido ameaças e perseguições de pessoas que exploram ilegalmente a madeira da região.

O tráfico de madeira vitimou, no ano passado, duas pessoas em Rondônia. Na frente do filho, de 5 anos, a extrativista Dinhana Nink, de 28 anos, foi assassinada após ter denunciado um grupo de grileiros que extraía madeira ilegalmente na região. Outra vítima foi o índio João Oliveira da Silva Kaxarari, assassinado em agosto por traficantes de maneira que invadiram uma propriedade indígena, na fronteira entre Rondônia e Amazonas.

BB vê grãos em queda e custos altos em 2013/14, mas margens elevadas. Mauro Zanatta – Valor Econômico, Empresas. 04/03/2013

Custos de produção em alta no campo, mas margens brutas elevadas ao produtor. Cotações de algumas commodities em trajetória descendente, mas preços ao consumidor ainda acima de médias históricas. Esse é o cenário traçado pelo Banco do Brasil para a safra de grãos 2013/14, a ser iniciada oficialmente em julho.

Maior financiador do agronegócio no país, com 63% do mercado de crédito rural, e dono de uma extensa rede de agrônomos e economistas espalhados em suas agências pelo país, o BB projeta uma colheita mais equilibrada em 2014. Mas alerta para uma

eventual, e potencialmente catastrófica, repetição da seca ocorrida nos Estados Unidos em 2012.

"Teremos preços um pouco menores em relação ao ano passado, quando houve uma forte quebra da safra americana, mas que ainda ficarão acima da média histórica", afirmou o vice-presidente de Agronegócios do BB, Osmar Dias, ao Valor PRO, o serviço de informações em tempo real do Valor. "Deve haver uma depressão agora, mas que pode ser recuperada no segundo semestre. Assim, teremos mais equilíbrio no fim".

O banco público prevê, ainda, uma produção total de 182 milhões de toneladas de grãos no Brasil na atual safra 2012/13, resultado quase 2% abaixo da previsão de 185 milhões de toneladas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Quebras por seca em algumas regiões e por excesso de chuvas na colheita em outras áreas devem reduzir a previsão da Conab, segundo o BB.

Neste cenário, a inflação dos alimentos tende a continuar assombrando o governo. O Banco do Brasil acentua a avaliação feita pela Conab sobre a permanência de pressões inflacionárias no setor agropecuário no ano que vem. Na terça-feira da semana passada, a autarquia apresentou a um conselho de ministros que debate a reestruturação da política de estoques projeções pouco animadoras.

A Conab previu que os preços dos alimentos só dariam um refresco à inflação em 2014. Mas a elevação das margens, prevista pelo BB a partir da pressão de custos, deverá manter os preços ainda relativamente elevados ao consumidor no próximo ano.

Para a nova safra, o BB acaba de finalizar um cenário para importantes produtos, ao qual o Valor Pro teve acesso. O milho, cujos preços dispararam em 2012, pressionando as cotações do complexo carnes, deverá ter elevação de 7% nos custos médios de produção. Defensivos e fertilizantes encareceram. Ainda assim, a margem de lucro bruta para o grão colhido no verão tende a ser da ordem de 30%.

Esse cálculo considera apenas os custos operacionais, sem depreciação e remuneração do capital fixo, inclusive a terra. Os preços futuros para a colheita de 2014 em relação aos obtidos neste ano devem diminuir 15%, segundo projeções baseadas em cotações da bolsa de Chicago e da BM&FBovespa. É a pressão da safra cheia, embora o mercado externo seja favorável.

Na soja, carro-chefe do agronegócio nacional, os custos deverão subir 10% ante 2012 e os preços tendem a cair 14% devido às boas safras da América do Sul e dos EUA. Mesmo assim, a margem será a maior entre todas as culturas: 41%. Para o arroz, essencial para a cesta básica, a estimativa é de custos 5% superiores aos da safra atual por causa da alta na mão de obra, e preços 4% menores em razão da oferta maior na safra. Mas a margem bruta projetada é de 32%.

No algodão, commodity fortemente influenciada por crises econômicas globais, mas com demanda interna aquecida, as lavouras serão 3% mais caras e os preços, relativamente estáveis. A margem bruta ficará em 35%. Para o café, o cenário é bastante

ruim, segundo o BB, por causa da elevação do salário mínimo e estoques abundantes: custos 7% superiores, preços 14% inferiores e margem bruta negativa de 5%.

"Esse é o cenário hoje. Claro que pode mudar, a depender do clima", diz o executivo do BB. No cenário global, o banco público prevê demanda sustentada, principalmente, pela mudança de hábitos alimentares na China, que deverá seguir como motor do consumo de alimentos.

Os estoques deverão permanecer baixos e a oferta pode sofrer novamente com uma seca no cinturão agrícola dos EUA. No Estado de Iowa, por exemplo, o BB diz já ter sido detectado sinal inquietante de déficit hídrico - o que poderia resultar em nova quebra na safra local. "Ainda não dá para afirmar que haverá seca. Mas se acontecer será um 'deus nos acuda', com pressão muito forte sobre os preços", alerta Osmar Dias.

A forte redução na colheita dos EUA em 2012, aliás, deverá manter a pressão sobre o setor nos próximos anos, prevê o cenário do BB. "O mundo levará mais três ou quatro temporadas para se recuperar da quebra da safra americana no ano passado", diz o vice-presidente. Além disso, a demanda por milho para fabricação de etanol por lá deverá superar 130 milhões de toneladas, ou 30% do total estimada para o grão. Ou seja, oferta mais ajustada em tempos de demanda robusta.

Preços de soja e milho caem menos. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 05/03/2013

Os preços externos das commodities mantiveram tendência de queda no mês passado, em relação a igual período do ano passado, o que vem reduzindo o saldo da balança comercial.

Os principais problemas ocorreram no setor de minério de ferro, com queda no volume e nas receitas. O minério, principal produto da pauta brasileira de exportação no mês passado, caiu 3% em receitas e 9% em volume.

No setor agrícola, a tendência também foi de queda, mas abaixo do esperado. O setor externo ainda não acredita muito na supersafra mundial de grãos para este ano. Soja e milho mantêm preços acima dos do início de 2012 devido às incertezas em relação ao clima.

A soja, o quinto na lista das exportações neste período do ano --a importância crescerá a partir de agora--, teve queda no volume e nas receitas, mas os preços médios do produto estão 18% acima dos de igual período de 2012.

O açúcar bruto, outro item importante da balança comercial brasileira, está com queda de 17% nos preços, menor, no entanto, do que os 30% do suco de laranja, segundo dados da Secex.

As carnes têm situação melhor. A de frango e suína tiveram preços 13% e 3% superiores no mês passado do que em 2012. A bovina caiu 6%.

Caso de polícia 'esvazia' manifestação na Bahia. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 06/03/2013

Um fato trágico "esvaziou" um protesto de cacauicultores ontem em Ilhéus, na Bahia, contra a importação de cacau a preços mais baixos que os valores praticados no mercado interno. Um corpo em avançado estado de decomposição foi encontrado em uma carga de cacau proveniente de Gana, na África, que aportou na segunda-feira ao porto do município.

Durante o protesto nas imediações do porto, que mesmo assim aconteceu, foi queimado grande volume de cacau trazido pelos produtores, segundo Guilherme Galvão, presidente da Associação dos Produtores de Cacau (APC), uma das entidades organizadoras do evento.

De acordo com o delegado da Polícia Federal em Ilhéus, Samuel Rodrigues Martins Oliveira, o cadáver, do sexo masculino, ainda não foi identificado, mas provavelmente se tratava de clandestino.

Ainda não se sabe a causa da morte, mas provavelmente teria sido logo após o embarque na África, quando é feito o tratamento da carga com produto químico - fumigação - para evitar doenças e pragas, conforme Oliveira. O carregamento era de 5 mil toneladas e foi adquirido por uma multinacional.

No protesto de ontem, os cacauicultores também defenderam a regulamentação do "drawback" (mecanismo que permite à indústria importar matéria-prima sem taxas para depois utilizá-la em produto exportado), taxas de importação para a matéria-prima e derivados e a colocação do cacau na política de preços mínimos do governo.

Além disso, os produtores reclamam que é impossível competir com o produto que vem da África, produzido com custo bem menor. Conforme Galvão, o produto que veio de Gana foi adquirido por R\$ 80 por arroba, enquanto os produtores recebem cerca de R\$ 60.

A Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), que representa as fábricas instaladas no país, informou, em nota, que no período de 04 de março de 2012 a 04 de março de 2013, o preço do cacau cotado na bolsa de Nova York teve uma redução de 12,84%, para US\$ 2.071 por tonelada.

Walter Tegani, secretário-executivo da AIPC, disse que a de Gana foi contratada em março do ano passado com preço mais alto que o praticado atualmente, quando ainda não se sabia que a safra brasileira de 2012 seria tão volumosa. "Não é que estamos pagando mais caro, é porque o preço caiu. E a carga chegou em um momento que não precisava", afirmou ele. O custo para cancelar um contrato de importação também é muito alto, de acordo com Tegani. A produção nacional ainda é insuficiente para atender à demanda das indústrias processadoras no país.

Dilma reforça compromisso com qualificação do trabalhador rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/03/2013

Em evento da Contag, presidenta destaca importância das ações do Brasil Sem Miséria para melhorar a vida no campo. Parceria com entidades para fortalecer Bolsa Família e Cadastro Único também foi reforçada

A presidenta Dilma Rousseff afirmou nessa terça-feira (5), durante o 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em Brasília, que o próximo passo a ser dado pelo seu governo, após a erradicação da miséria, seguirá pelo “caminho do trabalho qualificado, na cidade e no campo”. O encontro, que segue até esta sexta-feira (8), é promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), para debater e aprovar o plano de lutas de suas entidades de classe filiadas para o próximo quadriênio.

A presidenta, acompanhada da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e de outros quatro ministros, destacou aos cerca de 2,5 mil participantes os resultados do Plano Brasil Sem Miséria e as novas metas do governo federal, que têm foco crescente na população que vive em áreas rurais. Dilma falou da importância da agricultura familiar, pediu para que as entidades de classe apoiassem a busca por brasileiros em condições de extrema pobreza que ainda não conhecem seu direito ao Bolsa Família e outros programas sociais do governo federal e deixou claro para os trabalhadores rurais que a melhoria de vida está relacionada, agora, ao trabalho qualificado. “O fim da extrema miséria na renda é apenas o começo e esse começo significa, a partir daí, formação profissional.”

O Bolsa Família, programa que completa 10 anos, em 2013, também foi destacado pela presidenta. “Fizemos uma mudança de trajetória no Brasil”, referindo-se a soma dos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus dois anos à frente da Presidência da República. “A principal característica do desenvolvimento, que eu acho que nós inauguramos, foi colocar as pessoas no centro desta questão. É saber se as pessoas vivem melhor, é saber se têm mais oportunidades, é saber se nós estamos atacando não as consequências, mas a raiz da desigualdade.”

Para Dilma, os resultados do Brasil Sem Miséria comemorados pelo governo é o ponto de partida para se garantir políticas públicas ainda mais amplas, agora focadas na agricultura familiar e na qualificação profissional. “Ninguém pode achar que depois que fez isso deita e fica descansando. Pelo contrário: nós temos de trabalhar intensamente, porque esse começo significa, a partir daí, formação profissional. É fundamental que essas pessoas, que recebem o benefício, saiam da pobreza também pelo caminho de um trabalho qualificado.”

Cadastro Único – A presidenta pediu para que os trabalhadores presentes ao evento divulgassem o esforço do governo para encontrar os brasileiros em situação de extrema pobreza que ainda não são beneficiários do Brasil Sem Miséria. “Qualquer brasileiro tem direito ao Bolsa Família. Isso não é, de maneira alguma, igual eles diziam antes, Bolsa Esmola. Isso é um direito do povo brasileiro. Eu queria pedir à maior entidade

dos agricultores, dos trabalhadores rurais, que nos ajudasse nessa tarefa.”

Dilma Rousseff ainda falou da importância do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que “se conjugam e criam uma coisa fundamental para o agricultor familiar, que é a compra direta. Você garante que ele tenha aonde botar o seu produto, o que é crucial e nós temos de ampliar isso para assentamentos. É fundamental que os assentamentos tenham segurança de que, se produzirem, terá compra para eles. Daí a importância da gente ter esse cadastro, saber quem pode comprar, criar mecanismos.”

A presidenta também explicou como é o processo de adesão ao Programa Luz para Todos, apontando para a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). “É outro motivo para o Cadastro, porque agora a gente pega os nomes. A ministra Tereza Campello faz assim, ela pega os cadastrados do Bolsa Família que não têm luz elétrica, aí vai na distribuidora e fala: ‘está aqui, nós queremos saber quando é que vão fazer a ligação’. Nós temos de saber para poder tomar as providências para garantir o acesso ao serviço público”, descreveu Dilma.

Governo institui política nacional para empregado rural. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Economia. 06/03/2013

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff instituiu nesta quarta-feira, por meio de decreto, a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados, com o objetivo de "fortalecer os direitos sociais e a proteção social" desses trabalhadores.

Entre as diretrizes da ação, está revisar a legislação sobre o assunto, combater o trabalho infantil e aperfeiçoar as políticas de saúde, habitação, previdência e segurança destinadas aos trabalhadores rurais empregados.

Para gerir a nova política, o decreto também criou a Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados, a ser composta por representantes de vários ministérios e da sociedade civil. A coordenação do grupo ficará sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.

TCU libera construção de terminal privado dentro de portos públicos. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 06/03/2013

Uma questão polêmica sobre portos, que tramitava desde 2009 no TCU (Tribunal de Contas da União), foi decidida hoje em favor de empresas que construíram terminais portuários privados dentro de portos públicos.

Quatro companhias --Portonave (SC), Embraport (SP), Itapoá Terminais Portuários (BA) e Terminal Portuário Cotegipe (CE)-- foram autorizadas pelo governo a construir terminais privados dentro da área de portos públicos.

Esses terminais, segundo a denúncia, não cumpriam a legislação de portos que vigorou até o ano passado por não terem quantidade de carga de seus proprietários suficiente para justificar sua construção. A lei determinava que terminais privados só podiam ser autorizados se a maior parte da carga movimentada fosse de seus proprietários.

De acordo com a denúncia, feita por entidades como a Federação Nacional dos Portuários e outras, esses terminais eram ilegais. Para funcionar nos portos, eles deveriam ser licitados para não criarem uma competição desleal com outros terminais que foram licitados e pagam custos maiores.

A área técnica do TCU entendeu que os terminais privados deveriam ser licitados e recomendou aos ministros que dessem um prazo de transição para o funcionamento deles até que o governo realizasse a concorrência. No entanto, o relator da matéria, ministro Raimundo Carreiro, entendeu que com a nova MP dos Portos não há necessidade de fazer a licitação, já que um artigo da MP regulamenta esses terminais.

Além disso, Carreiro entendeu que não há concorrência desleal entre os portos, segundo ele, baseando-se em posicionamentos do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Carreiro foi seguido pela maioria dos ministros. As entidades ligadas aos portos públicos pretendem recorrer da decisão.

Agricultores reclamam de custos com diesel e alta de outros insumos. Gustavo Bonato – O Estado de São Paulo, Economia. 06/03/2013

Um grupo de produtores rurais catarinenses estava reunido em torno da mesa do jantar, em um encontro informal e descontraído na noite de terça-feira, quando surgiu a notícia de que a Petrobras reajustaria mais uma vez o preço do diesel.

"Meu Deus!", exclamou um dos agricultores, numa reação espontânea de surpresa e preocupação, compartilhada pelos demais.

O motivo do descontentamento é fácil de compreender: a maior parte das lavouras de soja da região de Campos Novos, no centro-sul de Santa Catarina, deve começar a sercolhida nas próximas semanas, e um reajuste no combustível que abastece tratores e colheitadeiras afeta diretamente os custos da atual safra.

Acrescente-se a isso a preocupação com o crescente preço dos fertilizantes e dos defensivos e está formado um quadro negativo que se mistura ao otimismo com as altas produtividades que devem ser atingidas na região este ano.

A Petrobras anunciou reajuste do preço do óleo diesel nas refinarias em 5 por cento, vigorando a partir desta quarta-feira. Desde junho do ano passado, esse foi o quarto reajuste do combustível, usado intensamente na agricultura, desde a preparação do solo, colheita até o transporte dos produtos.

Embora não se espere um repasse total para as bombas, o reajuste preocupa os produtores.

O que era para ser uma noite de confraternização entre os produtores locais e a equipe do Rally da Safra --expedição que percorre o Brasil avaliando a produtividade das lavouras de grãos-- teve momentos de seriedade impostos pela discussão de assuntos que tiram o sono dos produtores.

Um dos participantes do jantar em Campos Novos, o produtor Valter Rech está prestes a colher 550 hectares de soja. Ele calcula que vai gastar cerca de 800 litros de diesel por dia no auge dos trabalhos de campo, ao longo das próximas semanas.

"Em janeiro eu paguei 1,91 real (por litro de diesel). Agora está 2,11 reais", disse ele, sem incluir no cálculo o aumento que entra em vigor nesta quarta-feira.

"O produtor vai ter dificuldade de assimilar esses 10 ou 12 por cento de aumento que está vindo por aí. Esse é o momento de segurar custo", avaliou João Carlos Di Domenico, presidente da Coopercam, uma pequena cooperativa agrícola de Campos Novos, município conhecido como "celeiro catarinense", por ser um dos principais produtores de grãos do Estado.

Fertilizantes

As perspectivas de pagar mais pelo adubo para o plantio da safra 2013/14, no segundo semestre deste ano, também preocupa os produtores.

O sojicultor Emílio Almeida revelou aos colegas que fez as contas e chegou à conclusão que o fertilizante está 9 por cento mais caro, na comparação entre o preço pago em 2012 e o que está sendo cobrado no mercado atualmente.

Já planejando o plantio de 500 hectares para a próxima temporada, ele ainda não decidiu se comprará o insumo imediatamente ou se vai esperar até o segundo semestre, quando os preços podem estar menores, mas também um período em que tradicionalmente a demanda e o custo de frete para o adubo sobem.

"Estou esperando para ver se vai baixar. Pode ficar para a última hora. Vou correr o risco de pagar mais caro. Ou talvez baixe!"

Já o produtor Valter Rech revela que comprou cada saco de fertilizante a 48 reais no ano passado e que em 2013 está recebendo ofertas para comprar a mais de 60 reais.

"Nós estamos preocupados com os aumentos de preço para a próxima safra", resume ele.

Glifossato e ressaca de preços

Em uma região onde praticamente existem apenas lavouras com soja transgênica, outro custo importante é o glifossato, herbicida que ataca as plantas invasoras, ao qual as plantações têm resistência.

"O glifosato, em relação ao ano passado, dobrou de preço. Na safra passada pagamos 10 reais o litro. Hoje, se eu for comprar, está 17 ou 18 reais", diz o produtor Tiago Carvalho.

O agricultor deve colher a maior parte de seus 600 hectares de soja a partir de 15 de março. Espera, assim como a maioria dos produtores catarinenses, uma produtividade excelente.

No entanto, é a partir do momento em que a soja está no armazém que começa o período de incertezas e de necessidade de atenção redobrada por parte dos agricultores, afirmou o presidente da Coopercam, anfitrião do encontro de produtores na noite de terça-feira.

"O produtor vai ter que estar ligado permanentemente", disse Di Domenico. "Todos os nossos custos estão aumentando de 5 a 10 por cento. Só que o nosso preço de venda vai cair de 5 a 10 por cento em relação ao ano passado. Custos subindo, preços caindo", disse ele, referindo-se à perspectiva de alívio no aperto dos estoques mundiais de soja e milho com a recuperação da produção nos EUA em 2013, após uma devastadora seca em 2012.

"A evolução dos preços foi muito rápida nos últimos cinco anos. Mas chegamos no topo. Alguns produtos já começam a cair no mercado. Será praticamente uma ressaca para o produtor. Viemos de uma festa boa e agora vamos começar a ressaca."

Trabalhadores rurais relatam os impactos do capitalismo sobre a identidade do campo – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 07/03/2013

Os impactos do capitalismo no campo na atual conjuntura foi tema de debate no terceiro dia do 11º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Foram abordadas questões como o agronegócio e a expulsão de trabalhadores(as) rurais por grandes fazendeiros.

Benedita Carvalho Gonçalves, trabalhadora rural do município de Igarapé- Miri – PA, e Presidente do STTR deste município, participou do debate e disse que o capitalismo traz dificuldades para os trabalhadores(as) rurais. Segundo ela, os grandes projetos do biocombustível com o plantio do dendê tem causado impacto na região, deixando os agricultores(as) sem saídas para atuar de forma digna. “Os latifundiários têm comprado terra dos nossos agricultores(as), que acabam indo morar na beira da estrada ou se mudando para a cidade. Isso causa inchaço nas cidades, aumento no número da violência, no consumo de álcool, drogas, prostituição”, afirmou Benedita.

A jovem trabalhadora rural *Rosana Rocha da Silva*, do STTR de Serro Grande do Sul, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, também discutiu esse tema em seu grupo de debate e mostrou-se preocupada. “O capitalismo começou a distanciar os nossos agricultores(as) de suas raízes”. Isso porque, segundo Rosana, este modelo capitalista

está levando alguns agricultores(as) a usarem sementes transgênicas, o que leva a uma indesejável perda da identidade do campo.

O Sindicalista *Valdeci Soares*, do Estado do Espírito Santo e Presidente do STTR de Afonso Campos, localizado a 130 km de Vitória, destacou que o avanço do capitalismo prejudicou famílias capixabas da região. “A expulsão das famílias de agricultores(as) familiares da área rural para a cidade e a compra terra dos agricultores por parte de fazendeiros, que constroem grandes fazendas, leva os trabalhadores(as) a saírem do campo e viverem em periferias”, disse.

Mandioca: Apresentadas medidas para fortalecer setor produtivo – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 07/03/2013

Uma das ações será o Festival Sabor Mandioca. Bares e restaurantes apresentarão pratos a base da raiz

O projeto de campanha de valorização da mandioca foi apresentado aos participantes da Câmara Setorial da cadeia produtiva da raiz nesta quinta-feira (7), em Brasília. De acordo com o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) Eloísio Barbosa Lopes, a promoção da mandioca no mercado nacional será feito por intermédio do *Festival Sabor Mandioca 2013*, onde os bares e restaurantes poderão apresentar diversos pratos de um alimento tradicional.

“A cadeia produtiva da mandioca enfrenta uma das mais sérias crises, especialmente no Nordeste, por causa da estiagem. Isso exige a adoção de medidas de fortalecimento do setor”, aponta Lopes. “É oportuno aproveitar a visibilidade do Brasil por causa dos grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações, para difundir alimentos tipicamente brasileiros”.

A campanha da mandioca vai valorizar além dos atributos culinários e nutricionais, aspectos sociais, econômicos, ambientais e históricos para consolidar a produção agrícola e industrial. Cerca de dois milhões de agricultores familiares brasileiros vivem da produção da maniva.

Os organizadores do XV Congresso Brasileiro de Mandioca, que ocorre de 21 a 26 de outubro, em Salvador, apresentarão palestras e montarão um estande da campanha de valorização da raiz. Está previsto, para o dia 15 de junho, a publicação trilingue de um Guia Internacional Sabor Mandioca, em Brasília. A obra contará com 48 pratos e aproveitará também a Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Temendo interferência, empresários querem mudanças na MP dos Portos – Folha de São Paulo, Mercado. 07/03/2013

Empresários do setor portuário apresentaram ao governo uma lista com três pedidos de mudanças na MP dos Portos.

A medida provisória foi editada pelo governo em dezembro do ano passado e alterou o marco regulatório do setor. Por ter desagradado à maioria, recebeu 645 emendas no Congresso.

Uma das propostas é a criação da figura do porto indústria, para movimentar carga de apenas uma companhia. Os empresários também solicitaram a renovação por até 25 anos de cerca de 50 contratos vencidos nos portos públicos, em troca de R\$ 10 bilhões em investimentos.

Já quem tem contrato em vigor nos portos públicos pediu que o governo antecipe sua renovação em novas bases para que elas possam ser competitivas em relação aos novos contratos.

A preocupação do governo é não deixar os portos sem produzir.

MPF investiga concessão de lote à esposa de acusado de mandar matar extrativistas – Carta Capital, Sociedade. 07/03/2013

O Ministério Público Federal vai apurar a concessão de um lote de terra realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em nome de Antonia Nery de Souza no assentamento Praialta-Piranheira, em Nova Ipuxina, Pará. Ela é esposa de José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do assassinato dos extrativistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, que defendiam a preservação da região contra os interesses do acusado de criar gado na área.

O Incra tem 48 horas para explicar ao órgão porque a mulher foi considerada apta a ser beneficiária da reforma agrária, sendo que seu marido possui impedimento legal para receber a terra. O órgão também quer saber a quanto tempo ela está assentada.

O MPF também requisitou que o Incra entregue uma cópia integral dos procedimentos administrativos para a concessão do lote e do procedimento aberto para a retomada deste. O órgão da reforma agrária alega que houve erro na concessão e que identificou a impossibilidade da beneficiada receber a terra.

Segundo as investigações, José Cláudio e Maria foram assassinados por protegerem três famílias assentados em terras cobçadas por Moreira. Ele havia comprado ilegalmente lotes na região e queria expulsar os camponeses do local, mas não conseguia devido ao enfrentamento dos extrativistas. Por isso, teria encomendado a morte do casal para ficar com as terras, dadas agora a sua mulher.

Os acusados do crime, Moreira (mandante) e os executores Lindonjonson Silva e Alberto Lopes deverão ser julgados em 3 de abril, em Marabá.

Reajuste do diesel agrava dificuldades logísticas da agricultura. Roberto Samora - Globo, Economia. 07/03/2013

O aumento do preço do diesel concedido pela Petrobras nesta semana é mais um agravante para agricultura, que já enfrenta desafios logísticos e de custos para escoar a safra recorde de grãos 2012/13, disseram representantes ligados ao setor.

A agricultura utiliza diesel em todas as etapas de produção, desde a preparação do solo até a colheita e o transporte da mercadoria, e seus custos são atrelados ao preço do combustível.

Na última terça-feira, a Petrobras anunciou um reajuste de 5 por cento no preço do diesel nas refinarias, no quarto aumento de preço desde meados de 2012.

"Provavelmente, deveremos ter maior pressão nos preços dos fretes por conta da alta do diesel", disse a superintendente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rosemeire dos Santos.

Mesmo excluindo o custo do frete, Rosemeire calcula que as despesas operacionais no campo devem subir 0,5 por cento por conta do reajuste.

Nos cálculos da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o reajuste do diesel -- item de maior peso para a operação das transportadoras-- resultará em alta de 1,25 por cento no custo do frete de cargas transportadas por caminhões no Brasil.

Patamar elevado deve evitar alta forte

Com a pressão para escoar uma safra recorde, os preços do frete rodoviário desde o Mato Grosso até os portos do Sul e do Sudeste já estão em máximas históricas, acima de 300 reais por tonelada, segundo a corretora Centrogrãos, que não vê muito espaço para reajustes expressivos.

É justamente o já alto custo do transporte de produtos que pode impedir um impacto maior do aumento do diesel.

"O nosso frete já está pela hora da morte, pelos apagões logísticos... temos problemas nas estradas, portos entupidos..." "Não vai ter um efeito tão grande (a alta do diesel), porque o frete já está tão inflacionado", disse o diretor do Centrogrãos, João Birkhan.

Em relação ao pico de preço registrado em 2012, o frete entre o Estado do Mato Grosso, principal produtor de soja do país, e os portos na costa brasileira está 40 por cento mais caro.

Para o presidente da Associação Brasileira de Transporte Logística e de Carga (ABCT), Newton Gibson, é preciso levar em conta que, seja qual for o impacto da alta do preço do diesel, ele vem se somar a outros custos, como os decorrentes de estradas em condições bastante ruins.

O efeito da pressão dos custos só não é maior sobre os agricultores porque os produtos estão sendo vendidos a preços historicamente elevados, após a quebra da safra nos

Estados Unidos no ano passado, o que evita, por ora, que as margens de lucro caiam ainda mais.

Manifestantes do MST invadem Ministério da Agricultura – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013

Manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do Movimento Camponês Popular ocuparam na manhã desta quinta-feira (7) a sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aguardam para serem recebidos por alguma autoridade do governo federal.

A ocupação quer chamar a atenção das autoridades para a pequena agricultura, segundo a coordenadora nacional do MST, Rosana Fernandes. "O modelo de agronegócio atual beneficia apenas a grande agricultura, que é das grandes empresas. E a maior parte da produção é para exportação. Queremos um incentivo maior para o modelo de agricultura camponesa, dentro da fatia do orçamento."

No momento, os servidores estão impedidos de entrar no prédio. O número de manifestantes não deve ultrapassar 400 pessoas, segundo a Polícia Militar.

Segundo a assessoria de imprensa da Agricultura, o ministro Mendes Ribeiro Filho embarca nesta manhã para o Rio Grande do Sul. Caso a reunião seja marcada, o encontro deve ocorrer com a presença do secretário executivo, José Carlos Vaz.

Fazenda da senadora ruralista Kátia Abreu é invadida pelo MST – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013

Filho da parlamentar afirma que sem-terra causaram prejuízo de R\$ 500 mil ao destruir mudas de árvores. Camponesas alegam que propriedade foi embargada duas vezes pelo Ibama por fazer desmates irregulares.

Uma das maiores defensoras do agronegócio no Congresso, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) teve uma fazenda de sua família invadida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na manhã de ontem.

Cerca de 500 camponesas entraram na propriedade localizada no município de Aliança (TO), ao lado da rodovia Belém-Brasília.

No protesto, elas também interditaram as pistas nos dois sentidos da via.

A ação das camponesas foi um dos vários atos das sem-terra em todo o Brasil em razão do Dia Internacional da Mulher e como parte da "Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina".

As sem-terra deixaram a fazenda à tarde. O deputado federal Irajá Abreu (PSD-TO), filho da senadora, disse que as camponesas causaram um prejuízo de cerca de R\$ 500 mil ao destruir mudas de árvores na propriedade.

O MST afirmou que escolheu invadir por algumas horas a fazenda da família da senadora porque as terras foram embargadas duas vezes pelo Ibama. Os embargos ocorreram em decorrência de desmatamentos em áreas de preservação, disse o MST.

Kátia Abreu rebateu dizendo que a área é "produtiva e moderna", servindo para a produção de eucaliptos.

Em nota, a senadora afirmou "repudiar, com indignação, a invasão" de sua fazenda. "Trata-se de propriedade produtiva, moderna, que emprega 48 trabalhadores."

Dirigentes do MST disseram que a permanência das manifestantes ocorreu sem nenhuma violência ou ameaça contra os funcionários.

Basf deve recusar acordo no caso de Paulínia. Naiana Oscar - O Estado de São Paulo, Economia. 07/03/2013

Empresa discorda da proposta que prevê plano de saúde para funcionário que não comprovar dano por contaminação

O caso que envolve Shell e Basf numa das maiores ações trabalhistas do País está fervilhando nos bastidores, apesar da audiência conciliatória realizada anteontem em Brasília e que terminou com uma proposta de acordo aceita pelos trabalhadores e, aparentemente, pelas duas empresas. Todas as partes terão de apresentar uma resposta definitiva para essa proposta na próxima segunda-feira, mas fontes que estão a par do caso afirmam que as chances de a Basf assinar o acordo são mínimas. Se a empresa alemã não assinar, existem duas situações possíveis: a Shell assumir sozinha as indenizações, que podem chegar a R\$ 370 milhões, ou o caso ir a julgamento.

A ação, que tramita na Justiça desde 2007, foi movida por ex-trabalhadores de uma fábrica de agrotóxicos de Paulínia, no interior de São Paulo. A unidade já pertenceu às duas companhias. Foi construída pela Shell na década de 70. Depois foi vendida para Cyanamid e, por fim, adquirida pela Basf em 2000. Análises feitas pela própria Shell quando ainda era proprietária da fábrica constataram a presença de metais pesados no solo e em amostras de água subterrânea.

Na terça-feira, os representantes das empresas e dos trabalhadores fizeram a última de cinco audiências públicas com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen - justamente no último dia dele à frente da instituição. A proposta definida naquele encontro prevê que as empresas se comprometam a pagar uma indenização de R\$ 200 milhões por danos morais coletivos, e também indenizações individuais. Além disso, Basf e Shell teriam de bancar um plano de saúde universal e vitalício para os ex-trabalhadores e seus descendentes.

Discórdia. Aí está um dos pontos nevrálgicos do processo. A proposta prevê que o plano de saúde seja fornecido a qualquer funcionário, mesmo que não fique comprovado dano à saúde pela contaminação (é o que no Direito se chama de nex

casual). As empresas querem que só seja beneficiado o trabalhador que comprovar essa relação.

Basf e Shell se comprometeram em levar a proposta para avaliação dos acionistas. "Mas os alemães não vão concordar com isso", disse fonte próxima a Basf. As empresas não quiseram comentar as informações. O escritório Lucon Advogados, que atende a Basf, também não se manifestou sobre o tema.

Manifestantes deixam fazenda da senadora Kátia Abreu. André Caramante – Folha de São Paulo, Poder. 07/03/2013

As cerca de 500 mulheres sem-terra que invadiram na manhã desta quinta-feira (7) uma fazenda da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) deixaram o local na tarde de hoje. A saída ocorreu de forma pacífica.

A fazenda fica na cidade de Aliança (TO), às margens da rodovia Belém-Brasília, que também chegou a ter as pistas nos dois sentidos interditadas pelas manifestantes. As trabalhadoras rurais também desocuparam as vias sem nenhum tipo de conflito.

Símbolo da defesa do agronegócio no Congresso Nacional, a senadora Kátia Abreu -- que também preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)-- classificou como "milícia" a Via Campesina, movimento do qual o MST faz parte.

Ela chegou a afirmar em nota que "48 empregados da fazenda haviam sido transformados em reféns" pelas manifestantes.

O deputado federal Irajá Abreu (PSD-TO), filho da senadora, informou que as camponesas causaram um prejuízo de aproximadamente R\$ 500 mil ao destruir mudas de árvores na propriedade.

Logo após a desocupação, dirigentes do MST negaram as acusações da senadora e disseram que a permanência das manifestantes aconteceu sem nenhum tipo de violência ou ameaça contra os empregados da fazenda.

O MST afirmou que escolheu invadir por algumas horas a fazenda da família da senadora porque as terras foram embargadas duas vezes pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Os embargos foram em decorrência de desmatamentos em áreas de preservação.

Kátia Abreu rebateu dizendo que a área é "produtiva e moderna", servindo para a produção de eucaliptos.

Trabalhadores sem terra ocupam usina em pernambuco após quebra-quebra – O Globo, País. 08/03/2013

RECIFE — Armados de porretes e facões, cerca de 300 trabalhadores sem terra promoveram quebra-quebra na manhã desta sexta-feira e ocuparam o pátio da usina Maravilha, no município de Goiana, a 70 quilômetros do Recife. A ação para marcar o

Dia Internacional das Mulheres foi coordenada pela Via Campesina, que reúne lavradores ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os manifestantes exigem desapropriação de terras da indústria açucareira, que fechou as portas acumulando milhões de reais em débitos trabalhistas.

A ocupação aconteceu por volta de seis horas da manhã, quando os manifestantes se reuniram e fizeram discursos inflamados contra a diferença de tratamento dispensada a empresas e à reforma agrária. Isso porque o governo de Pernambuco desapropriou engenhos para preparar infraestrutura para a montadora Fiat, que está se instalando em Goiana, município tradicionalmente ocupado pela agroindústria açucareira. Para a CPT e o MST, se o tratamento é diferenciado, os trabalhadores precisam de mais apoio do que as grandes empresas.

— O governo só trabalha para o rico, doa terra para multinacional. Passei nove anos sob a lona lutando por um pedaço de terra, mas para a Fiat foi rapidinho, disse Marilena Ferreira, ligada à CPT.

Segundo Plácido Júnior, coordenador da CPT em Pernambuco, a ação marca também pressão sobre as representações do INCRA em Pernambuco e na Paraíba para que se monte força tarefa para agilizar processos de vistoria e desapropriações na região, que faz limites com o outro estado, onde muitos engenhos pertencem a usinas pernambucanas. MST e CPT acusam governo estadual de ter destinado verbas milionárias a usinas que tinham histórico inclusive de trabalho escravo.

— Dinheiro para reforma agrária, o governo tem, o que falta é vontade política, reclamou Jaime Amorim, Coordenador do MST em Pernambuco. Os sem terra não tiveram dificuldade para ocupar o pátio da usina, que estava sem vigilância. Quebraram os vidros da portaria, invadiram a parte interna e abriram os portões. Nesse momento, eles ocupam uma faixa da BR. 101, provocando grande congestionamento, numa via já estrangulada. Seguem para o centro de Goiana, onde fazem novo protesto na Prefeitura e no Ministério Público. INCRA, governo do estado e Sindicato da Indústria do Alcool e do Açúcar ainda não se pronunciaram.

Mulheres camponesas do MST invadem sede do Incra em Sergipe – Folha de São Paulo, Poder. 08/03/2013

Cerca de 600 mulheres camponesas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) invadiram nesta sexta-feira (8) a sede do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), em Sergipe.

Elas reivindicam a desapropriação das áreas ocupadas por famílias no Estado. De acordo com o MST, Sergipe tem 11 mil famílias sem-terra.

A invasão também pede a melhoria na infraestrutura dos assentamentos. "A reforma agrária não está sendo discutida pelo governo federal, e isto acaba impedindo o avanço

da conquista de novos assentamentos", afirma Dilma Lima dos Santos, que faz parte da direção do MST de Sergipe.

Durante a semana, o movimento fez diversas invasões pelo país em campanha chamada "Mulheres sem-terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos".

Segundo informações divulgadas pelo MST, aconteceram desde segunda-feira (4) invasões e manifestações em outros 16 Estados. O movimento afirma que 10 mil mulheres participaram das atividades.

O caso que chamou mais atenção aconteceu ontem, quando cerca de 500 mulheres sem-terra que invadiram uma fazenda da senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Elas deixaram o local no mesmo dia e de forma pacífica.

Símbolo da defesa do agronegócio no Congresso Nacional, a senadora Kátia Abreu -- que também preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)-- classificou como "milícia" a Via Campesina, movimento do qual o MST faz parte.

Ela chegou a afirmar em nota que "48 empregados da fazenda haviam sido transformados em reféns" pelas manifestantes.

O deputado federal Irajá Abreu (PSD-TO), filho da senadora, informou que as camponesas causaram um prejuízo de aproximadamente R\$ 500 mil ao destruir mudas de árvores na propriedade.

Logo após a desocupação, dirigentes do MST negaram as acusações da senadora e disseram que a permanência das manifestantes aconteceu sem nenhum tipo de violência ou ameaça contra os empregados da fazenda.

Março é o mês das 'jornadas de luta'. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 08/03/2013

Há 15 anos as mulheres do MST realizam no início de março as chamadas jornadas de luta - com invasões de terras e de edifícios públicos, passeatas e interdições de rodovias - para lembrar o Dia Internacional da Mulher e cobrar a realização da reforma agrária no País. Em áreas de reflorestamento, elas também incluem nos protestos a depredação de áreas de pesquisa de melhoramento genético e viveiros.

O caso mais barulhento ocorreu em 2006, quando 2 mil mulheres invadiram um horto florestal e um laboratório de pesquisas da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Em termos de publicidade para o movimento, foi uma péssima iniciativa, associada a vandalismo. A imagem do laboratório destruído, a entrevista com a pesquisadora que não conteve as lágrimas ao ver o estrago e a revelação de que 20 anos de estudos genéticos haviam sido prejudicados só serviram para alimentar antipatias contra o MST.

As militantes do movimento justificam as depredações como forma de chamar a atenção para os problemas ambientais causados pela expansão da monocultura do eucalipto, no rastro da indústria de celulose. No caso da Aracruz, o objetivo era denunciar o fato de que o empreendimento contava com financiamento público. Agora, na Fazenda Aliança, em Tocantins, estariam tentando chamar a atenção para um projeto de reflorestamento que, segundo o MST, é feito com eucaliptos, e não com plantas nativas da região.

Embora ainda patrocine ações violentas desse tipo, o MST parece ter consciência de que elas mais prejudicam do que ajudam a sua imagem e a causa da reforma. Uma indicação disso é o primeiro balanço da movimentação das mulheres neste ano, divulgado ontem pela coordenação nacional.

Ele mostra que a depredação em Tocantins foi um ato isolado da jornada, que, iniciada no dia 4, se estende por oito Estados. Até ontem haviam sido registradas oito ocupações de áreas rurais e a interdição temporária de uma rodovia federal, a Belém-Brasília. As mulheres também invadiram três edifícios públicos, entre eles a sede do Ministério da Agricultura, em Brasília, e os escritórios de duas empresas particulares.

Além de reivindicar terras para a reforma agrária e combater o agronegócio e o uso de agrotóxicos, elas protestam contra o Poder Judiciário, pela lentidão nos processos que envolvem crimes contra militantes de movimentos. Foram quatro atos de protestos, em diferentes locais.

A jornada, que também incluiu marchas em cinco cidades, deve prosseguir hoje, Dia Internacional da Mulher.

Lucro e receita da Heringer cresceram no 4º tri de 2012. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 08/03/2013

Depois de três trimestres com resultados desfavoráveis, a Fertilizantes Heringer, uma das maiores empresas do setor no país, teve lucro líquido de R\$ 47,7 milhões nos últimos três meses de 2012, um aumento de 7,7% sobre o mesmo período de 2011. O resultado foi impulsionado pelo crescimento das vendas no último trimestre, quando existe grande demanda por adubos para várias culturas agrícolas.

O volume de entregas de fertilizantes no quarto trimestre foi de 1,56 milhão de toneladas, patamar próximo ao do mesmo intervalo de 2011 (- 0,6%). As entregas de produtos destinados às culturas de soja e milho tiveram crescimentos expressivos, de 13,9% e 6,2%, respectivamente, em consequência da expansão da área plantada e expectativa de melhor rentabilidade.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) cresceu 8,1% no quarto trimestre de 2012 ante igual período de 2011, para R\$ 143,7 milhões. A receita líquida no período aumentou 7,1%, para R\$ 1,77 bilhão.

O resultado positivo no quarto trimestre acabou reduzindo as perdas registradas em grande parte de 2012. No ano passado, o prejuízo líquido foi de R\$ 2,47 milhões contra

um lucro de R\$ 63,9 milhões em 2011. Embora o Ebitda tenha recuado 30% em relação a 2011, para R\$ 246,771 milhões, foi o segundo maior da história da Heringer, de acordo com Dalton Heringer, diretor-presidente da companhia.

Segundo Heringer, o lucro líquido no último trimestre de 2012 foi afetado pela variação cambial. No período, o dólar se valorizou em relação ao real.

A receita líquida da companhia em 2012 totalizou R\$ 5,3 bilhões, alta de 12,8% sobre 2011. O volume de entregas foi recorde no ano passado: 5 milhões de toneladas ante 4,86 milhões de toneladas registradas em 2011.

A empresa mostra otimismo em relação a este ano. A expectativa é que os preços dos grãos fiquem em patamares favoráveis, o que deve puxar o consumo de fertilizantes. Dalton Heringer afirma que as relações de troca entre produtos por fertilizantes continuam favoráveis e prevê mais um recorde no consumo de adubos no país. Em 2012, foram entregues ao consumidor final 29,5 milhões de toneladas de fertilizantes, alta de 4,3% sobre 2011.

Dificuldade de escoar safra recorde de grãos preocupa produtores. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 09/03/2013

Tempo gasto para levar a carga aos portos eleva os custos do frete e provoca congestionamentos

O maior polo produtor de grãos de Mato Grosso, que reúne os municípios de Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, sofre sem alternativa para escoar a produção recorde deste ano. O gerente sindical do Sindicato Rural de Sorriso, Rubens Denardi, resume: "A coisa tá feia".

O polo é cortado pela BR-163, a mais importantes rodovia da Região Centro-Oeste, responsável pelo escoamento de cerca de 30% da soja nacional. Em 2012, foi considerada uma das estradas que mais matam no País, com mais de 1.200 acidentes, que resultaram em 300 mortes e 550 feridos graves.

Denardi diz que a viagem, que poderia ser feita em três dias, atualmente demora de cinco a seis dias. O tempo gasto para chegar ao destino dobra os custos operacionais entre 25% e 30% dependendo da região e do tipo de frete, diz o presidente do Sindicato das Empresas Transportadores de Mato Grosso (Sindmat), Eleus Vieira de Amorim.

Às margens direita e esquerda da BR-163 também estão grandes produtores de soja: Nova Ubiratã, Ipiranga do Norte, Tapurah, Vera, Feliz Natal, Claudia e Tabaporã. Sapezal, no meio-norte do Mato Grosso, enfrenta o mesmo problema. O presidente do Sindicato Rural de Sapezal, Claudio José Scariote, disse que o transporte 300 toneladas para o porto de Paranaguá custa R\$ 300. "No ano passado o frete não chegava a R\$ 180."

Santos e Paranaguá. De acordo com a Ecovias, concessionária que administra não só as estradas do Sistema Anchieta/Imigrantes, mas todas as suas interligações, a situação das

rodovias vai continuar crítica, enquanto os caminhões carregados de milho e de soja estiverem trazendo grãos para embarque no Porto de Santos.

No Porto de Paranaguá, a 110 quilômetros de Curitiba, a movimentação de caminhões no continua normal, com a chegada de cerca de 1,8 mil veículos, dentro da capacidade do pátio. Na tarde de ontem, não houve filas como em anos anteriores, que chegaram a atingir até 60 quilômetros de extensão.

Para o especialista em agronegócio e energia, Marcos Jank, o caos logístico no Brasil já vem se evidenciando desde o ano passado, com a safra recorde de grãos no País e a constatação de que os portos e seus acessos encontram-se despreparados para receber tal concentração de cargas. Segundo ele, os congestionamentos aumentam em direção ao Porto de Santos porque 86% da safra do cerrado brasileiro é escoada pelos portos do Sul e Sudeste. Apenas 14% da safra vai para os portos da Região Norte.

Estado deve orientar investimento privado em áreas importantes, diz brasilianista. Eleonora de Lucena – Folha de São Paulo, Mercado. 09/03/2013

Para desemperrar o crescimento, a presidente Dilma Rousseff convoca empresários e pede investimentos. Na visão do brasilianista Peter Evans, a iniciativa é insuficiente: a lógica empresarial, voltada para os resultados financeiros, é outra. A chamada burguesia nacional quase não existe --tem agora interesses globalizados, mais distantes dos interesses nacionais.

Evans fez estudos clássicos sobre a relação Estado/empresas no Brasil. Morou no Brasil nos anos 1970, deu aulas na UNB e atuou no Cebrap nos anos 1980.

Seu "A Tríplice Aliança" (1979) dissecou o tripé do modelo brasileiro de então, que reunia capitais estatais, nacionais e estrangeiros. Em 2001, o sociólogo formado em Harvard voltou ao assunto em "Autonomia e Parceria", discutindo o papel do Estado no desenvolvimento, comparando situações no Brasil, na Índia e na Coreia.

Professor emérito da Universidade da Califórnia, em Berkeley, ele advoga que o governo deve ampliar sua aliança em torno de um projeto nacional, incluindo organizações sindicais, associações, intelectuais, e visando o desenvolvimento das capacidades humanas.

Nesta entrevista, concedida por telefone de Nova York, Evans, 68, defende que, apesar das dificuldades, é fundamental para o país ter um projeto nacional. E que o setor público é chave nesse processo.

*

Folha - Como o sr. avalia o desenvolvimento brasileiro hoje?

Peter Evans - O importante é evitar o grande domínio de uma versão dominada pela obsessão da acumulação de capital, que privilegia a produção de bens manufaturados. Temos que ter outro ponto de partida: o crescimento das capacidades humanas para produzir para o bem-estar do ser humano.

O sr. a indústria perde importância? Mas não é nesse setor que estão os melhores empregos? Os países desenvolvidos não cresceram com base na indústria?

Sim, os bons empregos são empregos na indústria manufatureira. Mas isso depende da força e da organização dos trabalhadores. Os países que têm desenvolvido a capacidade humana das suas populações produzem bens manufaturados. Mas não é a produção dos bens manufaturados que leva ao desenvolvimento. É o desenvolvimento que leva à produção de bens manufaturados. A indústria manufatureira é uma parte fundamental de qualquer economia. Mas é falso achar que a indústria manufatureira pode ser o único motor de desenvolvimento.

O motor de desenvolvimento é o aumento da capacidade humana de produzir, de pensar, de criar etc. Fazendo isso, o país vai ter uma indústria manufatureira importante para a sua economia. Pensar que desenvolvendo a indústria manufatureira o desenvolvimento virá leva à concentração no papel do capital, e serve aos interesses da elite, pois privilegia o papel dela como dona dessa propriedade produtiva. Ao mesmo tempo esconde a parte mais fundamental da produtividade que é a dos seres humanos que trabalham.

O Brasil é desenvolvimentista?

O Brasil é mais desenvolvimentista do que a grande maioria dos países porque tem investido no setor público, nos serviços públicos. Não quer dizer que o país seja uma maravilha. Como cidadão norte-americano estou triste porque os EUA estão retirando os investimentos essenciais em educação, no sistema de saúde etc. Estão diminuindo o esforço social nessas áreas imprescindíveis para o desenvolvimento. Por isso os EUA estão perdendo a capacidade criativa, que é o cerne do desenvolvimento que foi construído desde o século 19.

E a China?

A China investiu fortemente em serviços básicos para a população, nas capacidades humanas. Desenvolveu uma população alfabetizada, um sistema amplo de saúde. Na década de 1980, quando o país flexibilizou as regras econômicas, pode aproveitar esses investimentos. Agora a situação está mais duvidosa, porque há um aumento da concentração de renda e a questão é se haverá continuidade nos investimentos fundamentais em saúde e educação.

Qual o papel do Estado na definição desses investimentos?

É fundamental. Porque a racionalidade do setor privado é muito mais facilmente orientada pelo investimento em máquinas do que nas capacidades humanas. Porque o retorno do investimento nas máquinas vai para o dono das máquinas. Mas o retorno do investimento nas capacidades humanas vai para os indivíduos. Mais importante, vai para a sociedade. A apropriação desse retorno pelos investidores não é tão fácil. Só no longo prazo que se beneficiam. Sem investimento público, que esteja focalizando nos resultados coletivos, não se constrói um sistema de educação efetivo e eficaz.

O sr. não acha fundamental estimular a indústria?

O crescimento industrial é mais um fator, mas não é o fundamental. O fundamental é investir nos setores de serviços que estimulam o crescimento das capacidades da população. Se a opção é por concentrar esforços na indústria, o setor privado fica com mais poder e isso não vai favorecer os investimentos fundamentais. Vai enriquecer talvez o setor privado.

Em "A Tríplice Aliança" o sr. estudou em profundidade a articulação entre Estado e capitais nacionais e estrangeiros na constituição do modelo brasileiro. Essa fórmula daria certo hoje?

O setor privado não vai investir nos ramos mais importantes sem alguma disciplina e coordenação por parte do Estado. O Estado pode desempenhar um papel importante, fazendo incentivos para que o capital privado invista nas novas fronteiras de produção. A racionalidade do retorno privado não é suficiente para canalizar os investimentos nas áreas de maior risco, que são mais novas e interessantes em termos da agregação de valor maior.

Qual o papel dos empresários?

O país tem que reconhecer no mundo atual mudou. A famosa burguesia nacional quase não existe. O capital tem ligações muito mais globais do que na década de 1970. Ao mesmo tempo, o papel do setor financeiro se tornou muito mais dominante. É muito mais difícil para o Estado construir hoje em dia uma aliança local em torno de um projeto nacional. Os projetos do capital são mais orientados para os retornos globais. A ideia de que se pode construir um projeto nacional tendo por base uma aliança entre o capital e o Estado não funciona na economia globalizada atual.

É por isso que o Estado deve fazer uma aliança muito mais ampla do que a velha tríplice aliança. Deve incluir uma faixa muito ampla da sociedade civil e as pessoas menos privilegiadas. Se não, o projeto nacional não funciona. Porque as pessoas menos privilegiadas na sociedade são as que têm o interesse fundamental nesses investimentos no cerne do desenvolvimento, nas capacidades humanas. A velha aliança Estado-capital é muito menos eficaz; é necessária uma aliança mais ampla. Isso vale para o Norte e para o Sul.

Por isso a desnacionalização avança na economia?

Todos os países do mundo estão virando mais desnacionalizados. É outro lado da moeda de "globalização." O Brasil talvez seja um dos países menos desnacionalizados no mundo atual. Mas, sem dúvida, os efeitos da globalização se registram no Brasil. Isso quer dizer que os capitalistas brasileiros são cada vez mais capitalistas cosmopolitas que definem os seus interesses num âmbito global. A famosa burguesia nacional, das teorias do começo do século 20, é agora uma quimera.

Como ocorrem as diferenças de interesses?

A diferença entre as pessoas e o capital é que o capital pode ser global. As pessoas podem viajar, mas, no final das contas, elas têm raízes com um país e têm interesses no melhoramento do bem estar humano nesse país. As pessoas têm interesses nacionais. Para o capital, os interesses nacionais são muito mais duvidosos. A sociedade tem

naturalmente um projeto nacional; o capitalista, não. Então, se o estado quer ser parte de um projeto nacional, tem que incluir uma parte maior da sociedade, que tem que ter algum peso nas decisões do Estado, na alocação dos recursos. Assim, vai haver investimento adequado nas áreas para construir a capacidade humana necessária ao desenvolvimento.

O sr. pesquisou os protagonistas do setor empresarial brasileiro nos anos 1970. O Brasil não tem mais uma burguesia nacional?

Existem capitalistas brasileiros muito poderosos globalmente. Nesse sentido, existe essa burguesia nacional. Mas ela hoje em dia tem os interesses globais. Gerdau, por exemplo, é uma empresa brasileira muito poderosa globalmente, que não pode ver o mundo em termos de um projeto nacional. A empresa tem que ter um projeto global. Está desatualizada essa velha visão do capital nacional, de que o capital localizado na nação tinha interesses sobretudo na economia nacional. Isso não quer dizer que o capital brasileiro não tem uma relação diferente com o Brasil do que o capital sediado na Suíça ou nos EUA. Mas a diferença entre a visão do capital brasileiro e a do sediado em Nova York está cada vez menor.

Há ainda um espaço para um projeto nacional?

É fundamental ter um projeto nacional, ter alguma direção para onde a nação precisa ir para ter um futuro melhor. A transformação da economia política global problematiza a construção de projetos nacionais. No mundo atual, projeto nacional requisita mais vontade e esforço político. As elites privadas que controlam o poder econômico estão cada vez mais atraídas pelas estratégias globais --até nos casos em que essas estratégias globais não beneficiam os interesses gerais da cidadania. Os cidadãos ordinários estão mais enraizados na comunidade nacional. Portanto, a organização e a mobilização dos interesses coletivos desses cidadãos ordinários é cada vez mais fundamental para a construção de um projeto nacional.

O crescente poder do capital global e a integração do capital local às redes de capitais transnacionais tornou a associação mais estreita com o capital mais arriscada e mais difícil.

Por isso é mais difícil hoje de desenhar um projeto assim?

Desenhar um projeto efetivo depende da participação da população. A época em que a elite desenhava um projeto por si, sem participação maior da população, já era. Sem participação efetiva organizada é impossível desenvolver um projeto nacional.

No passado bastava reunir empresários no escritório do ministro da Fazenda.

O que aconteceu na época da ditadura dependeu de investimentos anteriores, de um projeto nacional que já tinha se desenvolvido. Não é correto atribuir uma influencia maior desse período em si sobre a grande trajetória brasileira. Naquele tempo se desenvolveu um projeto da elite para os interesses da elite. Um projeto só da elite não funciona a longo prazo. É uma das razões que explicam por que a ditadura não conseguiu sobreviver. Era um sistema elitista de fazer decisões, que foi ficando cada vez mais corrupto, ineficiente e sem ideias.

E concentrou renda.

Sim. Virou um sistema de decisões fechado, sem informação suficiente, sem visão adequada para tomar decisões efetivas.

Como seriam os novos pilares para o desenvolvimento?

Tem que se fundar na ideia de que o desenvolvimento é principalmente o das capacidades humanas, que precisa alcançar uma faixa bastante ampla da população. Isso não vai ocorrer se a população não tiver uma voz organizada no sistema político.

Isso significa incluir, por exemplo, sindicatos, associações, cientistas na discussão do projeto nacional?

Exatamente. E a sociedade precisa ter uma participação ativa.

A presidente está se reunido com empresários para pedir mais investimentos. Essa é uma estratégia adequada?

Não é possível mudar o raciocínio dos empresários simplesmente pedindo. Eles têm um raciocínio próprio. O raciocínio do capital é cada vez menos um raciocínio de projeto nacional. O raciocínio global do capital é cada vez mais direcionado a encontrar possibilidades de obtenção de retornos financeiros. Pedir não funciona nem no Brasil nem nos EUA. A China tem vantagem porque lá o Estado ainda controla uma boa proporção do investimento e não depende completamente do raciocínio do setor privado.

O que o governo deveria fazer?

Os investimentos fundamentais para o desenvolvimento, os investimentos públicos na educação e na saúde _que geram emprego e renda. O setor público tem que ser visto como o centro chave do processo.

E onde buscar dinheiro para isso?

Depende de recolher recursos do capital, da elite. Sobretudo tem que tirar uma parte dos recursos gigantescos que o setor financeiro está acumulando.

O sr. propõe aumentar impostos sobre o setor privado?

Sim. Eles vão dizer que, se forem retirados recursos, não vão investir. Mas, de fato, não estão investindo na criação de empregos. Então essa ameaça... É claro que é um jogo complicado, porque eles têm a possibilidade de abandonar completamente a nação, mudar todo o dinheiro para outros lugares. Mas, apesar disso, para ter investimento público tem que ter recursos públicos. E, para isso, tem que haver uma alocação dos recursos totais da sociedade.

O baixo crescimento Brasil ainda está ligado aos juros altos?

Juros altos é um grande problema. Um dos aspectos positivos da política recente do Brasil é que o governo está fazendo esforços em reduzir juros. É uma luta contra o poder do setor financeiro.

Qual o peso do câmbio nesse contexto?

É um problema das regras da economia global. Não é um problema que o Brasil criou. O Brasil tem que sobreviver nesse mundo das finanças globalizadas com regras que não funcionam.

O sr. está otimista com o Brasil?

Comparativamente, o Brasil é um dos países que tem as perspectivas mais otimistas. Em relação aos EUA, o Brasil avançou muito. Os EUA estão regredindo, pois não estão investindo como deveriam no setor público, que está falido em termos de recursos. A desigualdade está crescendo de uma maneira brutal e acelerada. O sistema político não está funcionando. É apavorante.

A violência como método – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/03/2013

Enfraquecido politicamente, pois não conta mais com a conivência e a tolerância ilimitadas do governo do PT, com um discurso ideológico cada vez mais vazio, mas mantendo algum grau de organização e, sobretudo, conservando seu aparentemente inesgotável vigor para praticar crimes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) conseguiu realizar seu maior protesto contra o governo Dilma. Nos últimos dias, seus militantes, apoiados por organizações com características e objetivos assemelhados aos seus, invadiram fazendas, destruíram viveiros, sabotaram plantações, impediram o fluxo do tráfego em rodovias, depredaram patrimônio privado, invadiram prédios públicos, fizeram discursos, divulgaram documentos. Suas ações atingiram 22 Estados.

Tudo isso seria apenas mais uma repetição daquilo que o brasileiro responsável, cumpridor das obrigações e preocupado com seu futuro e do País cansou de ver no ambiente rural nos últimos anos se, desta vez, as manifestações desses grupos que agem cada vez mais à margem da lei não fossem particularmente patéticas. Além de agirem de maneira ilegal, sem que, na maior parte dos casos, sua ação fosse, como deveria ter sido, contida com energia pelas autoridades policiais - umas empurraram a competência para outras -, os organizadores fizeram discursos e distribuíram documentos que mostram seu afastamento cada vez maior da realidade.

Seu protesto, como ocorre há 15 anos, foi para lembrar o Dia Internacional da Mulher, e desta vez o alvo foi o agronegócio. Um dos principais atos do protesto foi a ocupação da Fazenda Aliança, no Tocantins, de propriedade da família da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) - mulher e representante do agronegócio.

Cerca de 500 militantes ocuparam a propriedade, destruíram viveiros de mudas de eucalipto e mantiveram confinados trabalhadores e seguranças do local, que conseguiram evitar o conflito. "Eu, que sempre dormi sozinha na fazenda com meus filhos pequenos, sem nunca andar armada, agora não vou deixar meus filhos e meus

funcionários correndo risco de vida", reagiu a senadora. "Imagine se resolvessem colocar fogo nas dezenas de máquinas que tenho lá."

Por cegueira ideológica, o MST e as demais organizações que o apoiam e os militantes desses movimentos não conseguiram até hoje entender a extraordinária transformação por que passou a atividade agrícola no País nos últimos anos. Ela alcançou níveis de eficiência e de competitividade que a colocam entre as mais desenvolvidas do mundo, o que permitiu ao País sobreviver sem grandes consequências aos efeitos das crises que conturbaram a economia mundial. Isso não afasta do meio rural os pequenos e médios produtores nem implica - como supõem o MST e seus militantes - o predomínio da monocultura. Há oportunidades para todos e espaço para as diversas culturas.

As desastrosas ações do MST no laboratório da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, em 2006, quando 2 mil mulheres destruíram anos de trabalho de pesquisa, revelaram uma das faces mais danosas para o País da violência dessas manifestações. Mas, por estreiteza política, o MST continua a recorrer à violência para, por meio dela, tentar defender suas bandeiras político-ideológicas, o que não consegue mais fazer com seu discurso. A cada ação desse tipo certamente corresponderá maior isolamento desses movimentos.

Parece que, felizmente, vai se transformando em mero registro histórico o gesto do ex-presidente Lula de colocar na cabeça o chapéu do MST, simbolizando seu apoio irrestrito à organização. A redução do número de assentamentos promovidos pelo Incra é consequência da mudança da política agrária no governo Dilma. Por entender que as distribuições de nada adiantam para o assentado e para o País se as terras não se transformarem em fonte de renda, o governo quer que os assentamentos sejam produtivos. Para isso vem dando apoio técnico e material aos assentados - e distribuindo cada vez menos terras.

A mudança pode ser fatal para o MST, cuja sobrevivência depende justamente de aglutinar militantes com a promessa de distribuição de terra.

Pente Fino. Dora Kremer – O Estado de São Paulo, Política. 10/03/2013

Com críticas duras à administração Dilma Rousseff - política e economicamente falando -, o governador de Pernambuco já começou a passar em revista as possíveis tropas.

Estado por Estado, bancada por bancada, Eduardo Campos tem conversado com dissidentes dos partidos (de governo e oposição) onde há potencial de alianças em 2014. Não se apresenta claramente como candidato a presidente - deixa uma porta aberta para recuar, se necessário -, mas diz o suficiente para o interlocutor compreender do que se trata, enxergá-lo como um atrativo e discorrer livremente sobre os respectivos cenários regionais.

Na semana passada, o governador fez alguns desses encontros cujos efeitos em breve deverão começar a aparecer: deputados federais de variados partidos vão a Pernambuco para visitar Eduardo Campos. Sob qualquer pretexto.

Podem alegar curiosidade a respeito de obras como podem também dizer que querem ver de perto os efeitos da seca, bem como a razão pode ser a medida provisória que retira os portos das administrações estaduais. Tanto faz, já que a ideia é transmitir sinais exteriores de abundância.

No meio político isso se chama "adensar o entorno". É justamente o que tem tentado fazer o governador. O discurso está redondo, na opinião de quem ouviu. Bate na maneira de a presidente administrar e na forma de se relacionar com aliados.

Poupa o ex-presidente Lula, a quem se diz grato, mas deixa patente que eleitoralmente não deve nada a Dilma. Ao contrário, desenvolve o raciocínio de que em 2002 e 2006 os aliados surfaram, por assim dizer, na onda de Lula, mas em 2010 deram o sangue para eleger a sucessora.

Nesse ponto entra o assunto da entrega ou não desde logo dos cargos federais do PSB. Eduardo Campos alega que não pode criar problemas para o partido, notadamente aos prefeitos e governadores.

Vai estender a corda e, se quiser adotar uma análise que ouviu de um dos candidatos a combatente em sua tropa, tem argumento pronto: os cargos atuais representam um acordo da eleição de 2010, mas não significam a promessa de compromisso futuro, muito menos eterno.

Resumo: Eduardo Campos está buscando base política para avaliar a conveniência de se lançar e, se assim decidir, o fará na condição de candidato do contraponto, nunca do confronto.

Querer e poder. Duas evidências emergiram da derrubada dos vetos presidenciais à lei de distribuição dos royalties do petróleo. Uma: o governo federal não exerce poder moderador sobre sua maioria no Congresso e não enfrenta questões polêmicas. É bravo em céu de brigadeiro.

Outra: quando quer, o Legislativo não se submete ao Executivo. O problema é que essa disposição só dá sinal de vida quando está em jogo o interesse dos parlamentares de jogar para a plateia de seus Estados.

Sem lei. A canoa das ilegalidades do MST virou (não é de hoje), porque deixaram ela virar. O governo federal revogou, na prática, legislação que impunha restrições e punições a invasores e os governos estaduais, responsáveis diretos pela segurança do público, em sua maioria fazem vista grossa.

Um grupo de 500 sem-terra vem de invadir a fazenda da senadora Kátia Abreu, assumindo tratar-se de um "ato de sabotagem" contra o agronegócio e a favor da reforma agrária.

Os funcionários da fazenda recolheram-se em seus alojamentos e ali ficaram até que os invasores armados com foices resolvessem terminar o "protesto" que nada lhes custou.

Entram, destroem o que bem entendem e saem sem serem importunados porque as autoridades não enxergam nessas e em tantas outras violências afronta alguma ao Estado de Direito.

Basf versus Shell APOSTA – O Estado de São Paulo, Economia. 11/03/2013

Lado a lado no banco dos réus, na maior ação trabalhista em curso no País, as empresas Shell e Basf também têm travado uma batalha nos bastidores. O caso, que já dura seis anos, caminha para um desfecho hoje, em Brasília. A ação da qual as duas se defendem foi movida por ex-trabalhadores de uma fábrica de agrotóxicos de Paulínia (SP), que já pertenceu às duas companhias. A unidade foi construída pela Shell na década de 70, vendida para a Cyanamid em 1995 e adquirida pela Basf em 2000. Em 2002, a unidade foi interditada por contaminação do solo e da água. Enquanto se defendem da fúria dos trabalhadores, que exigem plano de saúde vitalício, além de indenizações que podem chegar a R\$ 370 milhões, as duas empresas discutem de quem é a responsabilidade nesse caso. Se é da Shell, que foi quem construiu a planta e produziu agrotóxicos, ou se é da Basf, que comprou unidade sabendo da contaminação. Segundo fontes, a Basf chegou a abrir um processo contra a Shell para fazer com que a empresa assumisse sozinha os custos do processo. Hoje, Shell e Basf terão de se manifestar no Tribunal Superior do Trabalho sobre a proposta dos trabalhadores. Para a Basf, que tem outras plantas químicas no País, assinar o acordo pode ser um tiro no pé, diz uma fonte, já que isso abriria precedentes em possíveis novos casos de contaminação. Desde 2007, as duas empresas já gastaram R\$ 24 milhões só com taxas pagas à Justiça com recursos ordinários.

Contexto – Valor Econômico, Empresas. 11/03/2013

Fronteira agrícola já não tão nova, a região oeste da Bahia se consolidou nos últimos anos como uma das principais produtoras de grãos e algodão do país. Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, a produção de soja no oeste ocupa 1,3 milhão de hectares nesta safra 2012/13 e a colheita deverá superar 4 milhões de toneladas - aumentos de 11,8% e 20,8% em relação ao ciclo 2011/12, respectivamente. No caso do algodão, a área plantada tende a chegar a 266,2 mil hectares e a produção prevista pela Aiba é de mais de 1 milhão de toneladas - quedas de 31,3% e 14,1% em relação à temporada anterior, por conta dos preços pouco atraentes do produto nos mercados internacional e doméstico. Já a produção de milho deverá se distribuir por 235 mil hectares em 2012/13, 3,3% menos que em 2011/12, e chegar a quase 2,2 milhões de toneladas, uma queda também de 3,3%. Café, feijão e arroz são outros cultivos relevantes no oeste baiano.

Com obras atrasadas, Belo Monte amplia contratações. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Mercado. 11/03/2013

Hidrelétrica terá 5.000 operários além do previsto no pico da construção. Com 28 mil homens no segundo semestre, consórcio quer encerrar o ano com metade do projeto concluído.

Com o cronograma atrasado, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, terá 5.000 operários a mais que o previsto inicialmente para o pico da obra, chegando a 28 mil homens.

Esse batalhão de trabalhadores representa 18% da população de Altamira, onde fica o canteiro de obras.

O objetivo da medida é finalizar o ano com 50% do empreendimento concluído, deixando o cronograma folgado para o restante dos trabalhos.

De acordo com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), 33,4% da obra deveria estar concluída no fim do mês passado. A Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, disse que o andamento atual está "próximo dos 30%", mas não informou o percentual exato.

No final de janeiro, 21,8% dos trabalhos estavam concluídos, segundo os dados mais recentes da Aneel.

Os operários estão construindo as casas de força da hidrelétrica, escavando diques e finalizando a infraestrutura dos canteiros, como vias de acesso e alojamentos.

Para a Aneel, a concretagem das casas de força deveria estar mais adiantada. Outras etapas anteriores também descumpriram prazos.

Acima do previsto

O número total de trabalhadores em Belo Monte hoje é de 21 mil. O pico da obra deverá ser atingido já no segundo semestre deste ano.

A previsão era que essa fase teria 23 mil operários, mas agora a estimativa é de 28 mil, para acelerar o andamento.

Não há informações sobre um possível aumento de custo com o acréscimo da mão de obra. A hidrelétrica está orçada em R\$ 28,9 bilhões.

Os funcionários têm feito protestos que provocaram atrasos. Em 2012, fizeram greve e incendiaram alojamentos. Na semana passada, voltaram a queimar alojamentos, insatisfeitos com o corte de um adicional salarial.

A Força Nacional de Segurança reforçou a vigilância em Belo Monte, mas o maior número de operários dificultará o controle de protestos.

O cronograma da obra, iniciada em junho de 2011, prevê que em fevereiro de 2015 a primeira turbina comece a gerar energia. A última das 18 turbinas deve começar a girar em janeiro de 2019.

**Após quase 10 anos, Luz para Todos ainda está longe da meta. Nelson Barros Neto
– Folha de São Paulo, Poder. 11/03/2013**

Dados das distribuidoras e da Aneel mostram que cerca de 1 milhão de residências continuam sem eletricidade. Governo calcula saldo de 343 mil moradias, mas base está defasada; exclusão elétrica não acabará em 2014.

Um dia chamada de "mãe do Luz para Todos" pelo então presidente Lula, Dilma Rousseff completará seus quatro anos na Presidência da República sem acabar com a exclusão elétrica do país.

Desde que foi lançado, em 2003 (Dilma era ministra de Minas e Energia), o programa Luz para Todos alcançou cerca de 3 milhões de famílias. De acordo com o governo, restaria atender 342,7 mil, o que ocorreria até 2014.

Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de distribuidoras nos Estados, porém, mostram um quadro diferente. No início deste ano, o saldo de moradias sem energia elétrica chegava a 1 milhão -de um total de 58,5 milhões de residências no país, segundo o IBGE.

A diferença existe porque, com o avanço de novas moradias, a base do governo se defasou. Além disso, muitas dessas residências ficam em locais de difícil acesso. No atual ritmo de atendimento, mais de 285 mil devem continuar sem luz depois de 2014.

"Vai ficar um passivo em regiões mais isoladas", afirma Sérgio Lima, coordenador do programa na Bahia.

O Estado lidera o ranking das ligações necessárias para a chamada universalização: são 323 mil residências sem luz, ante 220 mil do Pará e 91 mil do Amazonas.

Iluminação natural

O povoado de Rio Preto, em Cotegipe (820 km de Salvador), é um exemplo disso. "Luz para todos, aqui, só a da lua", diz o aposentado Luiz Francisco dos Santos, 77.

As 21 casas do distrito não têm energia. Santos, que sofreu um derrame em 2002 e anda de cadeira de rodas, diz estar "até acostumado" com a situação. "É muito ruim, mas fazer o quê? Pelo tempo que eu vejo dizer que vai chegar [a luz], já virou passado."

Vizinho, o lavrador Elcio Macedo, 42, não se conforma em estar numa espécie de "ilha solitária", pois há luz em outra comunidade a 20 minutos de caminhada.

Ele, que diz ainda não ter arranjado nenhum serviço em 2013, reclama dos efeitos do candeieiro, a lamparina a óleo que ilumina as noites.

"A criançada, além de não conseguir estudar direito, toda hora fica adoecida por causa da fumaça preta."

A falta de luz traz outros problemas. "A gente compra uma carne na feira de sábado e precisa comer toda de uma vez, sem conseguir guardar para o domingo", diz a lavradora Irenice Xavier, 49.

Beneficiária do Bolsa Família, ela superou a linha oficial da miséria, de R\$ 70 por pessoa. Por outro lado, aguarda há anos uma tomada em casa. "O pessoal vem aqui, promete que agora será nossa vez, mas a luz não chega."

Mais tempo

Distribuidoras de energia de oito Estados (MA, MS, AC, AM, PA, TO, MT e BA) querem que o decreto do Luz para Todos seja prorrogado para depois de 2014. Sem isso, Bahia, Mato Grosso e Tocantins, por exemplo, estimam que a exclusão elétrica será eliminada apenas em 2027.

O decreto presidencial em vigor permite que cerca de 70% dos custos do programa sejam pagos por meio de fundos abastecidos por percentuais descontados da conta de luz dos consumidores.

Sem o subsídio, os custos seriam transferidos aos Estados e às distribuidoras, que teriam duas opções: transferir os gastos para os consumidores ou atrasar as metas.

Enquanto uma ligação urbana custa em média R\$ 208, em uma área isolada ela pode sair por até R\$ 200 mil, pela necessidade de providenciar toda a infraestrutura.

Lagarta pode levar governo a decretar situação de emergência – Valor Econômico, Empresas. 12/03/2013

Autoridades do governo federal discutiram ontem a possibilidade de ser decretada situação de emergência fitossanitária no país em virtude da proliferação da Helicoverpa, uma lagarta comum em lavouras de milho que passou a causar danos significativos em plantações de soja e algodão, com prejuízos estimados R\$ 2 bilhões nas últimas duas safras no Brasil.

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Ênio Marques, foi à Casa Civil na tarde de ontem para explicar os detalhes do problema. Mais cedo, ele havia se reunido com representantes de produtores, que pediram uma intervenção rápida do governo na tentativa de impedir que a lagarta traga danos a mais Estados do país, além dos 11 já afetados.

"Estamos buscando uma solução a curto prazo para a safra de algodão que está em andamento e deve ser colhida entre 60 e 90 dias. Vamos tentar autorizar a importação de defensivos eficazes contra a lagarta", disse Marques. Atualmente, não há inseticidas contra a Helicoverpa registrados no país, embora esses produtos já estejam disponíveis no exterior. Ainda nesta semana, o ministério vai discutir com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a liberação da importação desses produtos.

Durante a reunião de ontem, o Ministério da Agricultura também decidiu criar um grupo de estudos, que incluirá especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "O objetivo dessa equipe é traçar estratégias de combate à Helicoverpa em todo o país, para evitar que outros Estados paguem o mesmo preço que a Bahia", disse Celito Breda, produtor do oeste bahiano que compareceu à reunião em nome da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

Na semana passada, já havia sido decretada situação de emergência fitossanitária na Bahia. O Estado é o que mais tem sofrido com a Helicoverpa, com prejuízos calculados em R\$ 1 bilhão. Estima-se que os gastos com inseticidas nas lavouras do oeste da Bahia tenham dobrado por conta da Helicoverpa na atual safra 2012/13. Normalmente, o plantio de um hectare de soja na região custa por volta de US\$ 100 por hectare, mas a praga fez esse montante avançar para US\$ 200. No caso do algodão, os gastos passaram de US\$ 400 para US\$ 800 por hectare.

Sem caminhões, soja estraga em MT. Agnaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 13/03/2013

Produtores do nordeste do Estado são obrigados a atrasar colheita e perdem parte da produção que ficou no pé. Gargalos logísticos em estradas, terminais e portos dificultam escoamento de safra histórica do grão.

A crise no sistema de transporte da histórica safra brasileira de grãos começou a produzir os efeitos concretos.

Produtores de soja do nordeste de Mato Grosso, nova e promissora área para grãos, começaram a contabilizar perdas da produção por falta de caminhões para o transporte da lavoura aos portos.

"Os caminhoneiros vêm à região para puxar a soja, mas a situação das estradas -como a da BR-080- é tão ruim que eles não querem retornar. Tem muita soja que está no pé e está sendo perdida por falta de transporte", diz o produtor rural Gabriel Jacinto.

A soja poderia ser colhida e armazenada, mas não há silos suficientes.

O atraso na colheita afeta a qualidade do grão e reduz a receita do produtor.

Com 30% da área de 4.000 hectares colhida, Jacinto contabilizou uma perda de 5% em razão do excesso de umidade provocado pelo atraso na colheita. A situação da lavoura não é pior graças a um contrato de transporte negociado antes da safra.

"A exclusividade para uso de 30 caminhões tem me ajudado a tirar a soja da lavoura, mas mesmo assim a transportadora está com problemas para manter esses caminhões. O custo de R\$ 45 por tonelada já foi a R\$ 75 e isso vai afetar parte do lucro da operação", diz. A margem final já foi afetada em 20%.

Longa espera

A situação pode piorar. A falta de estradas, de terminais e de portos reduz a cadência do transporte rodoviário.

Segundo a Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso), os caminhoneiros que fazem a rota Centro-Oeste/Santos estão levando nove dias para completar a viagem.

O trajeto de 2.200 quilômetros deveria ser feito em seis dias. Na Baixada Santista, os caminhoneiros não têm conseguido alcançar os terminais, o que provoca filas gigantescas na rodovia Cônego Domênico Rangoni (Piaçaguera-Guarujá).

"O frete de longa distância é o que mais tem sido afetado. O transporte da tonelada da soja do Centro-Oeste para Santos ou Paranaguá subiu de R\$ 120 para 180 a tonelada nas últimas semanas", diz Roger Rodrigues, diretor administrativo da Aprosoja.

Os problemas também podem ser vistos em Alto Araguaia (MT), onde a operadora ferroviária ALL recebe a soja de Mato Grosso. A ALL diz que elevou a capacidade de recebimento de caminhões de 280 para 1.400 por dia.

Na semana passada, caminhões estacionados na BR-364 formaram fila de 60 quilômetros. A ATC (Associação dos Transportes de Carga de Mato Grosso) pediu fiscalização da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no terminal de Alto Araguaia.

"Os embarcadores dizem que despacham a soja prevista em contrato. A ALL diz que os embarcadores estão mandando mais soja do que a capacidade de transbordo. O caminhoneiro fica no meio dessa briga esperando 30 horas para descarregar", diz Miguel Mendes, gerente da ATC.

Armazenagem

Sem transporte, as regiões produtoras começam a ter problemas de armazenagem.

"Ou temos caminhões aqui para tirar a soja colhida até o fim da semana ou vamos ter de parar a colheita. Não tem mais onde guardar", diz Endrigo Dalcin, produtor da região de Nova Xavantina.

A região tem capacidade para 2 milhões de sacas, volume que será alcançada neste semana, e deve produzir 4,5 milhões de sacas.

Ceará receberá sete mil toneladas de grãos de milho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/03/2013

Sete mil toneladas de milho para o programa de Vendas em Balcão chegarão a quatro municípios do interior do Ceará nas próximas duas semanas. Os municípios beneficiados, cadastrados em programas assistenciais por meio de edital, são: Icó (1500 t), Maracanaú (2000 t), Senador Pompeu (1500 t) e Sobral (2000 t). O milho será vendido a R\$ 18,12 para compras de até 3 mil kg; R\$ 21 para compras entre 3 e 7 mil kg; e R\$ 24,60 para compras entre 7 e 14 kg.

A ação foi anunciada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na última reunião do Comitê Integrado de Combate à Seca - formado por representantes do governo federal e estadual - em 11 de março. Entre as lideranças presentes estavam deputados estaduais, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Federação da Agricultura do Estado do Ceará (Faec) e da Companhia de Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh). Desde o início da seca, as ações do Comitê já alcançam a faixa de R\$ 1 bilhão.

Dilma troca ministros da Agricultura, Trabalho e Aviação. Jeferson Ribeiro – O Globo, País. 15/03/2013

A presidente Dilma Rousseff iniciou nesta sexta-feira uma reforma ministerial que visa acomodar seus aliados de olho em seu projeto de reeleição em 2014 e garantir o apoio de sua base nas votações no Congresso Nacional.

A presidente mudou o comando das pastas da Agricultura, do Trabalho e da Aviação Civil, nesta sexta-feira, e deve anunciar nos próximos dias o futuro ministro da recém criada pasta de Micro e Pequenas Empresas.

O deputado federal Antônio Andrade (PMDB-MG) comandará o Ministério da Agricultura, substituindo o também peemedebista Mendes Ribeiro, que deve retornar à Câmara, onde tem mandato pelo Rio Grande do Sul.

No Trabalho, o secretário-geral do PDT, Manoel Dias, assumirá o lugar até então ocupado pelo deputado federal Brizola Neto (PDT-RJ).

A saída de Brizola Neto, menos de um ano depois de tomar posse, vinha sendo reivindicada pela cúpula do PDT em troca do apoio do partido ao governo no Congresso. Apesar de ser da base aliada, o PDT tem causado problemas ao votar contra a orientação do Planalto no Legislativo.

Também foi anunciada nesta sexta-feira a ida do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o peemedebista Moreira Franco, para a Secretaria de Aviação Civil (SAC), no lugar de Wagner Bittencourt, que é um técnico.

As posses dos novos ministros serão no sábado, às 10h, segundo nota da Presidência. Dilma ainda não escolheu um sucessor para ocupar a SAE, que deve ser comandada interinamente pelo secretário-executivo, Roger Leal.

"A presidenta deseja bom trabalho a Antônio Andrade, Manoel Dias e Moreira Franco nas importantes missões que passarão a desempenhar", disse o Palácio do Planalto em nota, na qual agradece os ministros que deixam os cargos.

As mudanças ministeriais feitas pela presidente nesta sexta, e também as que ainda devem ser realizadas, fazem parte de uma estratégia para garantir o maior número de aliados para seu palanque de reeleição em 2014, assim como os preciosos minutos dos aliados na propaganda eleitoral na TV.

Além do futuro ministro da pasta de Micro e Pequenas Empresas, pode haver ainda mudança no Ministério dos Transportes para acomodar os interesses do PR. Mas essa mudança ainda deve demorar um pouco, segundo fontes do partido e do governo, que pediram para não serem identificadas.

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa foi prometida ao PSD, do ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que esperava-se aderisse à base governista neste ano. A legenda, porém, não deve se aliar formalmente ao governo neste mandato de Dilma e promete apenas apoio para a reeleição.

PMDB

Ao colocar o PMDB no comando da Secretaria de Aviação Civil, a presidente atende pleito do maior partido da coalizão, que reclamava estar posicionado em pastas secundárias, com pouco orçamento e sem capacidade de fazer políticas públicas.

A Aviação Civil terá um grande orçamento para administrar com o plano de aviação regional que deve instalar centenas de novos terminais no país.

Com isso, segundo a fonte do governo, a presidente pretende atrelar completamente o PMDB ao seu projeto de reeleição, evitando que as dissidências internas do maior partido do país coloquem em risco a aliança com o PT.

Moreira Franco, de 68 anos, é ex-governador do Rio de Janeiro e integra o Diretório Nacional do PMDB.

A escolha do deputado Antônio Andrade, um peemedebista de Minas Gerais, para a Agricultura também acalma o PMDB local, que cobrava uma fatura de Dilma, depois que o partido abriu mão de disputar a prefeitura de Belo Horizonte no ano passado para apoiar o petista Patrus Ananias, que acabou derrotado por Márcio Lacerda (PSB).

Andrade, de 59 anos, está em seu segundo mandato como deputado federal e é também presidente do PMDB de Minas Gerais. Engenheiro civil de formação, é produtor rural e trabalha com gado leiteiro.

PDT

Já a troca no Ministério do Trabalho visa pacificar o PDT. O ex-ministro Brizola Neto substituiu Carlos Lupi, que comanda a legenda e saiu da pasta após denúncias de irregularidades no fim de 2011. Mas Brizola Neto não contava mais com o apoio da legenda.

Dilma espera que com isso o PDT a apoie na reeleição, apesar do assédio dos pré-candidatos concorrentes, como o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Dias, de 74 anos, é presidente do diretório do PDT em Santa Catarina, além de secretário-geral do partido.

O novo ministro disse, após ter seu nome anunciado, que tentará construir o apoio do PDT ao projeto de reeleição de Dilma no ano que vem.

"É um processo de discussão que a gente vai trabalhar... vamos tentar construir, fortalecer essa posição (de apoio em 2014)", disse ele a jornalistas, acrescentando que procurará Brizola Neto para tentar pôr fim às divisões na legenda.

Milícias do pensamento. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 16/03/2013

O filósofo italiano Antonio Gramsci ensinava que o teatro de operações da revolução comunista não era o campo de batalha, mas o ambiente cultural, a trincheira do pensamento.

Enquanto Lênin pregava o ataque direto ao Estado, Gramsci sustentava que o novo homem, anunciado por Marx, emergiria não do terror revolucionário, mas da transformação das mentes.

Para tanto, impunha-se a infiltração e o domínio pelo partido dos meios de comunicação --jornais, cinema, teatro, editoras etc.-- e a quebra gradual dos valores cristãos (que ele preferia chamar de burgueses), por meio do que chamava de guerra psicológica.

Segundo ele, é preciso uma reforma intelectual e moral, que leve à superação do senso comum, para a construção de outro consenso monitorado pelo partido.

A relativização desses valores resultaria, numa primeira etapa, numa sociedade mais fraca, destituída de parâmetros morais, mais propícia a absorver os valores do socialismo.

Desnecessário dizer que essa revolução está em pleno curso no Brasil --e não é de hoje.

Entre os consensos construídos, está o de que o produtor rural é um usurpador social, que deve ser permanentemente molestado.

Disso resultou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), organização sem personalidade jurídica (insuscetível de ser processada por seus atos criminosos), mas com existência concreta, munida de verbas do Estado por meio de ONGs e transgressora recorrente do direito de propriedade, cláusula pétrea constitucional.

Dentro da estratégia gramsciana, as milícias do pensamento valem-se de escaramuças, que consistem em lançar ao debate teses que sabem serão rejeitadas num primeiro momento.

Importa, porém, romper a aura de tabu e acostumar a sociedade a gradualmente absorver o que sempre rejeitou.

Exemplo disso foi o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH), de 2009.

Trata-se de um conjunto de transgressões democráticas, propondo censura à imprensa, legalização das invasões de propriedades (tirando do Judiciário o poder de arbitragem e incluindo o invasor como instância de mediação), proibição do uso de símbolos religiosos em locais públicos, revisão do currículo das academias militares etc.

Agora, o PNDH-3 que a sociedade rejeitou volta como um fantasma na redação dada por alguns deputados ao artigo 159 do novo Código de Processo Civil.

Constam no texto, entre outras pérolas, que, "nos casos de litígio coletivo pela posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, antes do exame do requerimento de concessão da medida liminar, o juiz deverá designar audiência de justificação prévia de conciliação entre as partes e seus representantes legais".

Isso significa que, em vez da defesa natural da propriedade rural ou urbana, em caso de invasão, os invasores --com seus facões e foices, fazendo uso de cárcere privado de trabalhadores-- deveriam ser previamente ouvidos e defendidos. Os criminosos, preliminarmente, colocariam suas exigências. Imagine se a moda pega e a proposta é estendida a roubo e homicídio.

A aberração não para aí. Diz o parágrafo 2º que, "sempre que necessário à efetivação da tutela jurisdicional, o juiz deverá fazer-se presente na área do conflito".

Não basta, por exemplo, a polícia, que passaria, então, a ter um papel meramente secundário. O próprio juiz, nesses casos, deveria ser obrigado a deixar suas funções para comparecer pessoalmente para ouvir os invasores, os criminosos.

Mais adiante, no parágrafo 4º, outro absurdo: "O juiz requisitará aos órgãos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou do Distrito Federal e do município informações fiscais, previdenciárias, ambientais, fundiárias e trabalhistas referentes ao imóvel".

Parece evidente, salvo para crédulos e radicais, que tal forma de mediação visa nada menos do que inviabilizar, tornar nulo o instituto da reintegração de posse. E, junto com a anulação, desapareceria o direito de propriedade, ferido de morte.

Gramsci, no inferno, deve estar celebrando.

Líder de assentamento rural é morto no interior do Pará. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 18/03/2013

Um dos líderes de um assentamento rural em Castelo de Sonhos, no distrito de Altamira (900 km de Belém), foi morto no último fim de semana.

Gilzan Teixeira, do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Brasília, foi assassinado na zona urbana do distrito. Ele saía de uma festa e recebeu uma facada no pescoço, segundo a Polícia Civil, que investiga o caso e diz ainda não saber se o crime foi motivado por disputas de terra.

Para a representação regional da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e duas outras entidades locais, Gilzan foi morto por causa de conflitos fundiários. Esses conflitos, porém, se dão entre os próprios trabalhadores do assentamento rural, afirma o vereador de Altamira Aldo Boaventura (PT), que esteve no local para acompanhar o caso.

Há brigas pelos lotes de terra do assentamento e alguns moradores acumulam ilegalmente mais de um lote, diz o vereador.

Teixeira era marido da presidente da associação do assentamento, Izabel Oliveira. Segundo a Fetagri, ele denunciava ameaças de morte contra a esposa. Um filho do casal já havia sofrido um atentado no ano passado --foi atingido por seis tiros, mas sobreviveu.

Conflitos

O Pará é o campeão de mortes motivadas por conflitos no campo, de acordo com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica no Brasil. Em 2011, o Estado registrou 12 das 29 mortes por conflitos agrários computadas pela entidade.

Os dados de 2012 ainda não estão fechados, mas o cálculo preliminar da CPT é que foram 36 mortes em todo o Brasil. Neste ano, já houve pelo menos quatro, estima a entidade.

Mutirão busca extremamente pobres em comunidades quilombolas da Paraíba – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/03/2013

Equipes deverão percorrer 35 comunidades em 23 municípios do estado para atualizar dados e incluir famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Brasília, 18 – Famílias de 35 comunidades quilombolas da Paraíba começam a receber, nesta segunda-feira (18), a visita de um mutirão de busca ativa para atualização de dados e inclusão de famílias extremamente pobres no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Essa é uma experiência piloto em áreas quilombolas.

A busca ativa é uma das prioridades do Plano Brasil Sem Miséria para 2013. Por seu intermédio, o governo federal pretende identificar e incluir nos programas sociais do governo federal cerca de 700 mil famílias brasileiras que ainda vivem com renda per capita mensal abaixo de R\$ 70.

As comunidades que serão visitadas pelo mutirão se localizam em 23 municípios paraibanos. Estimativas da Fundação Cultural Palmares indicam cerca de 1,2 mil famílias vivendo nesses territórios, onde o acesso a bens e serviços públicos ainda é, em muitos casos, precário. No entanto, o movimento quilombola diz que pode haver até 2,7 mil famílias nessas comunidades.

Nesta segunda-feira (18), serão percorridos os municípios de Cajazeirinhas, Diamante, Dona Inês, Tavares e Serra Redonda. Na terça (19), será a vez de Areia, Coremas, Pombal e Santa Luzia. Na quarta (20), o mutirão vai a Alagoa Grande, Ingá, Livramento, Riachão do Bacamarte e Tavares. Na quinta (21), serão percorridos os municípios de Catolé do Rocha, Gurinhem, Nova Palmeira e Picuí.

Na próxima semana, a partir do dia 24, os municípios visitados serão Várzea, Manaíra e Cacimbas. No dia 25, será a vez de São Bento e São José de Princesa. Na maioria das regiões, as equipes permanecem por até três dias. O mutirão segue até o dia 28.

Identificação – Além de cadastrar novas famílias, o mutirão nas comunidades quilombolas da Paraíba terá o papel de localizar as que já estão inscritas no Cadastro Único, porém sem a identificação como quilombolas – o que faz com que elas não tenham a prioridade destinada a esses grupos populacionais em alguns programas.

As equipes de assistência social envolvidas no trabalho também terão a função de criar rotinas de acompanhamento das famílias cadastradas e encaminhar suas demandas a outras áreas, como saúde, educação, habitação. A partir dos resultados dessa experiência, a ação deverá ser estendida aos outros estados brasileiros.

Atualmente, no universo do Cadastro Único, não há mais nenhuma pessoa abaixo da linha monetária de extrema pobreza, graças à expansão do Programa Bolsa Família e da Ação Brasil Carinhoso. Ao todo, 22 milhões de brasileiros saíram da situação de extrema pobreza nos últimos dois anos, com o auxílio dos programas de transferência de renda do governo federal.

Presidente da CNA apresenta temas do setor ao novo Ministro da Agricultura – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/03/2013

Primeira a falar na cerimônia transmissão de cargo ao novo ministro da Agricultura, Antônio Andrade, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, declarou seu otimismo com a escolha de um produtor rural que conhece tecnologia para comandar o ministério. Em seguida, pontuou ao novo ministro os temas importantes para a agropecuária brasileira.

“Quero fazer um apelo, no que se refere à negociação do Plano Safra (o Plano de Agricultura e Pecuária 2013/2014) com o Governo”, disse a senadora, ao destacar o empenho da CNA em aprovar um plano de prazo mais longo para o setor. E observou que, tão importante quanto à ampliação do novo plano de 12 para 18 meses, facilitando

o planejamento e os investimentos dos produtores, é a ampliação da cobertura do seguro agrícola.

Ela lembrou que, enquanto 86% das lavouras norte-americanas estão cobertas pelo seguro, no Brasil, apenas 6% da safra é segurada. “A agricultura brasileira não pode mais trabalhar no improvisado. Queremos ter segurança para esta grande indústria a céu aberto que produz todos os dias”, cobrou a presidente da CNA.

Ela também pediu a Antônio Andrade o envolvimento do ministério da Agricultura para aprovar a MP Portos, que é importantíssima para o escoamento da safra e para as exportações do agronegócio que vem garantindo o saldo positivo da balança comercial brasileira.

Kátia Abreu aproveitou o fato de a solenidade ter ocorrido no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para agradecer o apoio permanente da Embrapa, salientando a importância da pesquisa. “O que queremos é tecnologia, inovação, para que o nosso agro não estacione”, afirmou, destacando que, só assim, o país seguirá produzindo e atravessando crises.

Por último, a presidente da CNA pediu especial atenção do ministro aos novos mercados. “Já perdemos uma grande oportunidade, quando negamos a Alca. Tivemos tanto medo da invasão de produtos norte-americanos, que hoje estamos assistindo à invasão de produtos chineses”, observou a senadora.

Ao lembrar recente artigo de sua autoria em que defendeu que os acordos multilaterais de comércio sejam “balões” que levem o Brasil para o alto, ampliando seu horizonte comercial, ela criticou o Mercosul. “Infelizmente, o Mercosul funciona hoje como um acordo âncora, que nos leva ao fundo do mar e atrapalha o País todos os dias”.

Em seu primeiro discurso como ministro da Agricultura, Antonio Andrade, comentou: “Nós a elegemos presidente da CNA e estamos satisfeitos com o seu trabalho”. O novo ministro ressaltou que é filho e neto de produtor rural e que agora, pela obrigação do cargo, compromete-se a dedicar seu maior esforço à causa agropecuária.

“Nosso horizonte sempre será o de produzir mais alimentos de forma sustentável, gerando renda, empregos, divisas e expansão da balança comercial. E ajudando a controlar a inflação”, discursou o ministro.

Bolsa Família explica só parte da queda da desigualdade, diz ministra. Arícia Martins e Luciano Máximo – Valor Econômico, Brasil. 18/03/2013

A redução da desigualdade social no Brasil observada entre 2001 e 2011, período em que a renda média dos 20% mais pobres da população cresceu 5,1% anualmente, enquanto a dos 20% mais ricos aumentou 0,7%, não se deve somente a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, mas a diversas agendas de

desenvolvimento econômico do governo, afirmou nesta segunda-feira Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Ela participou nesta manhã de aula magna do curso de economia da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV).

Em sua palestra, Tereza destacou que foram criados 19 milhões de postos de trabalho formais na década analisada, enquanto o salário mínimo cresceu 72% em termos reais no período.

“Isso tem impactos generalizados na economia, porque o mínimo acaba funcionando como farol, garantindo que pudéssemos ter um crescimento da renda do conjunto da população”, disse.

Já o aumento da formalização, por sua vez, “certamente” terá impactos para o futuro do país, acrescentou a ministra, já que o registro em carteira tira trabalhadores de situação de vulnerabilidade e garante um padrão de renda mais sustentável.

Tereza ainda mencionou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como fator de inclusão social na última década, com o fortalecimento da agricultura comercial e familiar. Segundo ela, a renda da população pobre no campo avançou 30% entre 2001 e 2011 e, no ano passado, foram disponibilizados R\$ 18 bilhões em crédito através do programa.

Por fim, disse Tereza, o crescimento do Bolsa Família foi outro fator importante que explica o aumento dos rendimentos da população mais pobre nos últimos dez anos.

O programa, cujo orçamento em 2013 é de R\$ 23,95 bilhões, tem 13,8 milhões de famílias beneficiárias. De acordo com a ministra, o Bolsa Família é um programa simples, fácil de ser replicado e, por isso, se expandiu com facilidade e já conseguiu atingir a grande maioria da população pobre do país. "Ele deve crescer com menos ímpeto nos próximos anos."

Ministro dará ênfase no aumento da renda do trabalhador do campo – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 18/03/2013

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, destacou que entre as prioridades da gestão à frente da pasta estará o trabalho para aumentar a renda do trabalhador no campo e o fomento ao uso de tecnologias sustentáveis para os produtores rurais que abastecem o mercado interno. O anúncio foi feito durante a cerimônia de transferência de cargo ocorrida nesta segunda-feira, 18 de março.

Antônio Andrade ressaltou que dará ênfase no apoio à parcela de produtores rurais que não tem acesso à mecanização intensiva e cuja produção é voltada para o abastecimento do mercado interno. "Cito, por exemplo, o setor lácteo. O leite é um importante segmento que fixa o homem no campo", afirmou.

Ele enfatizou também a atenção voltada ao uso de novas tecnologias e normas que contemplem premissas de sustentabilidade, englobando aspectos econômicos, sociais e ambientais, para aumentar a produção de alimentos, gerar empregos e receitas e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e os recursos naturais.

“Também é possível melhorar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros na fase de comercialização, processo muitas vezes comprometido devido à dificuldade de infraestrutura de transporte e armazenamento”, explicou Andrade.

Para desenvolver ações em prol do crescimento do setor, o ministro aposta no apoio do cooperativismo, da pesquisa, da assistência técnica, da defesa agropecuária e da vigilância sanitária. "Indispensável também a dedicação e o trabalho de toda a equipe de gestores e técnicos do Ministério da Agricultura e órgãos vinculados, que sempre apresentaram um trabalho de alta qualidade e cujo empenho espero contar".

Antônio Andrade agradeceu ainda ao seu antecessor, Mendes Ribeiro Filho. Segundo ele, "o bom desempenho demonstrado pela safra atual, que apresentou recorde de produção e conquista econômica e financeira para o homem do campo, tenho certeza, foi a melhor recompensa de Mendes".

Mendes Ribeiro Filho, ao passar o cargo para o novo ministro, também lembrou as conquistas obtidas durante a sua gestão. “Tivemos um Plano Safra extraordinário e com ele a maior produção de grãos obtida na história do Brasil durante a temporada 2011/12, de mais de 166 milhões de toneladas, e já estamos produzindo uma maior ainda. Se estamos colhendo tanto agora é graças ao trabalho integrado do Governo Dilma”, afirmou.

Colheita da soja avança no país e aumenta pressão nos portos – Folha de São Paulo, Mercado. 18/03/2013

A colheita de soja do Brasil ultrapassou os 50% da área plantada na última semana, em um ritmo semelhante ao verificado no ano passado, aumentando a pressão de escoamento nos portos, apontaram consultorias nesta segunda-feira (18).

A AgRural estimou que a colheita avançou para 54% da área do país --contra 46% uma semana atrás e 55% no mesmo período em 2012-- e a Clarivi, 57,8% da área do centro-sul do país --contra 46,4% e 53,5%, respectivamente.

Apesar de um percentual semelhante na colheita das duas safras, a atual temporada é muito maior em números absolutos. A área plantada cresceu 2,6 milhões de hectares e o volume colhido da oleaginosa deverá aumentar em 15,7 milhões de toneladas, segundo as estimativas mais recentes do governo federal.

"Os portos estão trabalhando acima de sua capacidade operacional, fato que tem atrasado o descarregamento dos grãos e ocasionando, conseqüentemente, elevações nos custos de transporte", destacou a Clarivi, em nota. Na quarta-feira (13), reportagem da Folha mostrou que os caminhoneiros que fazem a rota Centro-Oeste/Santos estavam

levando nove dias para completar a viagem --o trajeto de 2.200 km deveria ser feito em seis dias. Na semana anterior, caminhões estacionados na BR-364 formaram fila de 60 km.

Segundo dados da Williams, havia 27 navios esperando para embarcar milho, soja e derivados no porto de Santos (SP) e 106 navios em Paranaguá (PR) na primeira quinzena de março. Há navios que entraram na fila em Paranaguá em 7 de março e só serão liberados em 2 de maio.

O Brasil, um dos líderes na produção global de soja, tornou-se neste início do ano uma das poucas fontes do produto, uma vez que os estoques americanos foram praticamente esgotados nos últimos meses, em meio a uma grande procura dos compradores e uma quebra de safra nos Estados Unidos.

A Abiove (Associação Brasileira das Indústrias Óleos Vegetais), entidade que representa as grandes empresas de esmagamento e exportação de soja, avalia que haverá volume e movimentação de soja nos 12 meses do ano-safra.

"Vai ser um sofrimento. Temos dificuldades estruturais que são conhecidas, e neste ano o Brasil vai testar o seu sistema de logística como um todo: porto, armazenagem – que também é carente. Está faltando caminhão. É uma conjuntura bastante difícil", avaliou o secretário-geral da Abiove, Fábio Trigueirinho.

Em Apodi agricultores/as vão as ruas e cobram medidas de convivência com o semiárido – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/03/2013

Na manhã de ontem (18) cerca de 600 agricultores e agricultoras foram às ruas da Cidade do Apodi/RN. Os agricultores/as levaram às ruas uma proposta de convivência com o semiárido, respaldados de um documento elaborado pelo FOCAMPO – Potiguar e a ASA Potiguar.

Agricultores/as de Apodi, Caraúbas, Janduís, Messias Targino, Campo Grande, Triunfo Potiguar, Upanema e Governador Dixsept Rosado saíram em marcha da sede do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi pelas principais ruas da cidade. Foi feita uma primeira parada em frente à Prefeitura Municipal de Apodi, onde na oportunidade entregaram a Carta do Campo Potiguar ao prefeito Flaviano Monteiro.

O segundo momento da mobilização aconteceu no centro da cidade onde os agricultores/as realizaram um ato público denunciando a falta de políticas públicas para convivência com o semiárido nordestino que é uma região bastante povoada, tendo em vista os inúmeros períodos de estiagem vivenciados pelos agricultores.

Os agricultores/as seguiram em marcha até a sede do Banco do Nordeste onde fizeram uma ocupação do órgão e exigirão esclarecimentos da gerência daquela agência bancária sobre a burocratização do acesso ao crédito, ainda denunciaram o desrespeito

do Banco do Nordeste em tentar executar penhora de terras de pequenos agricultores diante do quadro caótico em que vive a agricultura Familiar. O Gerente da agência o senhor Maikel fez contato com a superintendência regional do BNB que se comprometeu em agilizar a resolução dos problemas apontados pelos agricultores.

Incra promove encontro com agricultores para mediar conflito agrário no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/03/2013

O superintendente regional do Incra/AC, Idésio Luis Frank, esteve reunido no último final de semana com os cerca de 130 agricultores responsáveis pela ocupação da Fazenda Canary, situada no km 85 da BR-364 (sentido Sena Madureira), no município de Bujari, no interior do estado. A visita do superintendente, seguindo orientação dos governos federal e estadual, buscou atenuar o conflito agrário registrado no local.

Em conversa com as famílias que ocupam o imóvel rural, Frank ressaltou o compromisso do Incra com a reforma agrária e a regularização fundiária na região, destacando a importância do respeito à legalidade e o objetivo de melhorar as condições de vida dos agricultores.

Servidores da autarquia que também participaram do encontro esclareceram as famílias quanto à situação legal dos cerca de 5800 hectares, inseridos no perímetro da fazenda, identificados como terra devoluta (não reconhecida como de domínio particular), por meio de procedimento discriminatório administrativo realizado pelo Incra/AC.

A identificação da não regularidade em relação à cadeia dominial das terras foi feita após o início de procedimentos adotados pelo Incra visando à aquisição do imóvel, que poderia ser inserido no plano emergencial de assentamento de famílias de trabalhadores rurais que habitam a faixa de fronteira com a Bolívia.

No encontro, as famílias que ocupam o imóvel denunciaram supostas irregularidades na retirada de madeira da fazenda e solicitaram, com a intermediação de movimentos sociais, uma definição sobre quais áreas da Canary seriam propriedade privada e quais seriam pertencentes à União.

Além do superintendente regional e de alguns servidores do Incra/AC, também participaram do encontro líderes de movimentos sociais e vereadores do município de Bujari.

No gargalo do agronegócio, ir a pé ao porto é mais rápido que de caminhão. Aguinaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 20/03/2013

A cadência dos caminhões que transportam soja para exportação pelo porto de Santos é de 1,6 km/h, mais lenta do que a velocidade média de um homem adulto. A situação transformou a rodovia Cônego Domenico Rangoni num grande armazém sobre rodas de soja e milho.

Para acessar terminais como o TEG (Terminal de Exportação do Guarujá), os caminhões têm de cruzar a estreita e esburacada rua do Adubo, única passagem e um dos retratos do gargalo logístico do agronegócio nacional.

O caminhoneiro Flávio Figueiredo levou mais de 12 horas para percorrer uma distância de 20 quilômetros. "Saí às 20h52 de segunda-feira de Cubatão. São 9h de terça e ainda não cheguei ao TEG. Não dormi e não comi", diz.

Ele ganha R\$ 2.500 por mês e considera pouco para enfrentar a espera, os assaltos (de que foi vítima há 15 dias) e o caos da logística.

Em nota, o TEG (associação entre Cargill e Dreyfus) disse que "está preparado e dimensionado para atender a demanda da exportação e trabalha de forma organizada para o recebimento coordenado de caminhões".

Consórcio de Belo Monte proíbe atingidos de se manifestarem – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/03/2013

A Norte Energia, dona da hidrelétrica, e o Consórcio Construtor de Belo Monte conseguiram na Justiça Estadual do Pará a expedição de um interdito proibitório contra o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). Pela decisão judicial os movimentos foram proibidos de fazer qualquer ação que interferisse no andamento da construção da barragem. Caso desrespeitassem a medida, a multa diária estabelecida seria de R\$ 50 mil.

(Movimento dos Atingidos por Barragens)

A ação foi articulada pelas empresas que compõe o consórcio da barragem de Belo Monte, com o nome fantasma Norte Energia, e servilmente aceita por uma juíza de plantão da 4ª Vara Civil da Comarca de Altamira, que expediu um documento chamado Interdito Proibitório, encaminhado para os movimentos que lutam pelos direitos dos atingidos na região numa evidente tentativa de criminalizar a luta dos atingidos.

A decisão foi emitida um dia antes da assembleia dos atingidos realizada na área social da Escola Bulamarque de Miranda, em um bairro de Altamira, distante cerca de 30 quilômetros do canteiro principal de obras. O evento reuniu mais de 500 atingidos pela barragem de Belo Monte, organizados no MAB, que buscavam reivindicar seus direitos e a ação foi claramente uma tentativa de inibir qualquer tentativa de manifestação dos atingidos.

O MAB relembra e encaminhará às empresas, governo e judiciário, o relatório aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, onde consta a existência de uma prática e um padrão constante de violação dos direitos humanos nas construções de barragens no Brasil. É para combater essas práticas que os atingidos precisam se organizar.

Mais de 40 mil pessoas estão sendo atingidas pela Usina Hidrelétrica Belo Monte e até o momento pouco ou nada foi feito, mesmo depois dos R\$ 22,5 bilhões de dinheiro público que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou para construção da usina e que certamente beneficiará empresas como Iberdrola, Vale, Alstom, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correa, Cemig e Eletrobrás.

O MAB repudia a posição do judiciário favorável aos violadores dos direitos humanos, sem se quer ouvir os atingidos, inclusive se valendo de medidas superadas desde o término do regime autoritário.

Finalmente, afirmamos que a luta dos atingidos é uma justa reação contra a agressão das empresas, e enquanto houver injustiças, a luta do povo atingido é legítima e continuará, mesmo que isso seja contra o interesse dos poderosos.

Entidades cobram medidas efetivas do governo no combate à seca. Letícia Lins – O Globo, País. 20/03/2013

Em Recife, CNBB, ONGs e organizações de trabalhadores trataram do tema em reunião

O grupo reclama que o crédito emergencial liberado até o momento pelos bancos oficiais só representa 2,5% dos prejuízos provocados pela estiagem, que já dizimou mais de 1 milhão e 200 mil cabeças de gado e provocou perdas na lavoura que chegam a 80% das áreas atingidas. As entidades divulgaram ainda um documento com 74 propostas que serão entregues ao governo federal, inclusive a criação de uma Política Nacional de Convivência com o Semi-Árido. O encontro foi convocado pelo Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido (com apoio da CNBB) e articulado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

- Os irmãos do sertão passam por humilhações e grandes dificuldades. A seca tem levado os agricultores ao desespero. Enquanto isso, obras que despertaram muita polêmica, quando aprovadas, terminam paradas, como é o caso da transposição do rio São Francisco. Tanto dinheiro envolvido... e as coisas não acontecem - lamentou o arcebispo, lembrando, que mesmo no tempo da ditadura, durante o governo Garrastazu Médici, a Igreja já se posicionava contra o modelo de combate emergencial aos efeitos da estiagem.

Dom Fernando Saburido recordou que há 40 anos arcebispos de todo o Nordeste alertaram sobre o sofrimento da região com o documento "Ouvi os clamores do meu povo". Segundo ele, até o momento, o semi-árido ainda carece de intervenções estruturantes.

Pelo menos 16 bispos e mais de 20 padres participaram do encontro, que ocorreu antes da visita da presidente Dilma Rousseff ao sertão de Pernambuco, marcada para daqui a cinco dias. O Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, e o Presidente da CNBB Nordeste 2, Don Genival de França, também participaram da reunião. No

encontro, foi exibido um vídeo mostrando que, na área castigada, "a fartura só existe para os urubus".

- O Nordeste hoje tem fome de Deus, água, terra, alimentos, saúde, educação e cultura, dignidade e cidadania, trabalho digno, agroecologia e meio ambiente - disse Saburido, repetindo declaração do Encontro de Bispos da Regional Nordeste 2 da CNBB, realizado em 2006, em João Pessoa.

O documento afirma que, enquanto alguns estados do Nordeste adotam medidas inovadoras com suporte da própria região para alimentar o rebanho - tais como sorgo e farelo de algodão -, "a Conab insiste apenas em distribuir milho, advindo de regiões do Norte, Sul e Centro-Oeste", o que encarece e dificulta a ação devido aos altos custos de fretes e logística.

Segundo o Presidente da Federação Internacional de Universidades Católicas e reitor da Universidade Católica de Pernambuco, Pedro Rubens Ferreira de Oliveira, a seca não é só um fenômeno climático:

- Ela é um problema político e social. Isso Deus não quer. Deus é a favor da vida, e a estiagem é sinal de morte. É a guerra que está se instalando no Nordeste

De acordo com o presidente do Instituto de Cidadania do Nordeste e assessor da Contag, Givanilson Rodrigues, há áreas na região onde a chuva em 2012 foi 300 milímetros, menor do que em 2011. Ele disse ainda que, caso se confirme a densidade pluviométrica prevista - 40% abaixo do normal para 2013-, os reservatórios do litoral chegarão a 70% da capacidade de armazenamento, enquanto que, no sertão, esse índice não atingirá 50%.

- No Nordeste, já temos reservatórios totalmente secos e muitos com menos de 19% - disse ele.

Segundo Givanilson, as perdas agrícolas vão de 80% a 90% em alguns estados, como é o caso de Pernambuco. Ele lembrou que, além de ser a maior seca dos últimos 40 anos, a atual tem características especiais, por ter se alastrado até a zona da mata, normalmente chuvosa, e na qual se concentra a agroindústria açucareira do Nordeste.

- Só em Alagoas, o prejuízo provocado pelas perdas de cana já passa de R\$ 1,5 milhão.

Entre as medidas sugeridas nesta terça-feira estão a criação de um conselho nacional para a gestão da Política Nacional de Convivência com o Semi-Árido

O grupo exige a criação de um Fundo Nacional do Semi-Árido com recursos do Orçamento Geral da União com contrapartida de estados e municípios. Sugere também que o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste destine 5% de seus recursos ao Plano Nacional de Convivência com o Semi-Árido, e que seja feito o mapeamento, a sistematização e a multiplicação de tecnologias sociais, infraestrutura hídrica e saneamento.

Segundo o presidente da Federação de Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco, Doriel Santiago, a presidente Dilma e governadores de todo o Nordeste foram convidados.

- Eles não vieram, mas enviaremos para ela e todos eles a proposta que possa garantir uma vida digna ao homem do semi-árido, onde mais de um terço da população tem mais da metade da renda proveniente de transferências governamentais.

Compra-se terra em busca de água. Câmila Nobrega – O Globo, Ciência. 20/03/2013

No Brasil, 4,5 milhões de hectares estão documentados em nome de outros governos ou corporações estrangeiras. Os dados são do Incra

Pense no Vaticano, menor país do mundo que concentrou olhares durante o conclave que elegeu o novo papa argentino. Agora imagine a micronação multiplicada por 100 mil. O resultado se aproximará da área total do território brasileiro que, longe dos holofotes, já está hoje documentada em nome de outros governos ou corporações estrangeiras — 4,5 milhões de hectares, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na maioria dos casos, são áreas ricas em água e que garantem alta produtividade. Em outras palavras, importantes reservas para um futuro onde o recurso se torna cada vez mais escasso.

O dado em si já suscita um estranhamento. Faltam informações atualizadas, já que esses números datam de 2011, e são os últimos disponíveis. Mas o problema, que vem gerando polêmica nos últimos anos, pode ser ainda maior. É o que sugere um estudo avançado no início deste ano na revista científica *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States (PNAS)*. De acordo com a pesquisa, o Brasil está entre os 24 principais países cujas terras têm sido alvo de um fenômeno chamado de “landgrabbing”. O significado da expressão vem sendo discutido no mundo todo, mas foi adotado pelos autores do estudo como transferências de terra de comunidades locais para investidores estrangeiros, em contratos de venda ou arrendamento envolvendo mais de 200 hectares. Trata-se de áreas vendidas ou arrendadas para estrangeiros, sem as devidas consultas públicas às populações que tradicionalmente ocupavam os espaços.

Segundo o estudo, intitulado “Global landandwatergrabbing” (Terra e água arrendadas globalmente, em tradução livre), 2,25 milhões de hectares fazem parte de acordos de compra e venda de terra no Brasil, quase a metade da área total na mão de outros governos ou corporações de outras nacionalidades mapeada pelo Incra. À primeira vista, pode parecer que o assunto principal são as terras em si. Mas, para os pesquisadores, o mais sério sequer é dito ou contabilizado nas transações. Trata-se da concessão para uso de um bem que ganha cada vez mais valor, tanto social, quanto econômico — a água. Fato que tem passado ao largo das discussões nos países afetados, segundo a coordenadora da pesquisa, a italiana Maria Cristina Rulli:

— A corrida por terras agricultáveis está associada com a apropriação de água doce. A produção agrícola é completamente dependente desse recurso. Mas os países precisam se dar conta do fenômeno, porque ele está relacionado com segurança alimentar. A desnutrição pode se agravar em nações alvo do “landgrabbing”, se a água estiver comprometida com a agricultura. O Brasil é um desses países, pois possui áreas agricultáveis com boas reservas de água — disse, sem esquecer que o país também faz o movimento inverso, expandindo domínio no continente africano.

Neocolonialismo

A estimativa da pesquisadora é mais radical do que a maioria, que costumam contabilizar cerca de 70% do uso da água doce voltado para a produção agrícola no mundo. Para ela, esse percentual pode chegar a 85%, contra 5% de uso doméstico e 10% em indústrias. E, desse total, aproximadamente 500 bilhões de metros cúbicos de água estariam comprometidos em acordos de “landgrabbing” pelo mundo todo, segundo o estudo.

O fenômeno foi classificado pela International Land Coalition (Coalização Internacional de Terras, em tradução livre) como uma nova forma de violação dos direitos humanos, já que muitas vezes trata-se de casos em que posseiros habitantes dos locais há décadas, ou séculos, são retirados para dar lugar aos estrangeiros. Os autores da pesquisa vão além, e chamam a situação de “uma forma de neocolonialismo”. O Incra não respondeu sobre os dados de “landgrabbing” referentes ao Brasil apontados no documento.

No entanto, há pesquisadores de olho nas consequências do aumento de compra de terras brasileiras por estrangeiros. Segundo um cálculo inédito do economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Aroudo Mota, só na Floresta Amazônica há US\$ 1,93 quatrilhão de água em reservas — para se ter uma ideia, o Produto Interno Bruto (PIB) do país fechou, em 2012, num total de US\$ 2,5 trilhões. O estado que ocupa primeiro lugar da abundância em água é o Amazonas, de acordo com os cálculos de Mota, com US\$ 1,3 quatrilhão. Em segundo, está o Mato Grosso, com US\$ 625 trilhões, e em terceiro o Pará, US\$482 bilhões.

Mota ressalta que as reservas podem ser reduzidas por vários fatores. O principal deles é o desmatamento, que diminui a quantidade de florestas — guardiães de boa quantidade de água doce, nas árvores e embaixo delas — e também das chuvas, responsáveis por essa retroalimentação:

— A água presta uma série de serviços na floresta. É um recurso estratégico e será equivalente à garantia de armas em um futuro próximo. É preciso acompanhar de perto a aquisição de terras por estrangeiros, porque plantios de monocultura — especialmente para irrigação dos cultivos — e pecuária usam uma quantidade imensa de água.

De olho no futuro

A Amazônia aparece na lista de venda e arrendamento de propriedades rurais para estrangeiros feita pelo Incra, mas os estados da região não aparecem entre os primeiros.

O fato é facilmente explicado: o foco das corporações internacionais e de outros governos está em áreas ricas em água, onde a agricultura já possui impulso.

Não é à toa que o Mato Grosso aparece com a maior fatia na listagem do Incra, com total de 895.291,41 hectares. Em segundo lugar, está o Estado de São Paulo — cujo cultivo de cana-de-açúcar é histórico — com 537.160,01. O ranking segue com Minas Gerais (509.737,35). No entanto, Mato Grosso do Sul já aparece logo atrás, com 487.322,58. O Amazonas, campeão da riqueza de água, também é nova fronteira — já são 228.572,96 hectares.

Desde 2005, multiplicam-se acordos transnacionais, com aquisições de terras baratas e produtivas em países em desenvolvimento. A quantidade de água envolvida em acordos de “landgrabbing” per capita, em todo o mundo, excede a quantidade necessária para uma dieta humana balanceada. Com aumento dos preços dos barris de petróleo, houve mudanças na política econômica dos Estados Unidos e da União Europeia, que passaram a investir mais na produção de biocombustíveis, a partir do cultivo de cana-de-açúcar, milho, soja, entre outros. Para isso, foi necessário adquirir terras, muitas delas nas nações em desenvolvimento, cujos custos são mais baixos.

O número de acordos de terra entre países teve seu pico em 2009. Em 2010, o Banco Mundial (Bird) estimou que 45 milhões de hectares já haviam sido comprados em dois anos. E a maioria das aquisições foram feitas em áreas com tamanho entre dez mil e 200 mil hectares. Agências das Nações Unidas, entre elas a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), têm apontado problemas nos acordos, como a falta de consulta às populações locais, que vêm gerando conflitos. Muitos empreendimentos desalojam populações e frustram expectativas, já que também não geram quantidade significativa de empregos.

A leitura de especialistas é que governos e corporações estão comprando terras agricultáveis como uma estratégia de longo prazo para produção de comida e geração de energia. A maioria dos contratos é feita exatamente para longos períodos, o que pode ser uma armadilha, segundo avaliação do Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED, sigla em inglês).

Pesquisador do IIED, o escocês Jamie Skinner afirmou que há contratos de concessão de terras com prazos de 50 ou 100 anos. Os governos locais crescem os olhos sobre a chegada de investimento estrangeiro, e apostam no desenvolvimento das economias locais. Perdem, porém, a autonomia sobre os recursos.

— A água é um bem essencial, que precisará ser realocado, por conta das mudanças climáticas ou por mudança em necessidades sociais urgentes. Quando se perde a possibilidade estratégica de manobra do recurso no território, o desafio aumenta — disse Skinner.

Segundo ele, o “watergrab” — apropriação de água a partir da compra e arrendamento de terras em outras nações — é caracterizado onde a água é, ou pode vir a ser num futuro próximo, um recurso escasso. Falando sobre o Brasil, ele exemplificou:

— No caso da Amazônia, por enquanto há muita chuva, então a água nos rios não é tão significativa para fazendeiros. Mas, no caso do Mato Grosso, a água durante a estação seca é um recurso valioso para a irrigação. Sendo assim, pode haver competição entre os fazendeiros para pegá-la, antes que outras pessoas (as populações locais, por exemplo) possam ter acesso a ela.

É o que já acontece na África, continente que é foco das pesquisas de Skinner. O continente é alvo de 47% do “landgrabbing” registrado no mundo todo, segundo a pesquisa publicada na revista científica PNAS.

As pesquisas recém divulgadas ampliaram o debate sobre o assunto no mundo. O consultor de assuntos ambientais da revista científica New Scientist Fred Pearce abordou o tema em um artigo publicado no início do mês. Ele enfatizou a disputa por água além mar, e narrou casos que tem encontrado em anos de pesquisa. Ele ressaltou ainda que zonas úmidas em locais pobres, onde pessoas dependem delas, estão sobre pressão, especialmente nos países africanos. Pearce entrevistou quenianos irritados com um empreendimento gigantesco dos Estados Unidos às margens do Lago Vitória, cercado pastos úmidos para uma fazenda de arroz. O mesmo foi relatado na Etiópia, onde o agronegócio de empresários indianos e árabes estão tomando florestas e capturando água nas nascentes do rio Nilo.

Conflito armado

Muitas vezes, segundo Pearce, os limites das áreas concedidas pelos governos locais são expandidos para além dos determinados nos contratos. Segundo dados levantados por Pearce, no delta do Rio Niger, zona úmida na borda do Saara, a situação é tão grave que dois milhões de pescadores, agricultores e pecuaristas ficaram esperançosos com a invasão de tropas francesas contra jihadistas no Mali. Era uma possibilidade de frear investimentos estrangeiros em projetos de irrigação na região que sugam toda a água do rio, acabando com o principal meio de subsistência deles. Os rumores da guerra já haviam feito com que a gigante Associated British Foods (ABF) abandonasse um projeto massivo de cana-de-açúcar.

A ONG americana Rights and Resources Initiative (Iniciativa para Direitos e Recursos, em tradução livre) também acompanha o assunto de perto e cita o caso da África como crítico. Assim como o consultor da New Scientist, a instituição aponta o caso do Delta do Niger como uma das prioridades no mundo. Eles citam que, hoje, 2,5 milhões de hectares foram disponibilizados por governos locais para “para o desenvolvimento”.

A estimativa da ONG é que as concessões reduzam em 70% a disponibilidade de água para as populações, que utilizam os recursos no dia a dia e em atividades produtivas, como, por exemplo, a agricultura familiar. Cerca de 20% do Delta secaria, de acordo

com previsões da entidade, o que reduziria, inclusive, a quantidade de peixes. Para cada pessoa beneficiada pelos empreendimentos, pelo menos quatro delas seriam afetadas pela escassez absoluta de água.

Depois de 142 anos, parece que a previsão do economista britânico William Stanley Jevons, publicada em 1871 no livro “A Teoria da Economia Política”, começa a fazer sentido: “Não podemos viver sem água, no entanto não atribuímos a ela nenhum valor em circunstâncias normais. Por que é assim? Geralmente temos tanta água que seu grau de utilidade está reduzido praticamente à zero. Desfrutamos todos os dias da utilidade quase infinita da água. Digamos que o suprimento se torne escasso devido à seca começaremos a sentir os graus mais altos de utilidade, nos quais poucos pensaram em outros tempos”.

Governo deve lançar novas medidas para combater seca. Catarina Alencastro – O Globo, País. 20/03/2013

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff deve anunciar novas medidas para o combate à seca. A ampliação de iniciativas já em andamento, como operações carro-pipa e construção de cisternas, seria anunciada em viagens que a presidente tem programadas para o Nordeste. Segundo a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, ainda não está confirmada a ampliação, mas deve ocorrer porque os prefeitos têm reclamado de demoras nos repasses de recursos dos estados para a execução das obras. Uma das alternativas que vêm sendo negociadas é o repasse direto da União para as prefeituras por meio do cartão da Defesa Civil, que já existe. - O ministro da Integração tem contado que estão reclamando que os recursos que foram repassados para os governos estaduais é muito lenta a execução da perfuração dos poços, da contratação dos caminhões pipa. Então, uma das alternativas seria o repasse direto do governo federal para as prefeituras através do cartão da Defesa Civil. Ainda não está batido o martelo - afirmou.

Dilma tem uma viagem prevista para Pernambuco na próxima segunda-feira e, segundo Ideli, ela poderia anunciar as mudanças na ocasião.

Empresas têm até dia 28 para enviar propostas com o objetivo de atender 4,5 mil famílias quilombolas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2013

Empresas especializadas em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão, Pará e Piauí têm até o dia 28 de março, próxima quinta-feira, para mandarem suas propostas de serviço ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essas propostas devem preencher os requisitos da chamada pública 009, de 2012, que prevê a prestação de serviços a 4,5 mil famílias quilombolas em situação de extrema pobreza. O valor do contrato é de R\$ 11,2 milhões, com previsão de início para maio deste ano.

Podem se candidatar para os trabalhos empresas públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, em situação regular e com equipe composta por técnicos de nível médio e superior. As empresas farão diagnósticos das famílias quilombolas dos cinco estados, bem como a prestação dos serviços de Ater, projetos de estruturação produtiva e um fomento no valor de R\$ 2,4 mil, para serem aplicados de acordo com o projeto montado com as famílias locais.

O coordenador para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, alerta para o prazo de inscrição e para a importância do trabalho com essas comunidades no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. “Essa chamada faz parte de uma estratégia do governo federal para melhorar a condição de vida dessas populações. As entidades têm até o próximo dia 28 para apresentarem suas propostas com os documentos necessários”, adianta o coordenador. As propostas devem ser encaminhadas para Brasília.

A previsão é que o resultado da chamada seja divulgado até 30 dias após o término das inscrições. Edmilton explica, ainda, que os projetos elaborados com as famílias quilombolas seguirão duas vertentes. “A chamada tem duas rotas: a inclusão produtiva e a inclusão social. Então, muitas famílias serão encaminhadas a atendimentos em várias áreas, como educação e saúde”, ressalta.

Encolhimento da população rural preocupa FAO – Valor Econômico, Empresas. 21/03/2013

A acelerada diminuição da população rural global coloca a FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, em estado de alerta sobre as consequências desse movimento na produção agrícola. "A população urbana está agora superando a população rural e essa diferença vai subir quase como uma flecha nos próximos anos, e estamos atentos principalmente ao que se passa na China", afirmou ontem Boubaker Ben-Belhassen, diretor-adjunto da divisão de comércio a FAO, em seminário em Genebra.

Milhões de chineses continuam a deixar o campo em busca de melhores condições de trabalho e vida nas cidades. Alguns analistas projetam em 600 milhões o número de asiáticos que incharão as cidades nos próximos anos. A FAO observa que a inversão na tendência de crescimento populacional ocorre paralelamente à queda no ritmo de expansão da produção agrícola global - que foi de 2% ao ano entre 2001 e 2010 e deverá cair para 1,7% de 2011 a 2020. O consumo per capita fica estagnado nos países desenvolvidos, mas sobe nas nações em desenvolvimento.

A mudança no padrão do consumo global vai na direção de mais produtos com valor agregado. O maior crescimento do consumo será de peixes, de 1,5% ao ano, enquanto o de cereais deverá sofrer contração. Nesse contexto, a fatura alimentar dos países em desenvolvimento dobrou desde 2005, passando de US\$ 235 bilhões de importações para US\$ 427 bilhões em 2012.

Kátia Abreu quer garantir o cumprimento dos mandados de reintegração de posse – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/03/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, e também senadora Kátia Abreu, defendeu nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o projeto de lei nº 251/2010, de sua autoria, que define como crime de responsabilidade de Governador de Estado ou do Distrito Federal o descumprimento de reintegração de posse rural ou urbana por decisão judicial, no prazo de quinze dias, contados a partir do seu recebimento.

“A sociedade vem assistindo, ao longo dos anos, a repetição da inaceitável prática de Chefes de Executivos estaduais, que simplesmente descumpre por motivações políticas as decisões judiciais de reintegração de posse de áreas invadidas. Além de demonstrarem desprezo pela autoridade do Poder Judiciário, alguns Governadores retiram dos proprietários esbulhados ou turbados os instrumentos institucionais de reação à violência contra a propriedade”, argumentou Kátia Abreu.

Ainda segundo a presidente da CNA, estas atitudes dos governadores tem sido uma afronta ao estado de direito. “O prejuízo não é só do agricultor rural que perde seu terreno, o prejuízo é pela falta de confiança na justiça”, disse.

O texto também constitui crime de responsabilidade omitir, impedir ou dificultar o cumprimento da decisão judicial de reintegração de posse em propriedade rural ou urbana. A Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Técnicos recebem capacitação ambiental do Incra/SC – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/03/2013

O serviço de meio ambiente do Incra em Santa Catarina está promovendo neste mês de março capacitações destinadas aos técnicos que prestam assistência técnica rural (Ater) aos assentados da reforma agrária no estado. Os municípios de Chapecó e Abelardo Luz sediaram os primeiros seminários e, nesta semana, os encontros acontecem em Fraiburgo (20/03) e Rio Negrinho (21/03).

Segundo o chefe da Divisão de Obtenção de Terras, Vitor Adami, a intenção dos seminários é difundir o conhecimento sobre as mudanças previstas no novo código florestal e abordar a legislação ambiental com foco nos assentamentos. Atuando junto aos assentados, os técnicos deverão repassar esses conhecimentos, orientando acerca do que é permitido ou não, incentivando a preservação e propondo recomposições, quando necessário.

A regularização ambiental nos assentamentos é uma agenda prioritária para o Incra. A autarquia tem buscado a valorização dos ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais, com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; a regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar, além do monitoramento e controle ambiental.

Trabalhadoras rurais em busca da autonomia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013

As margaridas já estão em Brasília! Na manhã desta quinta-feira, 21 de março, iniciará no Cesir o Seminário Nacional da Mostra das Margaridas que tem como tema “Mulheres Construindo Autonomia”.

As trabalhadoras rurais pretendem refletir e debater a organização produtiva das mulheres e o exercício da autonomia econômica na perspectiva feminista, solidária e sustentável, além de promover a integração e construção coletiva e solidária da Mostra das Margaridas como uma ação da plataforma da Marcha das Margaridas.

Além da abertura política, está prevista para o primeiro dia a Mesa Temática Políticas Públicas para as Mulheres Rurais – organização produtiva e autonomia econômica. Já a programação do segundo dia, amanhã, contará com a Mesa Temática Agroecologia – participação das mulheres na sustentabilidade e organização produtiva da agricultura familiar; e um painel de apresentação de experiências como foco na organização e gestão de grupos produtivos e acesso às políticas públicas. O seminário será encerrado com a visita das trabalhadoras rurais ao espaço da 2ª Mostra Nacional da Produção das Margaridas, no Complexo Cultural da Funarte. Lá, haverá um intercâmbio e integração entre as participantes, como um exercício coletivo e solidário da organização do evento.

INCRA/RS atinge marca de imóveis rurais certificados em 2012 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/03/2013

O Incra/RS igualou nessa quarta-feira (20/03) a quantidade de imóveis rurais certificados em todo o ano passado. Em menos de três meses, a regional ratificou 379 processos, o que significa um aumento de quase 400% no ritmo das análises. De 31,6 verificações de documentos por mês, o Instituto passou a finalizar este ano uma média de 126,3 volumes no mesmo período.

Em 2012, a superintendência da autarquia contabilizou 104 processos protocolados. A equipe interna concluiu 379 deles, e o exército encampou mais 69, por meio de um convênio firmado no ano anterior. No total, foram 448 certificações.

Em 2013, foram registradas 49 entradas e as finalizações, assim como em todo o ano passado, também já alcançaram a marca de 379. "Nesse ritmo, até abril devemos zerar o atual passivo de 150 processos" antecipa o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Francisco Lemos. A previsão é que, a partir de maio, o tempo de permanência dos laudos no Incra deve ficar em apenas uma semana. "Os que não forem certificados, terão as pendências notificadas aos proprietários", explica Lemos.

Segundo o técnico, a maior agilidade nas análises deve-se à Norma de Execução nº 105, de 2012, que desburocratiza o trabalho. "A norma anterior exigia analisarmos uma série

de documentos fora de nossa alçada", revela. "Agora cabe ao Incra verificar se há sobreposição de mapas e se o memorial descritivo está correto" explica.

No Brasil, em 2011 o número de propriedades certificadas foi de 9.607 e está em 5.821 neste ano. Já o Incra/RS realizou 2.068 certificações desde 2004, quando o serviço foi implantado.

Exigência - A certificação das propriedades rurais é uma exigência da Lei 10.267/2001. Sem essa providência, os proprietários não conseguem registrar nenhuma alteração de dominialidade nos cartórios, seja de venda, desmembramento ou remembramento.

A norma nacional determina que todos os imóveis localizados fora dos perímetros urbanos tenham seus documentos de localização analisados e certificados pelo Incra, a fim de evitar a sobreposição de registros e a grilagem de terras. A exigência incide de forma escalonada em função das dimensões das propriedades, sendo que a necessidade atual é sobre fazendas acima de 500 hectares, aproximadamente 60 mil imóveis no Rio Grande do Sul.

Para governo, chuva causou gargalo no porto. Lu Aiko Otta, Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 21/03/2013

Ministro diz que aumento da safra de grãos, provocado pelo excesso de chuvas, levou mais caminhões às estradas e provocou filas nos terminais

O ministro-chefe da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, responsabilizou ontem o clima e a produtividade do campo pelo apagão que toma conta do porto de Santos.

"Temos de fazer um trabalho científico para diminuir as dificuldades", disse ao Estado, ao ser questionado sobre o que pode ser feito no curto prazo para amenizar o gargalo logístico. "O problema mais grave hoje é o aumento da produção com a quantidade de chuva que está caindo. Com essa chuva, não há condições de movimentar granel."

O atraso nos embarques de soja levou um importador chinês, a Sunrise, a suspender parcialmente suas compras de grãos do País. De acordo com estimativas do gerente comercial no Brasil da estatal chinesa Chinatex, Liones Severo, o país asiático já deveria ter recebido 13,5 milhões de toneladas do grão. Porém, até o momento, só 3,5 milhões foram embarcados.

Em sua edição de domingo, o Estado mostrou que os caminhões enfrentam fila de 25 km para chegar ao porto de Santos, por onde são escoados dois terços da produção nacional de grãos. No fim da semana passada, 76 navios estavam parados nas proximidades do porto, aguardando a chegada da carga.

Em média, as embarcações são obrigadas a esperar 60 dias entre a chegada e a partida. Cada dia de demora custa US\$ 25 mil. No total, estima o gerente da Chinatex, cerca de 200 graneleiros estão na costa brasileira. É quase um quinto da frota mundial desse tipo de embarcação.

Problemas climáticos. O secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Célio Porto, diz que o temido "apagão logístico" ainda não está ocorrendo. Na avaliação do secretário, os atrasos no embarque de soja e filas de caminhões nos portos se devem a problemas climáticos, como as chuvas que retardaram o início da colheita no Centro-Oeste e estão dificultando os carregamentos dos navios.

Célio Porto disse que conversou ontem com o setor privado e não obteve confirmação do cancelamento das importações da empresa chinesa Sunrise. Ele acrescentou que os exportadores informaram que está havendo "postergação de embarques por falta de mercadoria e não por dificuldade de embarque".

Respostas. O programa de concessão de ferrovias e rodovias e a Medida Provisória 595, que abre espaço a mais investimentos privados em portos, são respostas do governo para as dificuldades de escoar a produção. São, porém, iniciativas lançadas na metade do governo Dilma Rousseff que até o momento estão no papel. Para a atual safra, o governo mal tem respostas.

"É difícil agir em meio a uma crise", disse o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo. Os Ministérios da Agricultura e dos Transportes criaram, na semana passada, um grupo de trabalho para analisar o problema.

Na opinião do presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, não há nada que possa ser feito para contornar o apagão na atual safra. "O que precisa é aprovar logo essa MP", diz ele, referindo-se à MP dos Portos. Ele confirmou que as chuvas atrapalham o embarque de grãos.

Manteli alertou para o risco de o problema ser agravado por nova paralisação dos portuários, marcada para a próxima semana. Eles pressionam por mudança na MP, para manter a reserva de mercado dos trabalhadores avulsos. Trabalhadores dos portos e sindicalistas tentarão chegar a um acordo sobre mudanças no texto da MP hoje, quando terão um encontro com o relator da medida, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado.

Produtores rurais contratam R\$ 71,6 bilhões na safra 2012/13 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/03/2013

Os financiamentos para a agricultura empresarial somaram R\$ 71,6 bilhões entre julho de 2012 e fevereiro de 2013, segundo dados divulgados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nesta quinta-feira, 21 de março. O resultado é 16,2% superior ao registrado no mesmo período da safra anterior, quando o volume foi de R\$ 61,6 bilhões.

Com isso, os produtores rurais já adquiriram 62,2% dos recursos previstos pelo Plano Agrícola e Pecuário 2012/13. Os financiamentos das modalidades de custeio e comercialização ampliaram 11,5%, enquanto as de investimento apresentaram crescimento de 32,1%.

“O aumento dos empréstimos para investimento demonstra a confiança do produtor rural na modernização das lavouras e dos processos produtivos pecuários. Esses avanços significam alimentos produzidos com mais qualidade e produtividade, temas

que são prioridade na minha gestão”, explicou o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller.

Entre as linhas de crédito para investimento, destaque para o Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), que somou no período R\$ 7 bilhões para a aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem, enquanto nos mesmos meses da safra 2011/12 esse valor foi de R\$ 4,3 bilhões.

Os financiamentos para a produção sustentável também apresentaram ótimo resultado em fevereiro. O Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono alcançou R\$ 2 bilhões em financiamentos ou 60,3% dos R\$ 3,4 bilhões disponibilizados na atual temporada.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), somadas as modalidades de custeio e investimento, atingiu o patamar de R\$ 6,9 bilhões em empréstimos – aumento de 47% sobre igual período da safra anterior. Neri Geller destaca que os volumes de financiamentos dessa modalidade têm batido sucessivos recordes ao longo da temporada 2012/13.

A avaliação atualizada mensalmente das contratações do crédito agrícola é realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa).

Greve por tempo Indeterminado na Veracel – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013

A multinacional da reflorestação nega-se a negociar salário e melhores condições de trabalho em sua fábrica localizada no extremo sul de Bahia

Ao sul do estado brasileiro da Bahia, a uns 45 quilômetros da costa oceânica, na divisa entre os municípios de Eunápolis e Belmonte, encontra-se a fábrica de Celulose da empresa Veracel, uma sociedade em partes iguais do grupo sueco-finlandês StoraEnso e Fibria (Aracruz) do Brasil, que dirige hoje um dos projetos de cultivo e industrialização de eucaliptos de maior escala no mundo.

Atualmente a Veracel produz 1 milhão de toneladas de Celulose por ano. Desde o passado 18 de março, os trabalhadores e trabalhadoras dessa fábrica começaram uma greve por tempo indeterminado devido a um estancamento na negociação salarial do período 2012-2013.

Antonio Inácio Ribeiro, secretário da Federação de Trabalhadores Rurais do estado da Bahia (FETAG-BA), em diálogo com a Rel-UITA explicou que o início da negociação coletiva foi em 1 de novembro de 2012 e que desde essa data, a multinacional não tem apresentado nenhuma proposta satisfatória dando atenção à realidade dos trabalhadores que desempenham a colheita do eucalipto.

“Estes trabalhadores são funcionários qualificados, operam maquinário de primeira linha e a Veracel está lhes oferecendo um incremento salarial de 5,99%, cifra baseada na inflação do terceiro trimestre de 2012” manifestou o dirigente.

Os trabalhadores reivindicam um aumento de 12% sobre o salário atual; incremento da cesta básica e um piso salarial de R\$750 para a categoria. Segundo Ribeiro, a greve teve 100% de aceitação. “Estamos aguardando agora que a empresa dê sinais de uma aproximação já que na reunião pactuada para a segunda-feira, dia 18, não fez outra coisa senão confirmar sua proposta inicial de menos de 6% de incremento”, finalizou.

Trabalhadoras rurais em busca da autonomia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 21/03/2013

As margaridas já estão em Brasília! Na manhã desta quinta-feira, 21 de março, iniciará no Cesir o Seminário Nacional da Mostra das Margaridas que tem como tema “Mulheres Construindo Autonomia”.

As trabalhadoras rurais pretendem refletir e debater a organização produtiva das mulheres e o exercício da autonomia econômica na perspectiva feminista, solidária e sustentável, além de promover a integração e construção coletiva e solidária da Mostra das Margaridas como uma ação da plataforma da Marcha das Margaridas.

Além da abertura política, está prevista para o primeiro dia a Mesa Temática Políticas Públicas para as Mulheres Rurais – organização produtiva e autonomia econômica. Já a programação do segundo dia, amanhã, contará com a Mesa Temática Agroecologia – participação das mulheres na sustentabilidade e organização produtiva da agricultura familiar; e um painel de apresentação de experiências como foco na organização e gestão de grupos produtivos e acesso às políticas públicas. O seminário será encerrado com a visita das trabalhadoras rurais ao espaço da 2ª Mostra Nacional da Produção das Margaridas, no Complexo Cultural da Funarte. Lá, haverá um intercâmbio e integração entre as participantes, como um exercício coletivo e solidário da organização do evento.

Presidente da CNA defende construção de terminais portuários privados e trânsito de cargas próprias e de terceiros – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou nesta quinta-feira (21/03), em Brasília, que a autorização para construção de Terminais de Uso Privado (TUPs) e a movimentação das cargas, próprias ou de terceiros nesses terminais são pontos fundamentais da Medida Provisória (MP) 595, em tramitação no Congresso Nacional. “Eles são a espinha dorsal do novo marco

regulatório e a manutenção desses itens na MP vai garantir a modernização da estrutura portuária, melhorando a competitividade desse setor”, afirmou a presidente da CNA.

A MP 595 foi um dos temas tratados pela senadora Kátia Abreu durante apresentação em reunião dos presidentes do Conselho Deliberativo do Sistema Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Acrescentou que melhorar a logística de escoamento do chamado Arco Norte não significa abandonar as tradicionais vias de escoamento das regiões Sul e Sudeste. “Harmonizar os sistemas de logística é muito importante para o crescimento do País”, afirmou.

Durante a reunião, ela apontou uma série de dados que comprovam a ineficiência do sistema portuário nacional. No porto de Santos, que movimenta 40% das cargas do País, o tempo médio de espera para embarque ou desembarque de um contêiner é de 13 horas. Para transporte de grãos sólidos, o tempo de espera é de 72 horas. A demora eleva os custos de transporte, comprometendo a renda dos produtores rurais. Entre 2003 e 2011, o preço do transporte no Brasil subiu 204,53%, enquanto na Argentina e nos Estados a alta foi de 53% e 43%, respectivamente, no mesmo período.

METAS DA FAO - A senadora Kátia Abreu afirmou que o Brasil tem condições de cumprir a meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para os países fornecedores de alimentos. “Temos área para produzir mais, ampliando a prática da irrigação e sem que seja preciso abrir novas áreas de produção”, afirmou. Segundo a FAO, o Brasil precisa ampliar sua produção de comida em 40% até 2020, enquanto a Austrália deve ampliar a produção em 7% e o Canadá e os Estados Unidos, 14%.

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Roberto Simões; e das Federações da Agricultura e Pecuária do Amapá (FAEAP), Luiz Iraçú Guimarães Colares; da Bahia (FAEB), João Martins da Silva Junior; do Ceará (FAEC), Flávio Viriato Saboya Neto; do Espírito Santo (FAES), Júlio da Silva Rocha Júnior; da Paraíba (FAEPA), Mário Antonio Pereira Borba; e de Santa Catarina (FAESC), José Zeferino Pedrozo; participaram da reunião. O presidente do Sebrae, Luiz Barreto, também esteve presente ao encontro.

CPI do Trabalho Escravo acaba sem votar relatório final. Denise Madueño – O Estado de São Paulo, Economia. 22/03/2013

Com a ameaça de retrocesso na legislação trabalhista no campo patrocinada por deputados ruralistas, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo, deputado Cláudio Puty (PT-PA), encerrou os trabalhos sem a votação de um relatório final. Os ruralistas articulavam a aprovação de um parecer paralelo ao do relator, deputado Walter Feldman (PSDB-SP), para atenuar o conceito de trabalho escravo e dificultar a fiscalização no campo.

"Nós não queremos ser coniventes com os vários ataques a conquistas trabalhistas", disse Puty. Em comum acordo com Feldman, ele não permitiu mais a prorrogação da

comissão, que foi extinta por decurso de prazo no sábado (16). "É um paradoxo. Em vez de a CPI implementar medidas para acabar com a vergonha do trabalho escravo no País, eles queriam flexibilizar as leis que protegem os trabalhadores. Para eles (ruralistas), simplesmente, não existe trabalho escravo no País", continuou Puty.

Estrategicamente, deputados da Frente Parlamentar do Agronegócio se apoderaram da CPI, criada com o objetivo de investigar as causas do trabalho escravo no Brasil, ocupando dois terços das vagas do colegiado - 20 dos 28 titulares. Com esse número, os ruralistas conseguiram barrar requerimentos de investigação e de convocação de proprietários rurais apontados de manter trabalho escravo nas propriedades. Com essa maioria, eles poderiam também rejeitar o parecer do relator e aprovar um outro paralelo com projetos para alterar a legislação sobre o trabalho escravo.

De acordo com o presidente da CPI do Trabalho Escravo, os ruralistas queriam retirar do Código Penal as principais infrações praticadas contra os trabalhadores do campo pelos proprietários: os crimes por trabalho degradante e por jornada exaustiva. Além disso, os ruralistas queriam mudar o que consideram "fiscalização excessiva" do Ministério do Trabalho.

Durante o ano de funcionamento da CPI, o prazo da comissão foi prorrogado por duas vezes nesse período, foram feitas audiências públicas e diligências. "Encontramos trabalhadores bebendo água com os animais, alimentando-se com comida podre, trabalhando doentes", disse. Puty afirmou que o princípio geral do trabalho da comissão é proteger os trabalhadores e fortalecer a legislação. "Eles (ruralistas) queriam desmontar o sistema de fiscalização montado em três governos, de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff", disse. O presidente da CPI afirmou que um parecer será elaborado, mesmo que não seja votado pela comissão.

Conab leiloa 51 mil t de trigo no começo de abril – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 25/03/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realiza, no dia 4 do próximo mês, dois leilões para a venda de 51,7 mil toneladas de trigo em grãos oriundo dos estoques do governo. A medida atende a política governamental de suprimento do mercado interno que enfrenta problemas ocasionados pela entressafra, como a alta de preços.

O grão está disponível em armazéns localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Podem participar do leilão, de acordo com os avisos 62 e 63, "apenas as indústrias moageiras, assim entendido as pessoas jurídicas que se dedicam à moagem do trigo em grãos, em instalações próprias ou de terceiros, que estejam em plena atividade e que a atividade de moagem de trigo esteja prevista em seu contrato social".

Realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab (SEC), os leilões começam sempre às 9h e os participantes devem estar cadastrados na Bolsa pela qual pretendam realizar a operação e em situação regular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab (SIRCOI).

Senegal vai criar programa nos moldes do Bolsa Família – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/03/2013

Anúncio foi feito por delegação do país africano que participou, em Brasília, do seminário internacional sobre políticas sociais promovido pelo MDS

O Senegal está elaborando um programa de transferência de renda baseado na experiência do Bolsa Família. Por seu intermédio, o governo senegalês pretende beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza naquele país africano – quase metade de sua população, estimada em 12,9 milhões. Na busca de subsídios, uma delegação de Senegal participou, em Brasília, do *6º Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento*, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Chefe da delegação senegalesa, o delegado-geral da Presidência para as Políticas de Proteção Social e de Solidariedade, Amadou Mansour Faye, destacou que seu país, a exemplo do Brasil, busca o desenvolvimento econômico e social inclusivo, com objetivo de melhorar a distribuição de renda e superar a pobreza. “Todo senegalês tem o direito de se beneficiar dos frutos do crescimento econômico.” O Produto Interno Bruto (PIB) do Senegal cresceu 2,2%, no último ano, segundo a comitiva que veio ao Brasil.

O Programa Nacional de Bolsa da Seguridade Familiar deve beneficiar inicialmente 50 mil famílias. O governo senegalês também pretende envolver todos os entes federados na execução do programa, a exemplo do que ocorre no Brasil com o Bolsa Família. “Os municípios, como vimos aqui, têm grande papel nessa evolução. Queremos fazer o mesmo com nossos departamentos”, disse Amadou Mansour Faye. O seminário foi realizado na semana passada.

Leilão para aquisição de milho acontece nesta quarta-feira – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/03/2013

De acordo com Neri Geller, novo edital deve ser lançado até a próxima semana para aquisição de mais 100 mil toneladas.

As ações de apoio do Governo Federal para auxiliar os municípios amparados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) afetados pela estiagem terão continuidade nesta semana. Na quarta-feira, 27 de março, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), realiza leilão eletrônico para a aquisição de 50 mil toneladas de milho em grão ensacado.

Os preços de abertura dos pregões variam de R\$ 0,94 por quilo a R\$ 0,68/Kg. Ao todo, serão 33 lotes. O produto será adquirido para formação de estoque nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além de 1,7 mil toneladas para Minas Gerais e a mesma quantidade para o Espírito Santo. Podem participar dos leilões produtores rurais, cooperativas e comerciantes.

“Esses arremates serão importantes para auxiliar aos pequenos produtores nordestinos que sofrem com a falta de chuvas na região. Este primeiro leilão será uma espécie de avaliação. No entanto, até a próxima semana já devemos lançar novo edital para comprar mais 100 mil toneladas”, afirmou o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, se referindo à cota aprovada pelo Governo este ano para aquisição de 300 mil toneladas do produto em caráter excepcional.

Em 2012, ações interministeriais de apoio auxiliaram centenas de municípios afetados pela seca. Entre as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, os leilões de milho pela Conab foram as principais. Mais de 148 mil operações resultaram na compra de 602 mil toneladas do cereal pela modalidade de venda de milho em Balcão.

Transporte de cargas enfrenta falta de 100 mil caminhoneiros. Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 25/03/2013

Congestionamentos e rodovias precárias atrasam viagens e nova lei exige mais paradas

Na família de Tomaz Gabriel, de 70 anos, a profissão de motorista de caminhão passa de pai para filho há mais de um século. A vida nas estradas teve início com o avô, arrebatou o pai e, apesar dos sacrifícios, caiu no gosto de Gabriel logo cedo. Começou como funcionário, mas aos 33 anos já conseguiu comprar o primeiro caminhão. Era um "mercedinha 71", usado e pago em 24 vezes.

Hoje ele tem um Volvo 2012, automático, com ar condicionado, duas camas na boleia e frigobar. Um luxo comparado aos tempos do avô, que circulava Brasil afora com carretas pesadas, sem conforto. Mas, apesar da modernidade dos caminhões, a tradição no volante parou na geração de Gabriel. Os filhos fizeram faculdade e preferiram uma vida mais confortável, sem as privações das estradas.

A família vai continuar no setor. Mas, desta vez, no comando de uma empresa, com 140 caminhões. O problema será encontrar motorista para dirigir a frota. Ao contrário da época de Gabriel e seu avô, hoje falta profissional no mercado. Calcula-se que o déficit de caminhoneiro já atinja 13% da frota das empresas (ou cerca de 100 mil motoristas), segundo a Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC & Logística).

A escassez tem dificultado a vida das transportadoras e dos produtores, seja do setor industrial ou do agronegócio. Na colheita de soja, a escala de embarque tem sido prejudicada pela falta de profissionais, afirma Carlos Fávaro, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja). "Se uma empresa precisa de dez caminhões para fazer o transporte de soja, recebe apenas dois por dia. Isso provoca estocagem excessiva e redução da competitividade do País."

Para complicar, o contingente de motoristas acaba sendo comprometido com os congestionamentos gigantes na entrada dos portos, como em Santos e Guarujá. Na semana passada, Tomaz Gabriel gastou 21 horas na Rodovia Cônego Rangoni para descarregar no complexo santista. No tempo perdido na fila, poderia ter atendido outra demanda. O exemplo vale também para a má qualidade das rodovias, que às vezes dobra o tempo de viagem. "Junta-se a isso a nova lei de regulamentação da jornada de trabalho dos motoristas, que exige mais paradas e alonga a viagem", diz Antonio Wroblewski Filho, dona da Support Cargo.

A empresa, com frota de 285 caminhões, teve de encostar alguns veículos recentemente por falta de motoristas. Wroblewski acaba de comprar 30 novos caminhões, mas, por falta de profissional, escalonou a entrega para não ficar com carreta parada. "Pedi para entregarem dez imediatamente, dez em abril e dez em maio. É o tempo que terei para contratar mais motoristas. Por enquanto, só consegui oito."

Remuneração. O presidente da Associação Brasileira de Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, diz que tem sido difícil convencer um jovem de se tornar caminhoneiro. "Hoje ninguém quer ser motorista por causa das condições das estradas e da remuneração." Ele conta que há iniciativas no mercado de recrutamento de pessoas de 15 a 17 anos para formar caminhoneiros. "Num primeiro momento, eles até têm interesse. Mas quando chega a parte prática e mecânica do curso, mudam de ideia e veem que ser mecânico é mais vantajoso", diz.

Fonseca tem uma empresa de transporte de cana de açúcar e precisa de motoristas especializados na condução de caminhões pesados, computadorizados e cheios de tecnologia. A última turma contratada teve treinamento por 40 dias. "Você dá toda a estrutura para o profissional, plano médico, salário de R\$ 2,5 mil a R\$ 3 mil, acomodação para ficar no local durante a safra e alimentação e, mesmo assim, é difícil contratar."

A alta tecnologia dos novos caminhões também amedronta os profissionais, especialmente os motoristas mais velhos, acostumados a veículos manuais. A maioria não sabe operar os novos caminhões. E quando o fazem arriscam suas vidas e de terceiros. O professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, conta que boa parte dos acidentes provocados por caminhoneiros nas estradas está ligada à incapacidade dos motoristas de lidar com as inovações tecnológicas. "Os novos caminhões exigem uma postura diferente no volante. Qualquer movimento brusco pode provocar sérios acidentes."

De olho no risco, a JSL - uma das principais empresas de transportes do País - apostou no treinamento de novos motoristas. O diretor de Operações e Serviços do grupo, Adriano Thiele, conta que a empresa montou 13 centros especializados na formação.

Os funcionários, que devem ter carteira de habilitação específica para dirigir caminhões, são contratados e passam de 45 a 60 dias em treinamento. Em 2012, dos 2,6 mil motoristas contratados, 914 foram formados nessas escolas. "Estamos crescendo a uma taxa anual de 28%. Fomos obrigados a preparar nossa mão de obra", diz Thiele

Igual estratégia tem sido adotada pela Transportadora Roma, que já ficou com 5% da frota parada por falta de motoristas. Tradicional no carregamento de grãos, a empresa apostou no treinamento para reduzir prejuízos. Hoje, 20% dos seus profissionais foram treinados por instrutores próprios, diz o diretor de transportes, Gelso Luiz Lauer. "Nosso segmento exige caminhões bitrem e rodotrens. É preciso ter habilidade e conhecimento para operá-los."

Resende diz que a situação de escassez de motoristas já era esperada pois a demanda por transporte é cada vez maior e a oferta de ferrovias limitada. "Nas fronteiras agrícolas, a oferta de transporte sobre trilhos é praticamente a mesma há dez anos. O resultado é o desalinhamento entre oferta e demanda."

Dilma diz que água é assunto estratégico do País. Beatriz Bulla e Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 25/03/2013

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira, em Serra Talhada, no Sertão de pernambucano, que a água é questão estratégica do Brasil. Dilma entregou um trecho de um sistema adutor. "Isso que nós estamos fazendo hoje (em relação à seca) tinha de ter sido feito há um século atrás", disse.

Dilma anunciou que o governo federal continuará a atuar em parceria com o governo de Pernambuco para assegurar a realização de barreiras de água. Além disso, o Programa Garantia Safra e o Bolsa Estiagem serão prorrogados até julho, anunciou. "Enquanto durar a seca, nós iremos pagar seguro Garantia Safra e Bolsa Estiagem."

Ela afirmou ainda que será mantida a venda de milho mais barata, feita pela administração federal, para o Sertão nordestino. "Vamos acertar essa venda com os governadores. O governo federal compra milho e vende para o agricultor do Semiárido nordestino a preço mais baixo", disse Dilma, que também falou em recompor rebanhos. "Vamos garantir que, assim que a seca pare, o governo federal vai ter um programa de recomposição de rebanhos. Tenho dito isso em todos os Estados da União. Eu não sou de prometer sem cumprir", cravou.

A presidente reiterou que quer proteger a pequena agricultura. "Nós não iremos perder as conquistas que tivemos nesses dez anos. Não vamos perder porque temos coragem, determinação e vontade política de assegurar que o povo de todo o Nordeste do Semiárido tenha condição de voltar a ter a melhor situação que tinha antes da seca."

Dilma ressaltou ainda que é observada uma "mudança acelerada na região", em que a economia nordestina cresceu e a indústria aumentou a presença. "Conseguimos fazer um conjunto de obras que mostram uma nova face a esse Nordeste", disse, citando o Suape - Complexo Industrial Portuário e a duplicação de estradas federais.

A presidente reiterou que a Refinaria Abreu e Lima será feita e representará um ganho não só para Pernambuco, como para todo o Brasil. "Tem gente que fica falando: "Não vai sair a Refinaria Abreu e Lima". São aves de mau agouro. Porque nós vamos fazer a refinaria e logo vai estar processando seus 230 mil barris por dia." Dilma declarou que todos os investimentos feitos no Estado, somados os recursos federais e de empresas estatais, chegam a R\$ 60 bilhões.

Além dos investimentos, Dilma divulgou a entrega de um caminhão-caçamba, uma retroescavadeira e uma motoniveladora para todas as cidades com menos de 50 mil habitantes. De acordo com a presidente, no dia 2, o benefício será estendido também aos municípios do Semiárido que tenham mais de 50 mil habitantes. Dilma participou da cerimônia de entrega do trecho Floresta - Serra Talhada do Sistema Adutor Pajeú. A obra captará água do Rio São Francisco para abastecer a região. Além disso, o evento marcou a entrega de 22 máquinas retroescavadeiras a localidades pernambucanas.

Incrá divulga seu novo plano de ações em municípios de Santa Catarina – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013

Com o objetivo de apresentar o novo plano de ações do Incra, suas políticas e metodologias de trabalho para os assentamentos da reforma agrária, o superintendente regional da autarquia em Santa Catarina, José dos Santos, percorreu as cidades de Fraiburgo e Curitibanos, para duas reuniões com prefeitos e secretários de quatro municípios, além de técnicos e coordenadores dos 20 assentamentos situados nessas regiões.

Os encontros, realizados na última sexta-feira e sábado (22 e 23 de março) permitiram maior aproximação do Incra com as novas administrações municipais e o estreitamento de vínculos com os prefeitos reeleitos.

Na pauta dos encontros, a inserção das famílias assentadas no Plano Brasil Sem Miséria e a apresentação dos programas específicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como a Ação de Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Recuperação de Estradas Vicinais (integrada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2), que visa à parceria com os municípios para a melhoria de infraestrutura nos assentamentos; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec-Campo), que qualifica jovens e adultos para atuarem em suas regiões de origem; e o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, que leva cidadania para milhares de pessoas do meio rural.

A reunião de sexta-feira ocorreu em Fraiburgo com representantes dos municípios de Monte Carlo e Lebon Régis, onde, no total, há 17 assentamentos, com 512 famílias. Já no sábado, a reunião foi apenas com representantes e assentados de Curitibanos, município que sedia três assentamentos, com 108 famílias. Para Santos, além da busca pela estruturação produtiva dos assentamentos, esses encontros são importantes para que os executivos municipais superem algumas dificuldades e conheçam os caminhos corretos para a busca de recursos. "Houve a renovação de muitas administrações de municípios onde estão situados assentamentos e não podemos interromper as ações de desenvolvimento dessas áreas", explicou o superintendente do Incra/SC.

Na sexta-feira à noite, Santos também esteve no município de Caçador (SC), participando da abertura da Feira da Agricultura Familiar. Promovida pela autarquia e pelo MDA, a feira compôs os festejos alusivos aos 79 de criação da cidade, e teve como destaque a promoção dos produtos da marca Terra Viva, produzidos e comercializados pelas cooperativas que reúnem assentados da reforma agrária em Santa Catarina.

Dilma anuncia construção de ferrovia em Pernambuco. Beatriz Bulla e Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 25/03/2013

A presidente Dilma Rousseff falou nesta segunda-feira, na entrega de trecho de sistema adutor no Sertão de Pernambuco, sobre as mudanças na infraestrutura do País que serão vistas com o investimento do governo federal no setor. "Nós mudamos completa e totalmente o que vinha acontecendo. Nós iremos mudar ainda mais. Iremos mudar a infraestrutura do País", disse. Dilma anunciou que será feita uma ferrovia em Pernambuco.

"Faz parte de decisão do governo federal de investir pesadamente em infraestrutura", afirmou. Durante o discurso, ela chamou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para que detalhasse o projeto. "Fizemos uma primeira parte (de investimento em ferrovias) em torno de dez mil quilômetros, que o governo federal está licitando. Mas agora estamos entrando na segunda fase", disse Dilma.

A segunda fase mencionada contempla a nova ferrovia, anunciada nesta segunda-feira e chamada pela presidente de "integração do interior de Pernambuco com o restante do Nordeste". Para finalizar, Dilma, que dividiu o palanque com governador e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, possível candidato a presidente, falou sobre a importância de parcerias entre as esferas da administração, sem mencionar questões partidárias. A presidente abordou a "capacidade de construir, democraticamente, uma coalizão para dirigir esse País". "Nenhuma força política sozinha é capaz de dirigir esse País. Precisamos de parceiros. Precisamos que esses parceiros sejam comprometidos com esse caminho."

Indústrias de suco são condenadas por irregularidades trabalhistas. Fernando Lopes – Valor Econômico, Empresas. 26/03/2013

O Ministério Público do Trabalho (MPT) informou que o juiz Renato da Fonseca Janon, da Vara do Trabalho de Matão, no interior paulista, condenou as grandes exportadoras de suco de laranja do país (Cutrale, Citrosuco/Citrovita e Louis Dreyfus Commodities) "a pagarem indenizações milionárias por danos morais causados durante mais de uma década de irregularidades trabalhistas no campo". Trata-se de uma decisão de primeira instância e as empresas podem recorrer.

Em comunicado, o MPT esclareceu que, conforme a decisão, as empresas devem pagar R\$ 455 milhões e encerrar a terceirização nas atividades de plantio, cultivo e colheita de laranjas, seja "em terras próprias ou de terceiros, localizados no território nacional, com produção agrícola utilizada em suas indústrias". Sempre segundo o MPT, "a Justiça julgou procedentes os pedidos feitos em ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho e considerou o prazo de 180 dias, a partir do trânsito em julgado, para que as empresas cumpram a obrigação de não terceirizar, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão".

Segundo a decisão do juiz Renato da Fonseca Janon, as indenizações por danos morais coletivos, que somam R\$ 400 milhões, seriam repartidas. A Cutrale teria que pagar R\$ 150 milhões, Citrosuco/Citrovita (em processo de fusão das operações) ficaria com R\$ 195 milhões e a Dreyfus com R\$ 55 milhões. Os recursos seriam destinados aos Hospital do Câncer de Barretos, à Fundação Hospital Amaral Carvalho, de Jaú, e ao Hospital Carlos Fernando Malzoni, de Matão.

Pela decisão, as companhias também teriam de pagar R\$ 40 milhões por abuso do direito de defesa. O juiz também cobrou R\$ 15 milhões da Cutrale para investimento em uma campanha institucional educativa. "Para que fique bem claro e não reste a menor

sombra de dúvida: a produção e a colheita da fruta fazem parte da atividade-fim da indústria de suco, que não se limita a comprar ‘matéria-prima’, como insistem as reclamadas. Detalhes como o grau de maturação e o teor de açúcar são fundamentais para que as empresas consigam elaborar o seu produto final, razão pela qual as reclamadas interferem diretamente na produção dos citrus junto aos fornecedores”, afirma o juiz Renato da Fonseca Janon em sua sentença.

ENTREVISTA - À espera de licença, Verde Potash busca produzir em 2015. Sabrina Lorenzi – O Estado de São Paulo, Geral. 26/03/2013

Enquanto aguarda uma licença ambiental, a Verde Potash faz planos de iniciar a produção de potássio no Brasil em 2015, com o diferencial de ter uma unidade próxima a regiões que são grandes consumidoras de fertilizantes, disse o presidente da companhia, Cristiano Veloso.

A empresa listada em Toronto (Canadá) espera receber a licença prévia ambiental de seu projeto em Minas Gerais no segundo trimestre, afirmou o executivo à Reuters.

A companhia visa tirar proveito da grande demanda pela matéria-prima de fertilizante no Brasil, que importa cerca de 90 por cento do insumo que consome.

E investidores estão de olho na situação: desde que a Vale suspendeu um grande projeto de potássio na Argentina, que poderia garantir parte das necessidades do Brasil, as ações da Verde Potash subiram cerca de 20 por cento.

Além do mercado, a companhia diz ter outros estímulos.

"Temos muito incentivo para produzir potássio, tanto de Minas Gerais como do governo federal, porque o país precisa urgentemente de fertilizantes", afirmou Veloso, revelando um acordo com o governo mineiro para isenção total de ICMS na cadeia produtiva do potássio.

O projeto Cerrado Verde, em Minas Gerais, passou por 41 mil metros de sondagem que mediram 2,8 bilhões de toneladas de rocha de um potássio não convencional encontrado na superfície. A cor verde do minério foi determinante para dar nome à empresa.

A empresa ainda tem vantagem logística em relação a outros projetos para explorar a matéria-prima no país, como o da Potássio do Brasil, que revelou à Reuters contar com grandes reservas, mas situadas no Amazonas, um Estado que tem produção agrícola pequena em relação a outros.

Etapa Inicial

Na primeira fase, a Verde Potash planeja produzir 600 mil toneladas de potássio -- volume equivalente ao da produção da Vale, em Sergipe-- com investimentos de 598

milhões de dólares, e a abertura de capital no Brasil é cogitada após o começo de produção.

O projeto completo tem potencial para produzir 3 milhões de toneladas anuais a partir de 2019, com um investimento total de 6 bilhões de dólares.

De posse das licenças necessárias para iniciar o projeto, a Verde Potash deverá dar entrada com pedido de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, segundo o executivo, deve incentivar projetos deste tipo para aliviar a necessidade de importações.

O consumo de fertilizantes no Brasil tem disparado nos últimos anos e deve aumentar ainda mais na esteira do agronegócio. Em 2012, a potência agrícola consumiu 8 milhões de toneladas de potássio, das quais 93 por cento foram importadas.

"O governo brasileiro tem ajudado e está preparando mais medidas para dar aos produtores brasileiros de fertilizantes condições de competir com grandes produtores mundiais, entre canadenses e russos", afirmou.

Desafios

Os 120 mil hectares de área em exploração pela Verde Potash revelam jazidas suficientes para uma produção potencial de 8 milhões de toneladas anuais por 30 anos, segundo o executivo. Mas o projeto não é tão simples quanto outros mais convencionais.

Se por um lado as reservas localizadas na superfície são uma vantagem em relação a depósitos comumente encontrados em grande profundidade, por outro a Verde Potash precisa de tecnologia para explorar os depósitos constituídos de um mineral não convencional.

O executivo disse que a empresa está desenvolvendo tecnologia para explorar as reservas do potássio originado do silicato, uma rocha verde encontrada em abundância na região.

Veloso é um dos acionistas da Verde Potash, com quase 10 por cento do capital da empresa. A maior parte do capital da companhia é de brasileiros, com dois investidores da área agrícola e de fertilizantes. Também é constituída de fundos europeus, norte-americanos e asiáticos, como o Pine Bridge, responsável por uma carteira de mais de 80 bilhões de dólares em investimentos. A empresa desenvolve pesquisas em Minas Gerais desde 2008.

MP dos portos já atrai investidores privados – Site da Confederação da agricultura e pecuária do Brasil (CNA). 26/03/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse nesta terça-feira (26/3) que a Medida Provisória (MP) 595, que

propõe a abertura dos portos brasileiros ao capital privado, despertará o interesse dos investidores no setor portuário. Segundo ela, após a edição da MP, há cerca de três meses, já surgiram 15 pedidos de empresas junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para a construção de novos Terminais de Uso Privativo (TUPs), de um total de 56 pedidos para a instalação de novos TUPs, que irão operar qualquer tipo de carga, independente da quantidade e de ser própria ou de terceiros. Ao todo, há 111 solicitações sob a avaliação da agência para a construção de algum tipo de terminal portuário. “Isso significa bilhões e bilhões de reais em investimentos”, destacou.

O tema foi abordado em audiência pública na Comissão Mista que analisa a MP, que realizou audiência pública com a participação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, além de representantes dos governos da Bahia e do Rio Grande do Sul. No debate, a senadora afirmou, também, que a MP poderá acelerar os processos licitatórios para a construção de novos portos e terminais, o que não ocorreu nos últimos anos, prejudicando o escoamento da safra de grãos e o embarque de produtos do agronegócio para o exterior. A presidente da CNA lembrou que, diante da ausência de licitações, a capacidade operacional de vários portos ficou comprometida. Um exemplo citado por ela foi o Porto de Itaqui, no Maranhão, que há vários anos aguarda a realização de licitação para ampliar sua capacidade de movimentação de carga.

Segundo a senadora, este porto, que recebe mais de 90% dos produtos vindos do Tocantins, poderia ser uma boa alternativa aos Portos de Santos e Paranaguá, destinos de mais de 80% da produção de milho e soja produzidos nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, responsáveis por mais de 52% da oferta destes grãos no País. Diante do atraso nas licitações, o Porto de Itaqui embarca apenas 14% do volume de soja e milho produzido nas três regiões. “As licitações vão ocorrer, sim, diferente do que ocorreu nos últimos anos. O grande prejuízo que tivemos foi a ausência de licitação nos últimos anos”, ressaltou. A presidente da CNA avaliou, ainda, que a MP não irá tirar a autonomia dos Estados no que diz respeito aos contratos de concessão para operação nos portos e terminais.

Para a ministra Gleisi Hoffmann, a aprovação da MP torna-se necessária diante da capacidade operacional dos portos brasileiros, que hoje é de 370 milhões de toneladas. Segundo ela, a previsão para 2030 é de uma movimentação de 487 milhões de toneladas. Ela informou, ainda, que a MP foi elaborada com base em duas premissas: melhoria da eficiência dos portos e redução do custo de logística. A ministra explicou que, a partir da mudança do marco regulatório do setor, os novos portos trabalharão com os critérios de maior movimentação de carga com menor preço.

“Precisamos tomar medidas agora”, enfatizou a ministra, que enumerou as ações do Governo voltadas a infraestrutura e logística, que incluem não apenas os portos, mas as políticas de dragagem, logística integrada e acesso aos terminais, entre outras. Gleisi Hoffmann garantiu, ainda, que a MP não irá acabar com a autonomia dos Estados na administração dos contratos de alguns portos, questão levantada pelo governador de

Pernambuco, Eduardo Campos, em relação ao porto de Suape, que hoje é gerido no âmbito estadual.

Também participaram da audiência pública o secretário de Estado de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul, João Constantino Motta, e o coordenador executivo de Infraestrutura da Casa Civil do Estado da Bahia, EracyLaffuente.

Ruralistas criticam fim da CPI do Trabalho Escravo. Tarso Veloso – Valor Econômico. 26/03/2013

A bancada ruralista do Congresso publicou nesta terça-feira nota contra a suspensão dos trabalhos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo.

Para os parlamentares, a decisão do presidente da CPI, deputado Cláudio Puty (PT-PA), de extinguir os trabalhos sem a votação de um relatório final é “arbitrária” e pouco comum no Congresso.

Segundo a nota, Puty disse que os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) queriam flexibilizar o conceito de trabalho escravo e não queriam “ninguém punido”. A FPA disse que as acusações são levianas. A atitude, segundo a nota, foi feita após Puty pressentir uma “frágil derrota”.

Segundo a FPA, Puty afirmou que “caso houvesse votação, os ruralistas sairiam vencedores”. A afirmação, segundo a frente, é “infame, preconceituosa, reprovável sob todos os aspectos”.

A FPA diz que pretendia criar uma legislação “moderna, objetiva, clara e democrática”. A bancada ruralista promete recorrer à Mesa Diretora da Câmara e, se preciso, ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Fim da terceirização pode gerar 200 mil vagas na colheita da laranja. Fernando Lopes – Valor Econômico, Empresas. 27/03/2013

Se for mantida nas instâncias superiores, a decisão do juiz Renato da Fonseca Janon, da Vara do Trabalho de Matão (SP), de acabar com a terceirização da colheita de laranja poderá significar a contratação direta de mais de 200 mil trabalhadores pelas grandes indústrias de suco baseadas no Estado de São Paulo (Cutrale, Citrosuco/Citrovia e Louis Dreyfus Commodities), de acordo com cálculo do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na terça-feira, o MPT informou que o juiz condenou essas empresas “a pagarem indenizações milionárias por danos morais causados durante mais de uma década de irregularidades trabalhistas no campo”. Trata-se de uma decisão de primeira instância e as empresas vão recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho de Campinas. Segundo o MPT, se a decisão for mantida as indústrias terão de pagar, no total, R\$ 455 milhões e encerrar a terceirização no plantio, cultivo e colheita de laranjas em terras próprias ou de terceiros no país.

“Para que fique bem claro e não reste a menor sombra de dúvida: a produção e a colheita da fruta fazem parte da atividade-fim da indústria de suco, que não se limita a comprar ‘matéria-prima’, como insistem as reclamadas. Detalhes como o grau de maturação e o teor de açúcar são fundamentais para que as empresas consigam elaborar o seu produto final, razão pela qual as reclamadas interferem diretamente na produção dos citrus junto aos fornecedores”, afirma o juiz Janon em sua sentença.

Segundo ele, a relação das indústrias de suco com a “terceirização irregular” teve início há mais de uma década, quando se formaram “diversas cooperativas de mão de obra para realização da colheita de laranja”. Apesar de reconhecer a “existência legal” desses grupos, o juiz salienta que reclamações trabalhistas e investigações de instituições como o MPT e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) comprovaram fraudes na constituição das cooperativas, uma vez que o comando das atividades normalmente fica nas mãos das indústrias.

“É fato notório, de repercussão nacional, que as indústrias agem como empregadoras dos trabalhadores da colheita de laranja, mas se eximem de qualquer responsabilidade trabalhista decorrente de suas atividades econômicas”, dizem os procuradores responsáveis pela ação. Segundo o MPT, “a Justiça julgou procedentes os pedidos feitos em ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho e considerou o prazo de 180 dias, a partir do trânsito em julgado, para que as empresas cumpram a obrigação de não terceirizar, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão”.

Segundo a decisão do juiz Janon, as indenizações por danos morais coletivos, que somam R\$ 400 milhões, seriam repartidas. A Cutrale teria que pagar R\$ 150 milhões, Citrosuco/Citrovita (em processo de fusão das operações) ficaria com R\$ 195 milhões e a Dreyfus com R\$ 55 milhões. Os recursos seriam destinados aos Hospital do Câncer de Barretos, à Fundação Hospital Amaral Carvalho, de Jaú, e ao Hospital Carlos Fernando Malzoni, de Matão.

Pela decisão, as companhias também teriam de pagar R\$ 40 milhões por abuso do direito de defesa. O juiz também cobrou R\$ 15 milhões da Cutrale por “assédio processual”, que seriam investidos em uma campanha educativa para ressaltar “a importância do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores”.

Agricultor é morto em área de assentamento no Pará. Evandro Corrêa – O Globo, País. 29/03/2013

Crime foi em Anapu, região onde foi assassinada Dorothy Stang

A Polícia Civil do Pará investiga a execução à queima-roupa do lavrador Enival Soares Matias, de 41 anos. Os agentes consideram duas possíveis motivações para o crime: o incômodo de fazendeiros e agricultores com a atuação de Matias junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou desavenças particulares da

vítima com um morador do assentamento PDS Esperança, onde vivia. Um suspeito foi identificado pela polícia, mas ainda não foi localizado.

O crime ocorreu na tarde de quarta-feira em uma estrada vicinal que dá acesso ao assentamento, localizado a 60km do município de Anapu, no sudoeste do estado, área de atuação da missionária americana Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005. Matias trafegava em uma moto, quando foi abordado por dois homens em uma motocicleta, sendo que o carona sacou uma arma e efetuou pelo menos quatro disparos na cabeça da vítima. Ele morreu na hora.

Uma garota que viajava na garupa da moto fingiu desmaio na hora do crime, e os pistoleiros foram embora sem agredi-la. A testemunha, que tem apenas 12 anos, está sob custódia do Conselho Tutelar de Anapu e prestou depoimento à polícia, que por enquanto evita confirmar oficialmente ligações do crime com questões agrárias. Pouco antes do crime, os dois atiradores procuraram por Matias em sua casa, de acordo com a polícia.

Famíliares relatam que o lavrador não vinha recebendo ameaças de morte, mas era alvo de constantes críticas em função do serviço informal que prestava para o Incra, de acordo com os agricultores. Conhecedor profundo de uma região que se notabiliza pela presença de madeiras nobres, Matias era consultado com frequência pelos dirigentes do órgão para dizer quem já detinha terras — e que por isso não deveria receber novos títulos de propriedade — e quem não tinha. Alguns fazendeiros teriam até perdido seus títulos em função da atuação do agricultor. O Incra nega que Matias prestasse esse tipo de serviço.

Coordenador do órgão em Anapu, Fagner Garcia disse acreditar que o crime não tenha relação com conflitos agrários.

— Pelo que a gente percebeu até o momento, não há evidência que isso esteja ligado a um conflito agrário, até porque não existe um conflito agrário atual no PDS — disse, em entrevista à Rede Liberal, retransmissora da TV Globo no Pará.

Matias também era ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo autor de denúncias de grilagens de terra no PDS Esperança, onde estava assentado há mais de seis anos. Há relato também de que ele mantinha reuniões com representantes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Segundo o delegado Melquiesedeque Ribeiro, um dos responsáveis pela investigação, a vítima já havia sido alvo de violência na região.

— A casa dele foi queimada aproximadamente um ano atrás, e ele também foi vítima de uma tentativa de assalto — disse o delegado.

Segundo a família, Matias não ligava a tentativa de assalto que sofreu com a sua atuação como liderança na região.

Em nota divulgada nesta sexta-feira, a CPT em Anapu lembrou que a casa do agricultor foi incendiada em 1º de abril de 2011. Segundo a CPT, o motivo seria sua participação em uma manifestação contra a exploração ilegal de madeira no PDS.

A morte de Matias é investigada pelo delegado de Anapu e também pelo titular de Altamira, Cristiano Nascimento, que na quinta-feira viajou para a cidade para acompanhar as investigações. A vítima era pai de um menino e uma menina, ainda pequenos, e atualmente estava separado da esposa.

Julgamento no Pará

Na próxima quarta-feira, José Rodrigues Moreira, Lindonjonson Silva e Alberto Lopes serão levados a júri popular pela morte dos extrativistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, em maio de 2011, em Nova Ipixuna, no sudeste paraense. O primeiro é acusado de ser o mandante do crime e os outros dois de executarem a dupla.

José Cláudio e Maria foram assassinados por protegerem camponeses assentados em terras que seriam de interesse de José Rodrigues Moreira. Ele estava envolvido em compra de lotes destinados à reforma agrária, o que é ilegal.

Contexto

A tensão causada pela disputa por terras tem se agravado e elevado o número de mortos em conflitos agrários no Brasil. No ano passado, o total de líderes locais assassinados, entre sem-terra, indígenas e pescadores, cresceu 10,3% em relação a 2011, subindo de 29 para 32. As mortes aconteceram, em sua maioria, no Pará e em Rondônia, estados onde os conflitos por terras e as disputas em torno da exploração ilegal de madeira têm recrudescido nos últimos anos. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que o Rio de Janeiro, onde a média de mortes era de uma por ano, contabilizou quatro no ano passado, maior patamar desde 1999, quando foram assassinadas cinco pessoas. No país, de 2000 a 2012, conflitos agrários provocaram 458 mortes.

Em novembro, ocorreu o maior número de mortes no campo em 2012. Ao todo, sete pessoas foram assassinadas, quase metade delas no Pará. O estado, que costuma registrar o maior número de mortes em conflitos no campo, apresentou queda no total de assassinatos: de 12, em 2011, para 6, em 2012. Em Rondônia, a violência aumentou: de 2, em 2011, para 7, em 2012.

Indústria da seca agrava pior estiagem em 50 anos. Letícia Lins – O Globo, País. 30/03/2013

Agricultores na miséria denunciam preço extorsivo de carros-pipa

Floresta (PE) — Ao sair de casa, na última terça-feira, para visitar uma filha no centro da cidade sertaneja de Floresta, a 439 quilômetros de Recife, Manoel Afonso dos Santos, de 82 anos, delegou uma triste tarefa à mulher, Maria Fátima Alves Laurentino, de 46: deixar com fome o cavalo Canário por um dia, para que não faltasse ração aos

bois Sereno e Mineiro e ao bezerro Boa Vista. Morando em uma casa de taipa, sem direito a água nem colheita, ele adotou esses rodízio para administrar os seis hectares do sítio Riacho do Ouro, onde, ao longo dos últimos doze meses, viu sumir o patrimônio de uma vida, na pior seca em meio século. Assistiu à morte de 31 bichos e vendeu cinco outros, “a preço de banana” para garantir o sustento dos que sobreviveram.

Em Serra Talhada, também no sertão, a 418 quilômetros de Recife, José Lopes da Costa, de 78 anos, vive a mesma dor: já perdeu 20 cabeças de gado. Há um mês, vendeu uma “junta de boi de trabalho” por R\$ 5 mil para garantir alimentação dos que sobraram. Era bicho “danado de bom”, que Zeca do Jazigo, como o agricultor é mais conhecido, não pretendia comercializar por dinheiro algum. Em São Caetano, no agreste, José Albertino da Silva, de 75 anos, já não tem “mais nenhum bichinho”. Nem tentou plantar melancia, milho, feijão e mandioca porque “a terra não molhou” no seu sítio, chamado ironicamente Poço D’Água.

Além de verem os rebanhos minguaem Afonso, José e Albertino são a prova de que a indústria da seca não acabou: eles vêm gastando os últimos trocados na compra de água, já que a frota oficial não atende à demanda das populações da caatinga.

— Água virou ouro, e tem muita gente enricando com ele — reclamaram Maria Angelina Cordeiro, de 71 anos, e sua filha, Josefa Márcia, de 29.

Elas moram no Sítio Mocós, em Tacaimbó, também no agreste, uma zona de transição entre a Zona da Mata e o sertão. Beneficiária de aposentadoria rural, Maria pôde comprar água. Este ano já gastou R\$ 600 só com pagamento de carros-pipa. Contou que a venda da água, transformada em artigo de luxo, virou um negócio tão rentável, que há pessoas vendendo até automóveis para comprar caminhões-tanque:

— Teve um aqui perto que vendeu um açude por R\$ 3 mil — disse ela, referindo-se a Albino Jota Barros, que não foi localizado em casa pelo GLOBO.

Carro-pipa chega a custar R\$ 180

O comprador do açude, segundo a agricultora, secou a represa e vendeu a água a um preço muito alto para os lavradores já descapitalizados com a estiagem. O problema, porém, é mais abrangente: O GLOBO não esteve em uma só casa onde os moradores não compraram água na atual seca. Os preços não são baixos: variam de R\$ 120 a R\$ 180 cada carro-pipa. Na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tacaimbó, a 169 quilômetros de Recife, a maioria dos lavradores levantou as mãos, quando pergunta se já tinha gasto dinheiro com água este ano.

— Não comprei, mas não por falta de necessidade, mas por falta de dinheiro. Minha cisterna está seca — reclamou José Herculino de Macedo, de 66 anos.

Quem comprou reconhece a exploração. Angelina contou que parentes seus, que moram na cidade com água encanada, têm conta mensal de R\$ 36 com uma família do mesmo tamanho da sua. Ela não entende por que tem que pagar um preço tão exorbitante pelo

que é um direito. Em Pernambuco, há 1.476 carros-pipa em operação: 638 do Exército e 838 do governo estadual. Isso sem falar nos mobilizados pelas prefeituras. Mas, segundo a população da caatinga, a oferta está longe de atender à demanda. Assim quem quase mais nada têm a oferecer é explorado. Gente como Adriano João da Silva, de 23 anos, residente em São Caetano, vizinho a seu Albertino, que está vendendo o rebanho para comprar água e comida para a família e os caprinos:

— O governo diz que vem todo mês uma carrada, mas não chega. A gente compra a R\$ 130 no caminhão, e nem boa a água é, é salobra a danada. Até os bichos acham ruim — disse Adriano.

Para economizar, ele gasta três horas diárias no jumento para arranjar água barrenta nos açudes que ainda têm “um espelhinho” na caatinga. Precisa de 250 litros por dia para matar a sede das 40 cabras que restam.

Dez milhões afetados pela seca

Segundo a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tacaimbó, Antônia dos Santos Nascimento, há 300 reclamações de que falta ajuda dos caminhões oficiais. Apesar disso, o Ministério da Integração Nacional informou que a Operação Carro-Pipa é a maior já executada no país, coordenada pelo Exército. São 4.649 unidades, atendendo a 763 municípios, levando água a 3 milhões de pessoas. Só essa operação já custou R\$ 510,1 milhões ao governo. Cerca de dez milhões de nordestinos foram afetados pela seca.

No cenário devastado, furto de cisternas piora a situação

Ao percorrer 1.200 quilômetros, foi possível ter a dimensão dos danos causados pela seca. Os açudes, barreiros e rios, como o Pajeú e o Riacho do Navio, estão secos. O verde da caatinga transformou-se num amontoado de galhos cinzentos, como às margens da BR-232, que liga Recife ao agreste. Ao lado da pista, as carcaças de bois mortos são facilmente encontradas.

Só no quilômetro 176 da BR, na altura do município de Belo Jardim, havia 16 carcaças, algumas recentes, cena que se repetiu 16 quilômetros adiante, no município de Sanharó.

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), prometeu que, até 2014, todas as casas da caatinga terão uma cisterna, de concreto ou de polietileno, como as distribuídas pelo governo federal, que diz ter entregue 250 mil unidades no semiárido. Muitas, não foram instaladas e já houve casos de furto, como em Floresta, disse Josélio Amaro Lisboa, coordenador do Comitê Gestor Municipal. Ele denunciou o sumiço de duas à polícia.

Os ladrões de cisternas (cada uma armazena 16 mil litros) não foram identificados. Elas foram furtadas às margens da rodovia PE-360. Iriam ser instaladas em duas escolas municipais, no vilarejo de Jericó. Ao contrário das cisternas de concreto, instaladas pela Articulação do Semiárido (ASA), as do governo não têm número de série, o que torna

difícil seu rastreamento. Têm só o carimbo do “Água para todos”, o slogan “País rico é país sem pobreza” e a marca de fábrica.

Os efeitos da seca deverão ser tema da reunião que a presidente Dilma Rousseff terá com os governadores em Fortaleza esta semana. Até o momento, são 1904 municípios nordestinos em estado de emergência. O Ministério da Integração Nacional informou que já investiu R\$ 5 bilhões (desde 2012) para reduzir os efeitos da estiagem sobre a população do semiárido, por meio de benefícios como o Bolsa Safra, o Seguro Garantia Safra, a venda de milho subsidiada e crédito a juros baixos. O ministério negou que a indústria da seca persista, já que os beneficiários das medidas emergenciais constam do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal identificados como de baixa renda.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa